

INTERAÇÕES SOCIAIS

ISSN 2594-7664

Revista Eletrônica Interações Sociais - REIS



DOSSIÊ

JUNHO DE 2013: BALANÇO DE UMA DÉCADA

v. 6 n. 2, Jul. /Dez. 2022

Universidade Federal do Rio Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE – FURG**

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

LEANDRO BUGONI

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

REIS

Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS

Editores

César Beras

Assistentes de Edição:

Karol Lima

Corpo Editorial

Cassiane de Freitas Paixão

César Beras

Cristiano Ruiz Engelke

Eliza Costa

Elizardo Scarpati Costa

Lara Roberta Rodrigues Faccioli

Maciel Cover

Ricardo Gonçalves Severo

Rodrigo Marques Leistner

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio, Pontificia Universidad Católica da Argentina – UCA

Alex Pizzio, Universidade Federal do Tocantins – UFT

Breno Augusto Souto Maior Fontes, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Carlos Alberto Máximo Pimenta, Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

Federico Traversa Tejero, Universidad de la República – UdelAR

Hermes Augusto Costa, Universidade de Coimbra – UC

Humberto José da Rocha, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Juliana Gonçalves Melo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Luis Inácio Germany Gaiger, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Luis Lourenço, Universidade Federal da Bahia – UFBA

Luiz Antônio Bogo Chies, Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Máira Baumgarten Corrêa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Manuel Angel Edeza, Universidad Autonoma de Sinaloa, México

Marcello Baquero, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Marcus Vinicius Spolle, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Paolo Totaro, Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Pedro Robertt, Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Rafael Bayce, Universidad de la República – UdelAR

Rochelle Felinni Fachinetto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG



INTERAÇÕES SOCIAIS



ISSN 2594-7664

REIS	Rio Grande	v. 6 n. 2	1-144	Jul.-Dez.	2022
------	------------	-------------	-------	-----------	------

2022

Capa: Imagem cedida Mídia Ninja/ diagramação editora FURG

Diagramação da capa: Murilo Borges

Diagramação: João Balansin

Revisão Ortográfica e Linguística: Júlio Marchand

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411

R454 Revista Interações Sociais [recurso eletrônico] : REIS / Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. – Dados eletrônicos. – Vol. 6, n. 2 (Jul./Dez. 2022) – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022- .

Modo de acesso: <<http://www.seer.furg.br/reis>>
Semestral.

Editada pelos docentes da área de Sociologia da FURG.

Outro título: Revista Eletrônica de Ciências Sociais : REIS.

ISSN 2594-7664 (eletrônico)

1. Ciências sociais. 2. Sociologia. I. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

CDU, 2ª ed.:316

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---------------------|-----|
| 1. Ciências sociais | 316 |
| 2. Sociologia | 316 |

SUMÁRIO

DOSSIÊ “Junho de 2013: Balanço de uma década”

Nota do Editor – Balanços e Perspectivas	6
César Beras	
Apresentação do dossiê – Junho de 2013, réquiem para um projeto	9
Milton Pinheiro e Leonardo Silva Andrada	

DOSSIÊ

As marchas de 2013 em Belém do Pará: aspectos da ação coletiva local	14
Bárbara Lou da Costa Veloso Dias; Allyne Melo e Isadora Ribeiro	
Das Jornadas de 2013, de Rousseff ao “Capitão”: Agentes, interesses latentes e a trajetória da crise institucional brasileira (2013-2018)	33
César Luciano Filomena	
As Jornadas de Junho de 2013 e sua dispersão pelo Brasil	54
Gisele Heloíse Barbosa	
Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política	75
Luís Antonio Groppo, Gislene da Silva, Guilherme Abraão Silva, Josefa Alexandrina da Silva, Luiz Carlos Felizardo Júnior, Nikole Pereira Mendonça de Almeida, Sandro Amadeu Cerveira e Vitória Neres Soares	
Rebeliões de junho de 2013: a classe trabalhadora, o precariado nas ruas	97
Luis Augusto Vieira	

ARTIGOS FLUXO CONTÍNUO

Um estudo sobre felicidade e trabalho docente no município de Agudo/RS	112
Dejalma Cremonese e Daiane Maira Soccal	
O Orientalismo paradigmático: representação e estereótipos mutáveis na contemporaneidade.....	129
Guilherme Curi	

Nota do Editor – Balanço e perspectivas

César Beras

A Revista Eletrônica INTERAÇÕES SOCIAIS (REIS), uma construção coletiva do comitê assessor de Sociologia do ICHI/FURG, completará, em 2024, oito anos de existência, buscando ser um espaço acadêmico de estímulo e divulgação permanente e sistemático do resultado de trabalhos e pesquisas científicas na Área das Ciências Sociais, articulando estudos em antropologia, ciência política e sociologia e possíveis áreas afins.

Nesses então oito anos, foram já, com o presente dossiê que ora lançamos, 12 publicações que, desde 2017, articulam, de forma multidisciplinar, a partir da contribuição em forma de discussão temática, artigos de fluxo comum, resenhas, entrevistas, ensaios visuais e diferentes contribuições dos movimentos sociais de comunidades tradicionais brasileiras realizados por doutores, mestres, alunos de pós-graduação e diferentes atores políticos que podem ser demonstrados por meio da ampla variedade temática abordada até agora:

Dossiê	Organizadores
2017	
Políticas Públicas Educacionais – v. 1 n. 1 (2017)	Matheus Muller (UFRGS), Jennifer Azambuja de Moraes (UFRGS)
Ensino de Sociologia – v. 1 n. 2 (2017)	Rodrigo Leistner (FURG)
2018	
Corpos que interagem e (re)existem – v. 2 n. 1 (2018)	Marcio Caetano (FURG)
Religiões, religiosidades e mundo contemporâneo – v. 2 n. 2 (2018)	Adimilson Renato da Silva (UNISINOS), Maria Cláudia Rodrigues (ULBRA)
2019	
Relações Étnico-Raciais: experiências de conflito e lógicas de resistência – v. 3 n. 1 (2019)	Cassiane de Freitas Paixão (FURG)

Olhares e Perspectivas Socioantropológicas e Históricas sobre Alimentação – v. 3 n. 2 (2019)	Miguel de Nazaré Brito Picanço (UNISINOS), Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo (UFPA)
2020	
Dossiê “Extrema-direita na América Latina: redes de sociabilidade e reinterpretações do Estado” - v. 4 n. 1 (2020)	Ricardo Gonçalves Severo (FURG), Rodrigo Duque Estrada Campos (Doutorando em Política na Universidade de York, Inglaterra)
"Estratégias Decoloniais: perspectivas antirracistas e contra-hegemônicas" – v. 4 n. 2 (2020)	Cristiano Engelke (FURG), Kaciano Barbosa Gadelha (FURG), Lara Facioli (FURG)
2021	
Mídias Digitais e Pesquisa Social: desafios e potencialidades – v. 5 n. 1 (2021)	Anna Paula Vencato (UFMG), Felipe André Padilha (UFBA)
Antropologia e Educação: desafios interdisciplinares – v. 5 n. 2 (2021)	Amurabi Oliveira (UFSC), Anderson Tibau (UFF)
2022	
20 anos da lei 10639: compromisso com a luta preta – vol. 6 n.1	Amanda Motta Castro (FURG), Cassiane Paixão (FURG) e Elaine Nascimento (UFPI)
Junho de 2013: Balanço de uma década – 6 n. 2	Leonardo Silva Andrada (UFJV) e Milton Pinheiro (UESB)
2023 – EM FASE DE EDITORAÇÃO	
“Empreendedorismo e educação: perspectivas críticas” – v. 7. n.1	Prof ^a . Dr ^a . Amanda Moreira da Silva (UERJ) e Prof ^o . Dr ^o . Cristiano Ruiz Engelke (FURG)
"Sindicatos, movimentos sociais e conflitos socioambientais no século XXI"	Gustavo Seferian (UFMG).

Fonte: <https://periodicos.furg.br/reis/issue/archive> e editor da revista

Em meio a esse potente movimento de construção e afirmação da academia como espaço de conhecimento crítico e comprometido com a observação e compreensão das diferentes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que nos afetam cotidianamente, fomos surpreendidos pela pandemia de COVID 19, que afetou e de certa forma ainda afeta a dinâmica da sociedade e consequentemente da revista entre os anos de 2020 a meados de 2023 (decretado oficialmente pela OMS o fim do estado de emergência). Dessa maneira e combinado com mudanças dentro do comitê assessor de sociologia e a falta de um grande articulador da revista (Prof Kaciano

Gadella, homenageado por nós no dossiê do vol.5 nº 1 em 2022), tivemos a criação de um hiato temporal entre os volumes que deveríamos lançar (dois por ano), que nos levou a um acúmulo de 04 dossiês em atraso.

Nesse cenário, iniciamos um lento e gradual processo de reestruturação da revista, buscando recuperar o hiato temporal e dar continuidade a este importante e estratégico projeto de termos um periódico que cada vez mais possa se tornar uma referência de construção do conhecimento crítico, diverso e plural. Para isso, contando com a sinergia do comitê assessor de Sociologia/ICHI, de diversos professores organizadores, de diversos artigos, resenhas e diferentes produções a nós encaminhadas e com o apoio direto da área de biblioteconomia e da Editora da Universidade, temos buscado iniciativas que visam, em 2024, regularizar, de forma definitiva, nosso fluxo de publicações.

Assim, em 2024, conseguiremos regularizar o ano de 2022, diminuindo significativamente o hiato posto pela pandemia e pelas modificações no comitê com o lançamento dos dossiê Vol. 6 N.1, epigrafoado acima em outubro passado e agora do presente dossiê Vol. 6 N.2 em março de 2024. Sendo que já estão na Editora os dois dossiês referentes a 2023 e, aí sim, concluiremos o trabalho de atualização total da revista. Cabe ressaltar que a linha temática/editorial dos dossiês de 2024 já foram aprovadas pelo comitê editorial da revista e estão em construção com seus respectivos organizadores.

Sem dúvida, muitos desafios ainda teremos pela frente para dar continuidade à existência e consolidação de nosso periódico em uma dinâmica social globalizada, fluida e em constante transformação. Mas, de forma coletiva, os primeiros passos estão sendo dados. Em forma de conclusão, agradecemos a todxs que têm, de uma forma ou outra, quer na sua produção, no encaminhamento de artigos, quer na avaliação desses artigos, contribuindo para que este sonho coletivo continue a ser sonhado.

César Beras

Professor da FURG/ICHI
Editor da REIS
cberas@gmail.com

Apresentação do dossiê

Junho de 2013, réquiem para um projeto

♦Milton Pinheiro; Leonardo Silva Andrada

Quando os jovens estudantes do Movimento Passe Livre se reuniram, para organizar um ato em protesto contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, não faziam ideia da espiral que estavam prestes a colocar em movimento – e nem poderiam fazer. A dinâmica, a rigor, não é propriamente obra deles, apesar de serem os responsáveis por acender o rastilho que levou à grande explosão de protestos pouco depois. Sua intenção era apenas chamar atenção para uma justa reclamação contra os obstáculos que a juventude trabalhadora enfrenta para a livre circulação na cidade. Contestando o acréscimo de vinte centavos no valor da passagem dos ônibus urbanos da capital paulista, iluminavam uma questão incômoda que, já havia algum tempo, fermentava nas camadas menos favorecidas. O espetáculo do crescimento, anunciado no período Lula, havia esgotado suas possibilidades, e a versão século XXI do Projeto Brasil Grande, embalado pela social-democracia hiper-tardia petista, fazia água. Com tensões represadas ao longo de uma década, a conjuntura, em 2013, oferecia um cenário à procura dos personagens para encenar a tragédia.

Por uma dinâmica própria dos processos histórico-sociais de amplitude, os primeiros atores a se apresentar, logo após darem início à movimentação cênica, cedem espaço e se tornam coadjuvantes. Fica o protagonismo em disputa, em um debate que ainda hoje não chegou a termo, e que se reproduz nas páginas a seguir. Quando os atos de rua alcançam a marca dos milhões de pessoas, espalhadas em todas as regiões do país, uma parcela significativa dos manifestantes não se lembra (ou nem mesmo soube) que o ciclo de protestos começou com o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo. Essa falta de identificação, mesmo entre os que estavam compondo as manifestações, é um indicativo importante da impossibilidade de se adotar as respostas imediatas. O preço do pão não foi a causa da tomada de uma fortaleza que era presídio político, de um primeiro golpe de Estado que reverteu conquistas populares, de um segundo que levou à instauração do império, ou do terceiro, que resultou em sua repetição como farsa. Da mesma forma, não foi a

repulsa ao aumento do ônibus em capital do Sudeste que levou a protestos massivos, ao impeachment de uma presidenta e posterior eleição de um agitador neofascista.

Processos como as manifestações políticas que movimentaram o Brasil, ao longo de junho de 2013, só podem alcançar tamanha abrangência na medida em que são a eclosão, na superfície, de dinâmicas sociais ainda mais abrangentes. Por mais caro que fosse o pão em julho de 1789, os franceses não chegariam ao ponto de criar um calendário novo, se essa fosse uma causa isolada de insatisfação; da mesma forma, a passagem de ônibus urbano, por si só, não resultaria no ciclo de protestos que ocupou todo o mês, e cuja relação com os eventos políticos brasileiros continua animando reflexões.

O grito contra o aumento da passagem desempenhou o papel da fagulha que pousou sobre um campo ressecado, em que a projetada primavera do capitalismo brasileiro desidratou sem florescer. As limitações e contradições de uma década de governo, politicamente manobradas para não promover fissuras no bloco da conciliação, vinham à tona exigir compensação. A essa altura, o modelo de incorporação via mercado de consumo, financiado pelo desempenho das commodities no mercado internacional, dava claros sinais de fadiga, não servindo mais como mecanismo eficiente de dissipação do descontentamento. Mais adiante, seu efetivo esgotamento levaria as frações do capital a abandonar, unilateralmente, a conciliação que ameaçava limitar seus ganhos. O financiamento de políticas públicas com recursos que já não eram abundantes o suficiente para atendê-las exasperava uma burguesia historicamente constituída sobre margens excepcionais de acumulação. O MPL paulista não carregava qualquer traço particularmente tendente à massificação, ou à contestação aberta do governo de turno, em conjunto com todo o sistema político brasileiro, como pontuavam cartazes mais efusivos, acompanhados por analistas apressados. Serviu como a ignição necessária para romper a combinação de inércia com atuação deliberada pela desmobilização.

Qual a especificidade desse movimento, alçado à condição de ponta de lança da insatisfação naquele junho? Foi capaz de suplantar a quietude histórica, acrescida de uma mistura que envolveu resistência à decepção, recentes taxas elevadas de aprovação ao governo, e a ausência do agente aglutinador, pois o grande ator da política popular na Nova República ocupava, nesse contexto, a posição de vidraça. Ao longo dos governos de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso, era possível identificar um ator político hegemônico a coordenar as lutas no campo da esquerda, e sua expressão partidária era o PT. Desde a disputa presidencial de 2002, esse agente vinha traduzindo seu capital político em vitórias eleitorais, e, por sua própria posição, vinha privilegiando a fria atuação institucional em detrimento da política a quente das ruas. Por uma questão de coerência – e de interesse partidário – o campo que desempenhava as funções da política oficial não poderia

construir os instrumentos para sua contestação.

A ausência desse articulador político foi, nesse momento, a razão primordial para que a potência desses protestos acabasse sequestrada por forças com interesses muito diversos dos setores que originalmente construíram os atos. Ainda não há uma interpretação consensuada sobre o surgimento, seu caráter original, se foram espontâneos ou insuflados, se já eram um ovo da serpente esperando para eclodir, ou se foram instrumentalizados após um momento inicial *autêntico*. Também não há uma linha única de avaliação do papel que junho de 2013 desempenhou na desestabilização de todo o sistema político brasileiro, no avanço da antipolítica como estandarte, como influenciou nos rumos do segundo mandato e posterior impeachment de Dilma Rousseff, ou na posterior eleição de Jair Bolsonaro. O conjunto de textos que selecionamos para esse dossiê tenta enfrentar algumas das indagações que inevitavelmente cercam processos desse porte.

O artigo “*As marchas de 2013 em Belém do Pará: aspectos da ação coletiva local*” aponta como foco as alterações na estrutura organizativa, que podem ser identificadas nos atores políticos que participaram da organização e estiveram presentes nos grandes atos de rua do período. Entendemos que, de forma paralela, o trabalho cumpre um papel que vai além desses objetivos propostos e bem explorados. Ao tratar do fenômeno em Belém, comparando com outras capitais fora do eixo Rio-São Paulo, as autoras tocam no objeto de outro artigo “*As jornadas de junho de 2013 e sua dispersão pelo Brasil*”. Ambos fogem do “meridianocentrismo” de certo pensamento brasileiro, que tem o costume de elevar à condição *nacional* eventos que não transcendem os limites da região Sudeste. Tratam-se, portanto, de análises que nos desvelam as possíveis inovações que podem ser detectadas nos movimentos de massa da nossa quadra histórica, e oferecem, adicionalmente, elementos para o adequado tratamento do seu alcance geográfico em um país como o Brasil.

Os eventos escrutinados nesse dossiê são, não raras vezes, apontados como grandes movimentos de massa que determinaram a mudança de rumos da posição política que tinha garantido quatro vitórias eleitorais consecutivas ao Partido dos Trabalhadores, e ainda deram capilaridade ao questionamento das instituições representativas. Foram a expressão dramática do encerramento de um ciclo, abrindo espaço para a crise política que desaguou em impeachment e eleição de um candidato que se apresentava como *antissistema*. É razoável que um processo de tamanha envergadura política se reflita, igualmente, em abrangência social e dispersão territorial. A capacidade de alcançar as distintas regiões de um país com as dimensões do Brasil é objeto de análise do artigo de Barbosa; para lograr tamanha dispersão territorial, as ferramentas de comunicação foram imprescindíveis, e sua eventual contribuição para um *capitalismo cognitivo* mobiliza a interpretação de Dias et ali.

Em “*Das jornadas de 2013: de Rousseff ao capitão: Agentes, interesses latentes e a trajetória da crise institucional brasileira (2013-2018)*”, temos uma abordagem institucionalista do fenômeno, que procura entender a dinâmica dos atores e as transformações resultantes. Nessa abordagem, o processo é analisado como a conformação de uma ampla coalizão entre atores, da sociedade civil, da burocracia, do Congresso, do Judiciário, com vistas a interferir na estrutura institucional brasileira, o que ocorreria após a intervenção no Executivo e a remoção da presidenta que obstava tais interesses.

Ainda que a abordagem esteja centrada nos efeitos institucionais, a elaboração do argumento passa pela adequada caracterização dos atores envolvidos, particularmente na rede de interesses constituída para impulsionar a ação. O artigo aborda os eventos de 2013 como o primeiro ato de uma sequência caracterizada como *a crise política brasileira*, um processo que se desenvolve através do impeachment de Dilma Rousseff, atravessa o período Michel Temer, e chega a termo com a eleição de Jair Bolsonaro. Trata-se, nessa linha, de um processo relativamente duradouro, cuja profundidade de impacto não permite a simplificação. Para movimentar o cenário político e interceder junto às instituições, da forma como ocorreu no período destacado, é necessária a conformação de um condomínio de forças presentes na sociedade, referidas a uma gama de atores e seus respectivos interesses.

Em “*Interpretações dos sentidos de junho: Luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política*”, encontramos um inventário dos trabalhos que buscam a interpretação dos diferentes aspectos do processo. O autor nos comunica que se trata de etapa teórica de uma pesquisa cujo objeto é a militância jovem e o papel de formação política que cumpriu o envolvimento nas manifestações. A partir de um robusto levantamento bibliográfico, somos expostos ao debate entre as distintas correntes teóricas que caracterizam o conjunto das publicações.

Mudando o eixo interpretativo das instituições para os atores, o objeto de “*As rebeliões de junho: A classe trabalhadora, o precariado nas ruas*” são as centrais sindicais. Fazendo o ajuste fino que dá a esse trabalho seu devido mérito, o foco na atuação das centrais sindicais no processo é mobilizado para proceder a um debate sobre classes sociais, ou mais especificamente, sobre a classe trabalhadora e suas entidades no atual estágio do capitalismo. Nessa abordagem, o descompasso entre centrais e seus representados é função das alterações na morfologia da classe e pode se depreender da forma como estiveram presentes os *precários* nos atos de rua.

Temos ainda dois trabalhos que não compõem o dossiê temático. O primeiro, “*Um estudo sobre felicidade e trabalho docente no município de Agudo/RS*”, apresenta uma reflexão sobre os incentivos e dificuldades enfrentados por professores. A partir de uma pesquisa sobre as condições

de trabalho e seus impactos na felicidade percebida pelos docentes, o autor interpreta como distintos fatores relacionados ao exercício do magistério, como salário, condições de ensino, atuação política, entre outros aspectos, interferem na percepção de felicidade dos trabalhadores da educação.

Fechando este número, “*O Orientalismo paradigmático: Representação e estereótipos mutáveis na contemporaneidade*” mobiliza a obra de Edward Said e estudos midiáticos para lidar com o tema das representações e preconceitos derivados e a forma como os estereótipos impactam na vida das coletividades estigmatizadas. O império substituiu a Guerra Fria pela Guerra ao Terror, e o perigo comunista deu lugar à barbárie árabe, uma transição amplamente reconhecida. Nesse artigo, o autor nos mostra como essa troca foi possível graças a uma construção social negativa dos árabes muito mais antiga, que remonta às investidas do colonialismo europeu do século XIX, e construiu um personagem da ameaça árabe à civilização ocidental, que já estava disponível para seu uso na propaganda ideológica do século XXI.

Temos aqui um apanhado valoroso de contribuições para a abordagem de atores, instituições e processos, fundamentais para o debate necessário à superação de questões ancestrais. Que sua potência teórica se traduza nos avanços práticos necessários à construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Milton Pinheiro

Cientista político, professor do PPGH da Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
titular em história política e doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC/SP.
E-mail: mtpinh@uol.com.br

Leonardo Silva Andrada

Professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),
doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa (IUPERJ)
Email: leoandrada@yahoo.com.br

As marchas de 2013 em Belém do Pará: aspectos da ação coletiva local

The 2013 marches in Belém do Pará: aspects of local collective action

♦ Bárbara Lou da Costa Veloso Dias; Allyne Melo; Isadora Ribeiro

RESUMO

O presente artigo procura analisar as manifestações ocorridas em Junho de 2013 em Belém do Pará, a partir de dados obtidos por meio dos três principais jornais locais. Simultaneamente, buscamos comparar nossos achados com os encontrados por outros pesquisadores que investigaram o mesmo fenômeno em outras capitais brasileiras, como: Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia e Teresina. Nós acreditamos que o ciclo de protestos de 2013 revelou uma mudança nas formas de realização das manifestações políticas, seja no protagonismo pulverizado de atores, seja na forma como os protestos eram organizados. Há uma intensa emergência de formas personalistas e subjetivistas de mobilização da ação coletiva e de fortalecimento do capitalismo cognitivo, através de novas tecnologias da comunicação e informação.

Palavras-chave

Junho 2013, ação coletiva, subjetivismo, comunicação, protestos.

ABSTRACT

The present article seeks to analyze the demonstrations that occurred in June 2013 in Belém do Pará, based on data obtained through the three main local newspapers. Simultaneously, we seek to compare our findings with those found by other researchers who investigated the same phenomenon in other Brazilian capitals, such as: Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia and Teresina. We believe that the 2013 cycle of protests revealed a change in the ways in which demonstrations were carried out, whether in the pulverized protagonism of actors, or in the way protests were organized. There is an intense emergence of personalist and subjectivist forms of mobilizing collective action and of strengthening cognitive capitalism, through new communication and information technologies.

Keywords

June 2013, collective action, subjectivism, communication, protests

Introdução

Depois de dez anos, parece que o único consenso sobre as Jornadas de junho é o que caracteriza sua multiplicidade, assim como historicamente ter se tornado um marco de inflexão da vida política brasileira. No presente artigo, procuramos observar as jornadas de junho de 2013 realizadas na cidade de Belém do Pará a partir de dados obtidos por meio dos principais jornais locais. E, ao mesmo tempo, buscamos comparar nossos achados com os encontrados por outros autores em outras capitais brasileiras, como: Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia e Teresina.

Desse modo, construímos o banco de dados sobre Junho de 2013 em Belém do Pará a partir da tipologia e variáveis das análises realizadas em outras capitais, especialmente São Paulo e Belo Horizonte. Em razão dos objetivos do presente artigo, enfatizamos os dados de Forma e Conteúdo (a quantidade de pessoas, lugares, associações, coletivos e movimentos) e Identidade e Representação (motivações, demandas, símbolos, bandeiras, frases).

O ciclo de protestos de 2013 revelou uma mudança nas formas de realização das manifestações, seja no protagonismo pulverizado de atores, seja na forma como os protestos eram organizados. Assim, de acordo com Tarrow (2009), “O resultado era possibilitar que até mesmo grupos espalhados de pessoas que não se conheciam agissem conjuntamente em desafios sustentados a autoridades e criassem o movimento social moderno” (TARROW, 2009, p. 59). Desse modo, observamos que tal ciclo produziu a identificação com determinadas demandas e significantes que constituíram novas formas de representação social, assumidas a posteriori.

Muitos pesquisadores chamam a atenção para o processo de engajamento individualizado e personalizado presente nas Jornadas de Junho, assim como a forma de protestos que buscavam a autoexpressão e autovalidação pessoal e individualizada. Para Jodi Dean (2016), há uma emergência em todos esses movimentos que vão da Primavera Árabe ao *Occupy*, de formas personalistas e subjetivistas de mobilização da ação coletiva e de fortalecimento do capitalismo cognitivo, através de novas tecnologias da comunicação e informação e produção de conteúdo personalizado ao vivo e a convocação difusa das redes sociais por redes sociais digitais.

Outros autores (BENNETT; SEGERBERG, 2013) trabalham com a possibilidade de ação conectiva. De acordo com eles, “nessa lógica conectiva comunicacional, engajar-se em uma ação pública ou contribuir para uma causa comum se torna um ato de expressão pessoal e de reconhecimento, realizado por meio de compartilhamento de ideias e ações em redes de relações de confiança” (BENNETT; SEGERBERG, 2013, pp. 752-753). Isso não significa para esses autores que as estruturas mais tradicionais e verticalizadas de ação coletiva tenham sido extintas, mas que

elas existem paralelamente à lógica conectiva e que ambas as lógicas podem se imbricar em configurações híbridas.

Essas configurações híbridas, inclusive, são características de cismogênese, que, explicados por Gregory Bateson (2018, p. 175), são processos de diferenciação entre os indivíduos baseados em normas de comportamento que podem produzir tanto oposições quanto convergências, a partir de uma escalada de conflitos e de suas consequentes divisões reforçadas por conflitos já existentes ou criados a partir de novos conflitos. O que os dados indicam é que as Jornadas de Junho de 2013 parecem ter produzido processos de cismogênese com modelagens específicas de polarizações e personificações dos significantes tornados centrais durante o processo político.

Esse processo aparece em diversas entrevistas realizadas nas capitais brasileiras. Nesse sentido, nos trabalhos estudados (MENDONÇA, 2019; FIGUEIREDO, 2019; DOMINGUES, 2019), aparecem repetidas falas que envolvem a crença de que os movimentos políticos não eram organizados por ninguém em especial, crenças de que agora o Brasil teria acordado e o povo também. E que sobre esse acordar não existiria mais controle político ou institucional possível. Aparecem também a abundância comunicativa de diversas redes sociais e a busca narcísica de sentido para o processo de reconhecimento social. Como descreve Mendonça (2019), os sujeitos se sentem diante de um furacão que arrasta atores (individuais e coletivos) e são fagocitados por esse furacão.

Parece fenomenicamente que Junho de 2013 tem uma multiplicidade de significados. É por isso que, no presente artigo, não nos limitamos a um único termo para nos referirmos a Junho de 2013. Nesse acervo de sinônimos, estão: Jornadas de Junho, Junho de 2013, Ciclo de protestos, Manifestações, Marchas, Furacão de 2013. A utilização das diversas expressões tem o intuito de mostrar a diversidade e a intensidade da produção de significantes no fenômeno.

Em Belém, as convocações foram, majoritariamente, realizadas através das redes sociais, os jornais mencionavam especificamente o Facebook, situação semelhante à descrita em Goiânia (TAVARES ET AL, 2016). O que também é interessante mencionar é que os jornais da cidade de Belém divulgavam o dia e local em que ocorreriam as manifestações e se referiam aos protestos como “movimentos das redes sociais”. Para Domingues (2019), a partir do caso belo-horizontino, os protestos podem ser definidos como uma agregação difusa de indivíduos e coletivos que formavam grupos opostos ou que se uniam temporariamente através das redes sociais.

Nunes (2022) observou algumas semelhanças em comum de Junho de 2013 no Brasil com os protestos globais, fatores como a composição social majoritariamente jovem e urbana: “no compartilhamento de signos, palavras de ordem e repertórios de ação; na importância da dimensão tecnopolítica na convocação, coordenação e viralização das manifestações” (NUNES, 2022, p. 153).

Também se ressalta a reivindicação de autonomia política e antipartidária dos grupos e a velocidade na qual as informações sobre os protestos ocorriam, o que, mais uma vez, denota a característica de um capitalismo cognitivo (DEAN, 2016).

Metodologia

Face à ausência de dados sobre os protestos de Junho na capital paraense, construímos um banco a partir dos jornais locais sobre as marchas de 2013. Foram analisadas 43 edições dos jornais impressos da cidade de Belém do Pará: Amazônia, Diário do Pará e O Liberal, em um intervalo de tempo de 16 de junho a 30 de junho de 2013, totalizando 69 matérias jornalísticas. O banco de dados foi construído a partir de 10 categorias, separadas em duas abordagens norteadoras para a produção de um diagnóstico sobre o significado das Jornadas de Junho de 2013.

A primeira abordagem dos dados buscou compreender a forma e o conteúdo das manifestações ocorridas em Junho de 2013 na cidade de Belém com o intuito de reconstruir as mudanças ocorridas na forma da ação coletiva, o aumento do protagonismo pessoal e formas comunicativas do capitalismo digital (MENDONÇA; FIGUEIREDO, 2019). A partir dos resultados, parece fazer sentido falar que 2013 contribuiu, significativamente, para o que Cesarino chama de crise do sistema de peritos (CESARINO, 2022) e a emergência de formas personalistas e subjetivistas de mobilização coletiva e de fortalecimento do capitalismo cognitivo (DEAN, 2016) através de novas tecnologias da comunicação e informação, a produção de conteúdo personalizado e a convocação difusa dos protestos por redes sociais digitais.

Quanto à segunda abordagem, a questão da identidade e da representação geográfico-urbana, com demandas e anseios específicos de locais da cidade marcam a propulsão das demandas coletivas. Se, no início das marchas, a inquietação política está diretamente relacionada às condições do transporte público da cidade de Belém e à obra atrasada do Bus Rapid Transit (BRT), aos poucos, essas demandas e suas representações vão migrando para a produção de outros significantes e identidades políticas, confirmando algumas suspeitas de Laclau (2013) quanto à capacidade volátil das mudanças de sentidos dentro dos mesmos *significantes vazios*.

Quadro 1 – Classificação das categorias analisadas a partir dos dois enquadramentos escolhidos

Forma e Conteúdo	Identidade e Representação
Quantidade de pessoas	Motivações
Lugares de protestos	Demandas
Associações	Símbolos
Coletivos	Bandeiras
Movimentos	Frases

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das fontes acima citadas.

O Quadro 1 mostra que, para a primeira abordagem (forma e conteúdo), foram analisados os dados a partir das categorias: quantidade de pessoas, lugares, associações, coletivos e movimentos. E, na segunda abordagem (identidade e representação), foram analisados os dados a partir de: motivações, demandas, símbolos, bandeiras, frases.

Ressalta-se que os veículos de comunicação impressos utilizados como fonte de dados para o presente artigo possuem uma linha editorial fortemente tradicional e politicamente conservadora (MARQUES ET AL, 2016). O Diário do Pará teve sua primeira edição publicada em agosto de 1982 e pertence ao grupo RBA de comunicação, administrado pela família Barbalho. E o grupo O Liberal é responsável pelos veículos de comunicação Amazônia e O Liberal, de propriedade da Família Maiorana, teve suas primeiras publicações oficiais em parceria com a Rede Globo de Comunicação no período da ditadura civil-militar brasileira.

Resultados

Quantidade de pessoas e lugares de protestos

Para compreender a variação na concentração de pessoas em espaços distintos, a pesquisa buscou investigar quais as manifestações e localização geográfica que continham maior participação numérica, inclusive quando ocorriam protestos simultâneos ou no mesmo dia.

Quanto à quantidade de manifestantes conforme o dia dos protestos, as informações eram fornecidas pela Polícia Militar e pelos organizadores dos protestos. Frequentemente, existem divergências quanto à quantidade de pessoas em protestos entre as fontes que informam, mesmo entre os jornais analisados. Então, produzimos uma tabela com um número aproximado do que seria um consenso entre os três jornais.

Tabela 1 – Número de pessoas que participaram das manifestações de Junho de 2013 em Belém (PA), segundo as informações disponibilizadas pelos jornais Amazônia, Diário do Pará e O Liberal.

Data	Nº de Pessoas
16 de junho de 2013	Não informado
17 de junho de 2013	13.000/20.000
20 de junho de 2013	120
20 de junho de 2013	12.000/25.000
22 de junho de 2013	3.000/5.000
24 de junho de 2013	3.000/5.000
25 de junho de 2013	50
26 de junho de 2013	40
26 de junho de 2013	3.000/4.500
27 de junho de 2013	300
28 de junho de 2013	200
29 de junho de 2013	Não informado

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos jornais Amazônia, Diário do Pará e O Liberal.

Na tabela 1, observamos que foi noticiada durante 10 dias a ocorrência de protestos na cidade de Belém. O protesto do dia 17 é considerado inaugural dos atos na cidade, que são mobilizados a partir dos atos nacionais, e foram exatamente estes que tiveram maior quantidade de pessoas. Nos outros dias, notou-se a descentralização quanto aos locais escolhidos para as manifestações, como é o caso dos dias 20, 25, 26, 27 e 28 de junho. É interessante notar que nesses dias a participação nos protestos foi menor em comparação aos outros dias de manifestações.

Quanto ao percurso das manifestações, foi possível coletar informações sobre todas as manifestações que aconteceram na cidade de Belém no período investigado, foram 10 dias de manifestações, tendo o dia 20 e 26 dois protestos relatados. O quadro a seguir expõe o caminho que os manifestantes fizeram no total dos dias de protestos, nas 13 manifestações investigadas no mês de junho, sendo que em 1 não foi informado se houve percurso definido.

Quadro 2 – Lugares de protestos

Lugares de protestos
Av. Augusto Montenegro
Av. Almirante Barroso
Av. Presidente Vargas
Av. Bernardo Sayão – Av. José Bonifácio
Diversos pontos da cidade – Praça da República
Diversos pontos do bairro Pedreira
Praça da República – Ministério Público do Pará
Praça da República – Prefeitura de Belém
Paróquia de São Domingos Gusmão – UBS do bairro Montese (Terra Firme)
Praça Eneida de Moraes – Hospital Santa Casa da Misericórdia do Pará
Praça Santuário – Prefeitura de Belém – Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)
Prefeitura de Belém
Pronto Socorro Mário Pinotti – Hospital Santa Casa da Misericórdia do Pará
São Brás – Entroncamento
São Brás – Prefeitura de Belém
Secretaria de Estado de Educação (Seduc)

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos jornais Amazônia, Diário do Pará e O Liberal.

No Quadro 2, os lugares de protestos se referem ao percurso das manifestações, no qual estão descritos os pontos de partida e chegada ou somente o ponto de concentração dos protestos. Para explicar esse quadro, é preciso fazer uma breve descrição da cidade de Belém e de seus aspectos geográficos. A região metropolitana de Belém (RMB) se constitui a partir de sete cidades (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal). A região central, econômica e espacialmente, está no território da cidade de Belém, entretanto, existe uma migração pendular diária entre os indivíduos que constituem a RMB, por isso, elas são classificadas como um espaço integrado (MENDES, 2018).

Os protestos analisados foram protagonizados na cidade de Belém e, em sua grande maioria, na área nobre da cidade (bairros como Nazaré, Reduto, Campina, Cidade Velha), essas manifestações foram as que tiveram maior incidência de pessoas. Assim, as manifestações não se realizaram, majoritariamente, na periferia da cidade, e sim no centro, onde se concentra maior riqueza econômica e social de Belém. Aconteceram manifestações que fugiram dessa característica. A primeira, que ocorreu em Junho de 2013, teve como ponto de partida a Almirante Barroso – avenida de Belém que é a principal via de acesso à BR-316, única saída de Belém por rodovia para

outras cidades – onde o final foi o entroncamento, no início da Augusto Montenegro, a via de acesso ao maior distrito de Belém, Icoaraci. É importante destacar também os protestos (menores) que ocorreram nos bairros Guamá, Pedreira e da Terra Firme – bairros da “periferia” da cidade de Belém – assim como, os protestos em órgãos públicos do Estado e/ou da Prefeitura: Ministério Público do Pará, Prefeitura de Belém, Hospital Santa Casa da Misericórdia do Pará, Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), e, por último, Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Nas entrevistas realizadas por Domingues (2019) em Belo Horizonte, evidenciaram-se alguns padrões entre os participantes: a maioria era jovem, informava-se majoritariamente através da internet/Facebook, apresentava alta escolaridade e renda abaixo da renda média da cidade e havia participado pelo menos de uma manifestação. Assim, segundo Domingues, participaram dos ciclos de protestos globais, majoritariamente os trabalhadores e pessoas dependentes dos serviços públicos de educação e saúde, ou seja, “o precariado social, jovem, desempregado, ou apenas empregado em tempo parcial, sem proteção e, frequentemente, com boa educação” (DELLA PORTA, 2015, p. 16).

Em Belém, como já ressaltado, somente a primeira manifestação foi realizada fora do centro urbano de Belém, região onde há maior concentração de renda. Então, geograficamente, as manifestações não ocorreram na periferia da cidade. O que traz para a discussão alguns indícios das pessoas que participavam desses protestos, não sendo necessariamente as pessoas de classe alta, mas pessoas que podiam circular no centro nobre da cidade sem passar por abordagens mais agressivas da polícia.

Associações (grupos organizados em junho de 2013)

As associações trabalhistas, Partidos e Sindicatos identificados que participaram das manifestações foram: Associação dos Concursados do Pará (Asconpa); Associação dos Servidores da Saúde no Município de Belém (Assesmub); Organizações sociais dos direitos humanos e cidadania; Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (FPETIPA); Representantes das associações ligadas ao Ministério Público; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Sindicato dos Urbanitários do Pará. Também são mencionados nas matérias, de forma indireta, atores ligados a organizações/instituições/associações: advogados e promotores filiados à OAB; servidores públicos do Pronto Socorro Mário Pinotti; servidores públicos da Santa Casa de Misericórdia do Pará; servidores públicos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa); concursados e trabalhadores da construção civil; moradores do bairro Guamá; moradores do bairro Montese (Terra Firme).

Esses grupos fizeram majoritariamente parte dos protestos considerados numericamente

menores e pareciam trazer demandas mais delimitadas e localizadas às questões locais e regionais. Como, por exemplo, reivindicações para soluções de problemas específicos em hospitais, escolas públicas e bairros situados na periferia de Belém, com exceção dos grupos relacionados à OAB, que reivindicavam pautas nacionais e, em alguns momentos, era perceptível um diálogo com as pautas amplas, que mobilizaram os significantes vazios (LACLAU, 2013) dos grandes atos contra a corrupção e em defesa de um certo patriotismo.

Os protestos com a presença de associações foram caracterizados por serem realizados em espaços simbólicos das categorias representadas. No repertório de ações coletivas, estavam greves e marchas específicas com concentrações de manifestantes em frente a instituições públicas, como no caso do Sindicato dos Urbanitários. E quando essas manifestações eram referentes a organizações sociais e fóruns, organizavam ações de conscientização como passeatas para fins pedagógicos em regiões centrais da cidade de Belém. Exemplo disso é a manifestação¹ em que servidores do Ministério Público do Pará se juntaram em um ato com organizações da sociedade civil em defesa dos poderes referentes ao Ministério Público contra a PEC 37/11, com relação à restrição de competências deste em investigar, criminalmente, as Polícias Federais e Civis.

Esses atos das organizações formais também tinham como característica demandas construídas de forma delimitada, para reivindicar soluções de problemas específicos às suas categorias e esses manifestantes agiram de forma ordenada, em contraste com as organizações ou movimentos de coletivos políticos e de grupos independentes. No entanto, eram protestos com menor adesão e que ocorriam por vezes simultaneamente a outros protestos ou a reuniões dos grandes protestos que marcaram Junho de 2013 em Belém.

É importante ressaltar que os grupos compostos por associações e categorias sindicais, embora tivessem demandas mais localizadas e específicas, partilhavam do mesmo repertório de ação. Isso denota que os protestos de 2013 revelaram uma nova gramática cultural de tradução das demandas que revela um deslocamento político da fonte gramatical de tradução de protestos (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 08). Se antes essa produção era realizada por sindicatos, partidos políticos e determinados movimentos sociais (principalmente o estudantil), isso não é mais observado na produção de repertório de ação dos protestos de 2013. Há, nesse sentido, um deslocamento de “instâncias centrais da socialização militante” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 14). Por isso, essas mobilizações passaram a ser guiadas de forma multilateral e reproduzidas de forma viral com o uso de tecnologias da informação, que aproxima o “cidadão comum da vida política, provocando uma mudança societária e cultural” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 15).

¹ MP faz manifestação contra PEC 37. Diário do Pará, Belém-PA, 17 de junho de 2013. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

Coletivos e movimentos

Também fizeram parte das Marchas de 2013: o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Assembléia Nacional dos Estudantes (Anel); coletivo político Contraponto; Coletivo Fora do Eixo; coletivo Vamos à Luta; Movimento LGBTQIA+; Liga Operária Anarquista; Movimento Estudantil; Movimento Belém Livre; Movimento Foco Belém; Movimento Mulheres em Luta (MML). Os jornais enfatizaram a presença de grupos como estudantes de direito da UFPA; estudantes universitários de diversas áreas da saúde; estudantes secundaristas; professores de ensino básico; crianças de Belém e outros municípios do Pará; “movimentos das redes sociais”, “diversos movimentos sociais” e pessoas “apartidárias” (independentes, sem filiação partidária ou que não são próximas de movimentos sociais).

Já esses grupos têm destaque por majoritariamente fazerem parte dos grandes protestos que tiveram maior visibilidade não só pela grande quantidade de pessoas, mas por reunirem pautas, símbolos e demandas semelhantes aos grandes protestos que estavam ocorrendo em outras cidades do Brasil, como São Paulo. Esses atos tiveram como marca pautas difusas que traziam elementos de melhoria da cidade, demandas relacionadas a gênero e sexualidade, pautas pouco delimitadas sobre melhoria na educação, saúde, segurança e, principalmente, transporte. O Movimento Belém Livre, que surgiu nesse período, teve protagonismo nesses protestos por criar um espaço para a discussão do transporte na cidade, falava sobre diminuição da tarifa e até em passe livre, abrindo o diálogo com outros coletivos e congregando diversos indivíduos que ainda não possuíam contato com a vivência em movimentos sociais e as táticas de ação, espaço que favorece a diversidade de demandas.

Deve-se ressaltar que o Movimento Belém Livre enfatizava a necessidade de horizontalidade política, sem imposição de hierarquias. Essa pauta era constante no contexto dos movimentos de 2013, momento em que a participação de novos atores políticos era reivindicada e a posição de poder dos partidos e instituições políticas formais era questionada (PEREZ, 2019, p. 579).

Assim como observamos que os coletivos políticos que se organizavam apresentavam-se como espontâneos e antissistema político. Como se a democracia não pudesse ser mais realizada a partir dos atores institucionais clássicos do sistema representativo. O que nos revelou uma lógica de equivalências (LACLAU, 2013) que repertoriou a ação coletiva dos protestos de 2013 em torno da negação de todo sistema de representação político. Dessa forma, o antagonismo aparecia unificado contra a própria Política Moderna.

Para Nunes (2022), essa lógica de equivalências já possibilitava a cooptação dos protestos pela direita, pois a ideia de “pós-política” parece ter se integrado como parte dos protestos desde o início. Visto que ao mesmo tempo em que eram reivindicadas novas formas de participação política,

negava-se a legitimidade da própria política.

Os protestos de Junho de 2013 em Belém traziam de maneira emblemática a negação do sistema político no uso imagético de fantasia e pinturas de palhaço, assim como frases que acusavam todo o sistema político de corrupção e falta de representatividade. O caso mais curioso dessa tática ocorreu em um protesto sobre uma Unidade Básica de Saúde², pois, quando os moradores encontraram um rato morto na unidade, resolveram protestar caracterizados com elementos que remetiam ao rato, além de saírem em cortejo fúnebre com o corpo do rato em um caixão. Toda essa construção imagética era ritualizada dentro dos grandes protestos que ocorreram no centro urbano de Belém, mas também estava na periferia da cidade.

Isso é mais um dado que nos faz perceber que havia uma correlação prática e simbólica na forma como os protestos foram organizados e mobilizados. E parece refletir os aspectos nacionais e globais de uma marcação de “ressonância de movimentos e de subjetividades, bem como dinâmicas de difusão e de retroalimentação” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 07).

Geografia, Identidade e Representação dos protestos em Belém

As categorias que serão descritas a seguir estão relacionadas com a segunda abordagem proposta na metodologia da pesquisa produzida. Nesta, Junho de 2013 aparece como um fenômeno que associa o caráter político-social urbano e local com ressonância de movimentos nacionais e globais. As motivações, demandas, símbolos, bandeiras, frases e produção de Identidade e Representação revelam essa peculiaridade fenomênica de Junho de 2013.

Motivações e Demandas

A “Motivação” diz respeito à inspiração, sentimento que leva a escolhas, como ir às ruas protestar, possuindo um caráter individual. No que diz respeito às motivações, assume-se uma diferenciação em três agrupamentos: motivações relacionadas às motivações consolidadas pela literatura definidas como nacionais (TATAGIBA; GALVÃO, 2019), motivações definidas como locais (PEREZ, 2019) e, por fim, motivações associadas diretamente aos protestos e em decorrência dos protestos de Belém. As motivações das primeiras manifestações foram inspiradas nos protestos nacionais, enfaticamente nas frases que apontavam a necessidade da população “acordar”, o descaso do Governo e a crítica ao sistema político, considerado corrupto.

² Ato do rato: Manifestantes usando o bom humor para protestar. Diário do Pará, Belém-PA, 26 de junho de 2013. A5. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

As motivações interpretadas como locais estão divididas em 4 eixos: saúde, educação, questionamento da gestão Estadual e Municipal, e, por fim, de movimentos sociais locais e suas indignações. Quanto à saúde, eram as seguintes: problemas e demandas não atendidos na saúde, condições precárias de saúde em UBS e falta de insumos para a saúde, como medicamentos, número insuficiente de funcionários e excesso de demandas. No que diz respeito à educação, as principais motivações eram: educação, segurança e condições precárias das instalações das escolas. Os questionamentos da gestão estadual e municipal permeiam as seguintes indagações: demissões operadas em massa pela empresa Equatorial Energia, má gestão dos resíduos sólidos, falta de pagamento do adicional de periculosidade, alagamentos; falta de iluminação, obras públicas inacabadas e denúncia do descaso da prefeitura com as demandas dos protestos. Vale ressaltar que os Movimentos Sociais locais enfatizaram demandas por direitos de sexualidade e de liberdade de gênero, assim como a defesa de direitos da criança e do adolescente.

As motivações mais específicas no contexto do ciclo de protestos em Belém foram: insatisfação com o aumento da passagem de ônibus, transtornos causados pela obra não finalizada do BRT, dificuldades em relação ao transporte público, protestos contra o vandalismo e depredação de prédios públicos, realizados durante as próprias manifestações e contra a violência policial com os manifestantes.

Com relação à categoria “Demanda”, compreendemos que essa deve ser entendida como expressão de escolhas tomadas pelos agentes no desdobramento dos protestos. Com a transformação de exigências e propostas, construídas coletivamente, que se tornam compartilhadas e que também produzem identidades durante esse processo político. As demandas são fruto de uma construção social envolvendo a população que participa do fenômeno (LACLAU, 2013). Elas se apresentam como articulação de pedidos que têm sua trajetória de satisfação ou aumento de insatisfação. Os movimentos de Junho de 2013 são uma demonstração de como as demandas foram se encadeando e se acumulando pedidos de nível local, regional, nacional e global (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Ao analisar os protestos de Junho de 2013 em Belém do Pará, separamos em demandas nacionais e demandas locais.

As demandas que consideramos nacionais são aquelas que se repetem nos protestos em nível nacional e que são descritas pelas pesquisas realizadas sobre outras cidades³ em comparação a Belém. As mais encontradas em nossa análise foram: a necessidade de paralisação das obras de

³ DOMINGUES, L. B. Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas em Belo Horizonte. Dissertação. UFMG, Belo Horizonte, 2019. PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. Opinião Pública, Campinas, 2019. TATAGIBA, L; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, Campinas, 2019. TAVARES, F. M. M; RORIZ, J. H. R; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do Junho brasileiro em 2013. Opinião Pública. 2016.

construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; a necessidade de aplicação de 10% do PIB em investimento em educação pública; o fim da corrupção; a não aprovação da PEC 37/11 (que impediria o MP de investigar criminalmente); o combate à violência contra a mulher; a conscientização sobre o trabalho infantil; a não aprovação do “Estatuto do Nascituro”; a defesa dos direitos de pessoas LBTQIA+; o veto ao Projeto de Lei 286/13 (“Ato médico”); o fim do monopólio das comunicações; a diminuição do desemprego e a necessidade de reajustes salariais e melhores condições de trabalho na área da saúde.

No que diz respeito a demandas locais no contexto do ciclo de protestos, encontram-se poucas investigações que fogem do eixo sul-sudeste (PEREZ, 2021), e, por isso, é importante destacar o que foi pautado em Belém no que diz respeito ao contexto local. Salientam-se, então, as seguintes demandas locais de Belém: a retomada de obras públicas (BRT, macrodrenagem, duplicação de vias); a aceleração e transparência na execução das obras do BRT; melhoria do transporte coletivo, a redução e congelamento da tarifa de ônibus; passe livre para estudantes e desempregados; o fim do vale digital e retorno do vale-transporte; a melhor gestão de resíduos sólidos; a reforma das escolas e a destinação de 25% da receita do município para a educação à prefeitura.

Símbolos, bandeiras e frases

Esses elementos foram importantes para observar a performance e as múltiplas formas de discurso exploradas para representar a indignação e objetivos reivindicatórios. Antes de descrever os principais dados coletados dos jornais impressos locais da cidade de Belém, é primordial que se explique sobre Identidade e Representação. É praticamente um consenso nas pesquisas realizadas sobre Junho de 2013 que os atores-participantes construíram sua identidade durante os próprios protestos, mas de modo multifacetado (PEREZ, 2021).

A identidade social expressa coletivamente nas Jornadas de Junho em Belém não era uniforme, mas estava mais próxima de um mosaico de identificações, na tentativa de compreendê-la foram elaboradas as seguintes categorias: símbolos, bandeiras e frases. Os símbolos mais evidenciados durante a análise foram: pinturas faciais; apitos; narizes e fantasias de palhaço; camisas do Brasil, camisas brancas e camisas confeccionadas para os protestos; bandanas usadas como máscaras; jalecos; uniformes de escola; catavento representando a infância; caixão ilustrativo para um rato; cortejo fúnebre satírico; fotos, orelhas, máscaras, camisas e cartazes que remetiam a um rato e ao descaso com a saúde pública; tenda para conscientizar contra a PEC 37; abraço simbólico em um hospital. Em relação às bandeiras, as mais presentes foram: bandeiras do Brasil e

do estado do Pará, bandeiras do movimento anarquista, do movimento LGBTQIA+ e de partidos de esquerda como o PSOL (apesar da recomendação das organizações dos protestos para que se mantivessem as manifestações apartidárias).

Assim como as principais frases proferidas pelos manifestantes no contexto investigado – por meio de entrevistas realizadas pelos jornais e cartazes exibidos nas matérias – foram: “não é só pelos 20 centavos, é pelo fim da corrupção” (frase que se repetiu com algumas variações); “fora ladrão, você não me representa”; “o povo não é bobo, abaixo a rede Globo”; “não foi por um partido, foi por todos nós”; “sem bandeira!”; “os verdadeiros vândalos estão no poder, o Brasil acordou”; “sem movimentos sociais”; “não é porque somos contra os partidos [...] não queremos que eles controlem o movimento”; “vadias somos nós, nossa força e nossa voz” (durante a “Marcha das Vadias”), “não à PEC-37” (durante a manifestação em frente ao Ministério Público do Pará) e também era comum que cantassem o hino nacional ao longo das manifestações analisadas.

Notamos que, apesar de as máscaras serem utilizadas durante as manifestações sem relação, majoritariamente, com atos de conflito direto, em um momento específico do único protesto⁴ onde a violência se destacou, o uso de máscaras que fizeram alusão ao “V de vingança” remeteram à característica de anonimato que favorece os atos de depredação ao patrimônio privado e público, assim replicando táticas globais de conflito direto durante os protestos (DOMINGUES, 2019).

Assim, é pertinente mencionar a contribuição dos estudos de Alonso (2017). A pesquisadora mapeou três repertórios relevantes para pensar esses protestos no cenário nacional. O repertório “socialista”, como aquele que está presente na esquerda brasileira desde o período de redemocratização, com bandeiras partidárias/movimentos sociais, priorizando organizações mais verticais; enquanto o repertório “patriótico” é caracterizado pelo nacionalismo e discurso anticorrupção, além da estética verde e amarelo com símbolos que remetem às “Diretas Já” e ao “Fora Color”. Por fim, o repertório “autonomista”, que é considerado novidade, está relacionado a grupos “libertários” com críticas ao poder e ao Estado, que utilizam táticas de confronto direto, com propostas de novos estilos de vida e organizações mais horizontais (ALONSO, 2017, pp. 49-50).

Nesse sentido, os protestos de Junho de 2013, embora citassem diretamente a demanda reclamada, denotavam que o problema que as manifestações denunciavam não se tratava necessariamente de problemas oriundos de uma crise econômica aguda e de supressão de direitos, mas que ambos os espectros políticos se encontravam no antigovernismo, que poderia ser traduzido no antipetismo a posteriori. Era uma crise que se encontrava, em alguma medida, na representatividade política e na discussão sobre o que ela deveria significar, era reivindicada uma

⁴ Grupo isolado iniciou confusão, diz testemunha. Diário do Pará, Belém-PA, 22 de junho de 2013. A6. Acesso em 31 de janeiro de 2022.



identidade que não poderia ser aquela representada por partidos e movimentos sociais centralizados em suas diretrizes e forma de ação tradicional, que já pareciam ultrapassadas e fadadas à cooptação pelos novos movimentos políticos. Dessa forma, é perceptível o vínculo desses protestos com os outros ocorridos no cenário global, os quais expressavam uma indignação generalizada e eram marcados pela “rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política” (PEREZ, 2019, p. 586).

Nunes (2022) argumenta que a falta de unificação de demandas por parte dos movimentos progressistas em Junho de 2013, permitiram que as demandas expressadas nas manifestações fossem permeáveis a estratégias e táticas da extrema-direita, que exploraram as ambiguidades e vagezas dos significantes que compunham as manifestações das Jornadas de Junho de 2013. Mais adiante, a extrema-direita pôde unificar-se com a criação do signifiante: antipetismo, que foi alimentado e traduzido como sinônimo de luta contra a corrupção e como nova forma de revolução política conservadora (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 87).

Informações não encontradas nos jornais

Os dados referentes à raça, ao gênero, à classe social e à escolaridade não eram mencionados nos jornais. Assim como as manifestações da Marcha do Orgulho LGBTQIA+ e da Marcha das Vadias foram publicadas em apenas um jornal sem muito detalhamento, revelando certo distanciamento dos jornais com esses temas.

A repressão policial não foi enfatizada nas notícias dos jornais, mas sim sua maneira pacífica de atuação. Inclusive, essa maneira pacífica de atuação da polícia nos protestos foi encontrada somente em Belém do Pará. Nas outras capitais brasileiras, foram descritos processos de intensa repressão policial, inclusive, sobre os estudantes universitários. Em entrevista ao jornal Amazônia, após o primeiro protesto⁵ – o qual foi o maior em relação aos outros dias –, os manifestantes enfatizaram que a polícia acompanhou o protesto de forma pacífica sem haver nenhuma violência durante o percurso.

Em entrevista ao jornal paraense⁶, alguns policiais também são entrevistados e falam que o comportamento dos manifestantes foi pacífico e exemplar. O texto destaca que os manifestantes cantaram o hino nacional e cumprimentaram os policiais no final do ato. O jornal traz uma foto da manifestação, evidenciando um cartaz com a seguinte frase: "os verdadeiros vândalos estão no

⁵ Segue a onda do país: hino nacional cantado no final do ato. Amazônia, Belém-PA, 18 de junho de 2013. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

⁶ Ibidem. Amazônia, Belém-PA, 18 de junho de 2013. Acesso em 31 de janeiro de 2022.

poder, o Brasil acordou”. Na matéria, vários manifestantes falam que é possível perceber o sentimento de otimismo compartilhado frente a novas formas de participação política presente nas manifestações nacionais. Há também o reforço do sentimento de insatisfação e de indignação com a situação política e social do país, além da menção a novos pertencimentos políticos.

Em outro grande protesto⁷, os jornais mencionam um episódio de violência realizado por um grupo isolado, que divergia do clima geral dos protestos pacíficos. Nesse episódio, justifica-se a violência policial exercida sobre esse grupo, sob o argumento de que eles atiravam pedras e outros objetos nos policiais, o que os obrigou a lançar gás lacrimogêneo nos manifestantes. Para Bringel e Pleyers (2015), há um novo tipo de ativismo social evidenciado nas Marchas de Junho de 2013. Esses episódios trazem novos elementos de conflitualidade que já estão presentes em movimentos de uma nova “geopolítica da indignação global” (BRINGEL; PLEYERS, 2015), onde há forte espaço de disputa de representação da própria política. Dessa forma, esses conflitos extrapolaram a política institucional com a participação ativa de pessoas comuns, que, em muitos casos, participavam pela primeira vez de um protesto.

Considerações finais

Observamos que Junho de 2013 está inserido no contexto global dos protestos que se iniciam em 2009 e que trazem um novo conjunto repertorial de ação coletiva. São características desse período novas formas de ação coletiva que enfatizam a subjetividade e modos personalizados de engajamento político. Junho de 2013 também se destaca pela unificação das demandas em torno de significantes que revelam a negação do sistema político e sua institucionalidade em partidos, sindicatos e movimentos sociais considerados hierarquicamente verticalizados (DOMINGUES, 2019).

Somado a isso, notamos que os protestos de 2013 ofereceram formas repertoriais de ação de diferentes combinações com ênfase nos elementos autonomistas (ALONSO, 2017). E acentuaram uma conflituosidade que já existia entre campos políticos distintos, ao trazer novos atores e demandas que refletiam as dinâmicas globais nas formas de ação coletiva.

O que também pareceu significativo de Junho de 2013 foi a crítica combinada do sistema político representativo com a associação da tecnologia das redes sociais. Com a combinação desses dois elementos, novas identidades e subjetividades surgem no campo político e estas se supõem mais horizontais e representativas. As identidades e subjetividades não poderiam mais ser forjadas em movimentos sociais centralizados e verticalizados, que tinham suas formas de ação consideradas

⁷ Grupo isolado iniciou confusão, diz testemunha. Diário do Pará, Belém-PA, 22 de junho de 2013. A6. Acesso em 31 de janeiro de 2022.



atrasadas e fadadas à cooptação burocrática.

Para alguns, essa mudança de direção de novas subjetividades políticas produziu efeitos muito perversos (DEAN, 2016), como o aumento do comportamento egoico e individualista junto à fragmentação das pautas dos movimentos sociais e políticos. Além do incentivo a formas de ação coletivas menos solidárias e com menor horizonte de políticas em comum.

É possível que isso também explique a participação em massa de jovens de classe média nos protestos de 2013, pois, no que se refere à discussão sobre interpretação política da realidade, as expectativas desses jovens acerca do futuro provavelmente eram maiores em comparação aos pais. E suas divergências, naquele momento, seriam porque, embora no ano de 2013 a economia estivesse estável e até em crescimento, essas dinâmicas de transformação estavam em declínio em relação aos anos anteriores, assim ameaçavam as transformações futuras e as mudanças já conquistadas (NUNES, 2022, p. 155).

Para Nunes (2022), além da faixa etária jovem de classe média e urbana participando de forma majoritária, são importantes indicativos de especificidade do período a pequena participação das massas tradicionais aos protestos, a capacidade rápida de adesão massiva aos protestos que não pôde ser controlada pelas organizações, além do déficit de democracia e participação como questão central (NUNES, 2022, p. 153).

Para Cardoso (2020), a conjuntura 2013-2016 foi mais um momento “seredípico” da ação política dessa fração da classe média conservadora brasileira. Período ímpar de constituição e afirmação de identidade de classe e frações de classe por parte de diferentes parcelas das classes médias, que têm como principal eixo organizador as práticas e os processos de construção de significado referenciados no exercício do poder de Estado.

Nesse sentido, poderíamos interpretar Junho de 2013 como mais um momento político de inovação, no modo de produção de identidades entre frações de classe, em torno da disputa de seus próprios modos existenciais articulados com lutas materiais. Vale acrescentar que tal inovação veio acompanhada do reforço do protagonismo individual com a mediação tecnológica das redes sociais. Assim, parece que 2013 revelou a hegemonia das formas de ação e participação políticas que esvaziavam a solidariedade e as formas coletivas de ação.

Referências

BATESON, Gregory. **Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas da cultura**. Tradução: Magda Lopes, São Paulo: Edusp. 2018.

BENNETT, W. Lance; SEGGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action**. New York: Cambridge University Press, 2013.

BRINGEL, B; PLEYERS, G. **Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nueva Sociedad, 2015.

CAETANO, Renato Duarte. **Enquadramentos na literatura sobre Junho de 2013**. Texto preparado para encontro do Projeto “Transformações do Ativismo: Junho de 2013 em perspectiva comparada”, o qual foi realizado no IESP, Rio de Janeiro, dezembro de 2017.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. **Classes médias no Brasil: estrutura, perfil, oportunidades de vida, mobilidade social e ação política**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

CAVALCANTE, Sávio. **Classe média, meritocracia e corrupção**. Crítica Marxista, n. 46, p. 103-125, 2018.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: UbuEditora, 2022.

DEAN, Jodi. **Crowds and Party**. Londres: Verso, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity, 2015.

DOMINGUES, Letícia Birchal. **Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas em Belo Horizonte**. Dissertação. UFMG, Belo Horizonte, 2019.

GIUSTI, Dominik. **Reunião discute mobilização para passeata em Belém**. G1 PA, 16 jun 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/reuniao-discute-mobilizacao-para-passeata-em-belem.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: Editora Travessa, 2013.

MARQUES, Rodolfo S; CONCEIÇÃO, Bruno da S; OLIVEIRA, André S. **Desequilíbrio das informações ao cidadão: estudo de caso da relação entre jornais impressos e política no estado do Pará**. Revista de Ciências Sociais, v.6, nº1, p. 182-203, jan/jun 2016.

MENDONÇA, Ricardo F; FIGUEIREDO, Júlia M. **No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013**. Rev. Serv. Público:Brasília 70 (4) 735-754 out/dez de 2019.

MENDES, Luiz A. S. **Revista Espacialidades** (online), v. 14, n. 1. 2018.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PEREZ, Olívia Cristina. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho**. Opinião Pública, Campinas, vol. 25, nº 3, set.-dez., p. 577-596, 2019.

PEREZ, Olívia Cristina. **Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre**

as Jornadas de Junho de 2013. Izquierdas (Santiago), v. 1, p. 1-16, 2021.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016).** Opinião Pública, Campinas, vol. 25, nº 1, p. 63-96, 2019.

TAVARES, Francisco M. M; RORIZ, João. H. R; OLIVEIRA, Ian. C. **As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do Junho brasileiro em 2013.** Opinião Pública. 22: 140-166, 2016.

Bárbara Lou da Costa Veloso Dias

É professora no Instituto de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e pesquisadora membro da Rede Internacional de Pesquisa GENA (Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas; laboratório Sophiapol, Université Paris Nanterre). É doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ/IESP). –
bvdias@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0166-7854>.

Allyne Melo

É estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. É pesquisadora de Iniciação Científica desde 2021, primeiro como bolsista PIBIC e atualmente como bolsista PIVIC. –
allyne.melo@ifch.ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6868-913X>.

Isadora Ribeiro

É estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. É Pesquisadora de Iniciação Científica desde 2021, ambos os ciclos como bolsista PIBIC. – isadora.ribeiro@ifch.ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5766-3587?lang=en>

**Das Jornadas de 2013, de Rousseff ao
“Capitão”:
Agentes, interesses latentes e a trajetória da
crise institucional brasileira (2013-2018)**

**Journeys of 2013, from Rousseff to
“The Captain”:
Agents, latent interests and the Brazilian
institutional crisis’ trajectory (2013-2018)**

♦ César Luciano Filomena

RESUMO

Esse trabalho aborda a trajetória da crise brasileira pós-2013 e alterações institucionais subsequentes. Nela, setores da Justiça e do controle de contas públicas, da tecnoburocracia e do capital se articularam à ascensão de neófitos políticos de linha conservadora e antigos defensores do período de Regime Autoritário Brasileiro. Investiga as razões para mudanças de rumos institucionais vigentes até Rousseff. Analisa a identidade dos agentes políticos, suas posições e, com base em evidências, os interesses latentes que os motivaram a proporcionar profundas mudanças nas políticas construídas na década de 2000 para as de 2010. Pesquisa qualitativa, exploratória e documental, que segue uma abordagem institucionalista assentada na análise da sequência de eventos nos quais a conjuntura e *timings* importaram para mudar a trajetória bem-sucedida dos regramentos instituídos nos governos democrático-emancipatórios do PT, substituindo-os por novas instituições liberais e autoritário-conservadoras.

Palavras-chave

Brasil; agentes políticos; crise institucional; PT; autoritarismo.

ABSTRACT

This work addresses on the trajectory of the post-2013 Brazilian crisis and subsequent institutional changes. In it, sectors of Justice and control of public accounts, technobureaucracy and capital joined forces with the rise of conservative political neophytes and former defenders of the Dictatorship period. It investigates the reasons for changes in institutional directions in force until Rousseff. Based on evidence, It analyzes the identity of political agents, their positions and the latents interests that motivated them to provide profound changes in the policies built in the 2000s to the 2010s. Qualitative, exploratory and documentary research,

which follows a settled institutionalist approach in the analysis of the sequence of events in which the conjuncture and timings mattered to change the successful trajectory of the rules instituted in the PT's democratic-emancipatory governments, replacing them with new liberal and authoritarian-conservative institutions.

Keywords

Brazil; political agents; institutional crisis; PT; authoritarianism.

1. Introdução

Estudar as razões da Jornada de Protestos de 2013, em sentido metafórico, é como interpretar o *Teatro Mágico* de Hesse (2000). Se nele cada ato era rico em nuances e em cenas cujo sentido articulado entre elas beirava a esquizofrenia, não é diferente quando, como cientistas sociais, olhamos para trajetória de passeatas, de manifestos e, até, de vandalismos que tomaram conta do Brasil naquele ano. Porém, diferente de Hesse, onde as experimentações eram mentais, houve, nos fatos do mundo real, um fio condutor capaz de articular algo que ganhou significados junto a grupos políticos e interesses contraditórios.

Até hoje, a resposta ao questionamento de que fio foi esse permanece irresoluta. Dez anos se passaram, e à distância dos acontecimentos, hoje parecem mais atos cujas razões se assentam em encenações feitas às *sombras da alegoria da caverna*. Se na aparência eram inovadores, na realidade não passaram de bloqueios a uma emancipação brasileira para além dos “limites da escuridão”¹.

Um movimento iniciado em 2012 na cidade de Porto Alegre, capital do estado mais meridional do Brasil, uma justa reivindicação² de redução dos preços das passagens no transporte público local, em menos de dois meses, ganhou contornos de crise junto à opinião pública. Transformou-se numa dura crítica aos gastos com a Copa do Mundo no Brasil, depois, em revolta contra o Governo da Presidenta do Brasil Dilma Vana Rousseff do PT, e, ainda, deu lastro a uma agenda de pretensos combates à corrupção (SANTOS; TEIXEIRA, 2014).

Dos grêmios estudantis aos salões da FIESP³, os movimentos de 2013 importaram mais pelo que deles adveio do que pelos seus objetivos, em tese, manifestos à época. Funcionaram como o estopim de uma rede de oportunidades que proporcionou a novos e a velhos agentes políticos, muitos destes tributários de descréditos históricos, colocarem-se como protagonistas legitimados

¹ Aqui a referência é ao Mito da Caverna de Platão (2005).

² Justa porque foi lastreada em auditorias feitas no transporte público do município de Porto Alegre pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS (vide Cattani, 2014, p. 103-107).

³ FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entidade ligada ao setor secundário (industrial) de representação empresarial, reconhecidamente a mais importante do Brasil.

nas arenas das políticas. Nos períodos subsequentes, outros episódios deles derivados alteram o curso regular da institucionalidade político-democrática brasileira então vigente, e, por que não dizer, econômica também.

Da “guerrilheira” Rousseff, reeleita em 2014 e deposta em 2016, ao “Capitão” Jair Messias Bolsonaro, eleito no final de 2018, foram anos de profundas crises, com subsequentes transformações institucionais e de rumos na política e nas políticas públicas. Neles, os interesses que articulam o bloco de oposição aos governos do PT foram diversos e, em larga medida, mantidos como latentes, sob pena de eventuais insucessos se, à época dos fatos, fossem manifestos.

Neste trabalho, a abordagem não recai sobre 2013, e sim na trajetória da crise e de alterações institucionais, de regras que se seguiram. Portanto, dedica-se ao que ocorreu após, quando setores da Justiça e do controle de contas públicas, da tecnoburocracia e do capital se articularam à ascensão de neófitos políticos de linha conservadora e recolocaram antigos defensores do período de Regime Autoritário Brasileiro (1964-1984) em evidência.

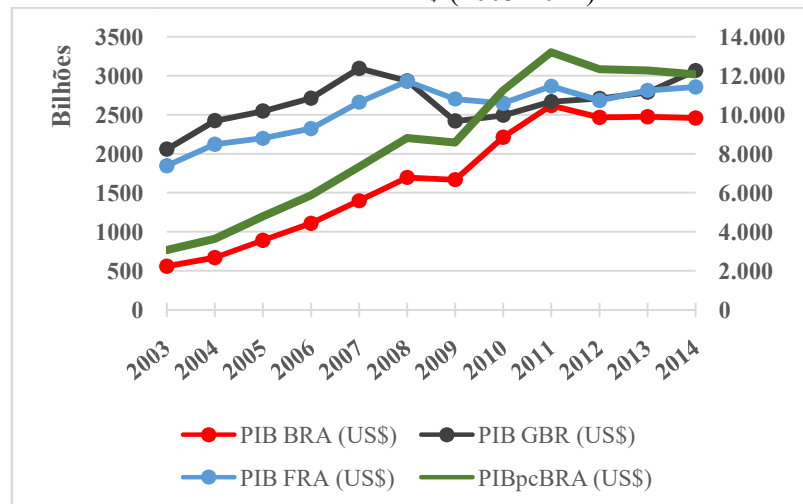
Tem como problema investigar as razões para as mudanças de rumos institucionais vigentes até Rousseff. Como objeto, analisa a identidade dos agentes políticos, suas posições e, com base em evidências, os interesses latentes que os motivaram a proporcionar profundas mudanças nas políticas construídas na década de 2000 para as de 2010. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório e documental, que segue uma abordagem institucionalista assentada na análise da sequência de eventos nos quais a conjuntura e os tempos (*timings*) importaram para mudar a trajetória até então bem-sucedida dos regramentos instituídos nos governos democrático-emancipatórios do PT, substituídos por novas instituições liberais e autoritário-conservadoras.

Na seção subsequente, faz-se uma breve revisão sobre os conceitos que orientam esta pesquisa à luz dos eventos de 2013 e daqueles que dele derivaram até o *impeachment* de Rousseff (2016). Segue abordagem de análise de trajetória de instituições e da associação com os significados (significantes das mudanças), a partir de conjecturas nas quais sequências específicas de eventos nos tempos (*timings*) podem alterar o curso do equilíbrio institucional vigente. Na terceira seção, os agentes políticos e setores envolvidos nos eventos pós-2013 são, em linhas gerais, identificados aos acontecimentos ocorridos já entre 2014 e 2016: agentes economicamente liberais e neoconservadores, em parte autoritários, que obtiveram êxitos no *impeachment* de Rousseff, na fragilização do PT e na inviabilização do ex-presidente Lula. Na quarta seção, são apresentadas evidências das razões latentes sob as quais as ofensivas contra o PT e suas políticas foram articuladas. Enfim, na última seção, uma breve conclusão um pouco inconclusa.

2. Dos conceitos até o *impeachment*

Nos períodos anteriores e concomitantes às Jornadas de 2013, não existiam sinais perceptíveis de descontentamentos que justificassem as crises que seguiram. Era um momento de certa euforia com as potencialidades do Brasil. A economia alcançara patamares excepcionais. As políticas dos governos do PT de Lula (2003-2010), seguidas por Rousseff desde 2010, fizeram o Brasil ascender do 14º posto, em 2003, na economia mundial (US\$ 558 bilhões) ao 7º, nos anos de 2010 a 2014 (mais de US\$ 2 trilhões), com números que rivalizavam com os do Reino Unido e da França. O PIB per capita, antes na faixa de US\$ 3mil por ano, evoluiu para mais que quádruplo desse valor. Isso é o que sintetiza o gráfico 01.

Gráfico 01 – Evolução do PIB do Brasil, Reino Unido e França em bilhões de US\$ e PIB per capita do Brasil em US\$ (2003-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2023)

Na perspectiva do institucionalismo histórico, retornos positivos crescentes para a população (*increasingreturns*), seguidos de uma perspectiva de eventos que reforçariam a manutenção da trajetória das políticas (*path-dependence*), levavam a crer na manutenção do equilíbrio no curso delas. Em números, os indicativos eram sim de uma regularidade na continuidade do governo de Rousseff para mais uma gestão e um coroamento desse bom momento com o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. No entanto, nem sempre é assim que as coisas acontecem.

Como alerta Pierson (2004), há eventos cujo alcance hipotético é limitado, mas que podem produzir mudanças substantivas no equilíbrio político existente. É preciso ter atenção ao contexto social, à sequência e ao tempo (*timings*) em que esses eventos aparecem para conjecturar os impactos que podem gerar, alterando ou não o curso esperado das instituições.

A Jornada de 2013 foi desses eventos potencialmente desviantes de rumos que, no *timing*, impactou na trajetória política até então esperada. Foram protestos organizados a partir de uma nova dinâmica comunicativa articulada desde as redes sociais na *internet*. Tiveram lastro em posicionamentos técnicos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), ao qual cabia, à época, e ainda cabe, cumprir com as funções de *accountability* horizontal através da análise da regularidade procedimental dos atos dos governos: uma das oito clássicas dimensões propostas por Diamond e Morlino (2004) para avaliação da qualidade dos regimes democráticos⁴. Como órgãos públicos de controle externo, tribunais de contas integram o rol de garantias ao exercício pleno da cidadania, segundo O'Donnell (2011). Importam como instituições da democracia e legitimam através das posições técnicas que firmam a autoridade de cobrança da cidadania sobre os governos⁵.

Para aqueles que permaneciam na oposição ou que estavam no governo de Rousseff sustentados apenas por interesses pontuais, 2013 foi uma janela de oportunidades para demonstrarem descontentamentos e abrirem pontos de articulação convergentes de interesses contrários aos do PT, principalmente, e seu governo na União.

Como mostram Santos e Teixeira (2014), as Jornadas de junho a julho, nas quais os protestos iniciais tinham foco no transporte público e no valor das passagens, ao final, na opinião pública, transformaram-se na conjuntura vigente, em curto espaço de tempo, em críticas aos gastos públicos com a Copa do Mundo, que ocorreria no ano seguinte, 2014, e na insatisfação com o governo Rousseff e com a corrupção. Forjaram, nessa conjuntura e tempo, um *timing* potencial para mudanças de rumos.

Cattani (2014), ao refletir ainda sob o calor dos fatos, aponta para os agentes econômicos (empresários, rentistas, os donos do capital) como aqueles que de imediato tiraram proveito da crise de 2013. Mesmo não tendo acordo com as demandas dos protestos, colocaram na agenda a possibilidade de queda de Rousseff. Ao se autoelogiarem junto à opinião pública, oportunisticamente apontavam para a pretensa ineficiência e corruptibilidade do Estado quando este era comparado à excelência do setor privado. O poder simbólico intensamente explorado pelos agentes que representavam os setores econômicos nas manifestações de virtudes das “classes produtivas” era um modo eficaz de desqualificação do governo “inimigo” de Rousseff à época.

Simbolicamente, as críticas ao governo de Rousseff, à corrupção e à ineficiência estatal

⁴ A qualidade dos regimes democráticos é avaliada segundo (a) dimensões procedimentais – *accountability* horizontal [1], vertical [2], estado de direito [3], participação [4] e competição política [5] –, (b) de qualidade de conteúdo – liberdade (direitos políticos, civis e socioeconômicos) [6] e igualdade política dos cidadãos perante as leis [7] – e (c) de qualidade dos resultados (capacidade de respostas dos governos às demandas e expectativas da cidadania) – *responsiveness* [8]. Estas, no entanto, não são as únicas medidas a serem consideradas. O conhecimento produzido para a cidadania sobre a administração pública também importa segundo Domingues, Filomena e Miebach (2022). Ainda, para uma análise crítica sobre diferentes perspectivas críticas da qualidade da democracia, ver Gugliano (2013).

⁵ Para debate sobre o papel dos tribunais de contas em regimes democráticos, ver Filomena (2022).

articularam sentidos juntos àqueles que se opunham ao PT como partido de liderança nacional. Forjaram uma cadeia de significados capazes de reunir, em um mesmo campo, agentes políticos que, em períodos anteriores, estavam dispersos na oposição e, inclusive, no apoio contingencial ao PT e a seus governos. Numa simplificação, a identidade entre eles, nesse momento (em 2013, depois 2014), era de negação, de antagonismo, ao que os governos do PT, de modo geral, representavam: uma clara simetria com as interpretações de movimentos sociais feitos pela tradição pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (2004) e de Laclau (2000).

De prático, como significados, trouxeram coesão a setores antes dispersos da oposição e de agentes que se descolaram do governo, mas não foram suficientes para, diante da legitimidade do processo eleitoral, impedirem no voto popular a reeleição de Rousseff para mais um mandato presidencial: no primeiro turno, Rousseff, do PT, avançou para o segundo turno para disputa contra Aécio Neves do PSDB, respectivamente, com 41,59% e 33,54% dos votos válidos; no segundo turno, venceu com o percentual de 51,63% dos votos válidos contra 48,36% do seu adversário (TSE, 2014).

Ao contrário do imaginado, a reeleição de Rousseff não significou um fortalecimento para um período subsequente de governo. Num primeiro momento, porque sua vitória foi questionada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela chapa do seu adversário, tento para o qual este não obteve êxito⁶. Segundo, porque, junto ao Legislativo, Rousseff não conseguiu consolidar uma maioria parlamentar que assegurasse base de apoio ao governo. No Brasil, a regra da governabilidade é sustentada pela institucionalização não formal do que ficou conhecida como Presidencialismo de Coalizão, em que os partidos integrantes das bases parlamentares de apoio compartilham espaços negociados nos governos (ABRANCHES, 1988). Em um terceiro momento, porque as bases de um bom desempenho na política econômica existente até 2013 não se estenderam para 2014 e 2015.

Nas instituições político-democráticas de Brasil, governos que não atendem pelo menos a uma das condicionantes – conseguir estabelecer o Presidencialismo de Coalizão e/ou obter bom desempenho nas políticas econômicas – têm muitas dificuldades em se manter. Após a Constituição Federal de 1988, os presidentes que não atenderam a uma delas ao menos sofreram *impeachment*⁷.

Ambas as condições não fazem parte da formalidade das instituições democráticas brasileiras. Enquadram-se no instituto das regras informais defendidas por North (1990), essenciais

⁶ Essa foi iniciativa de questionamento, foi de cunho subjetivo do candidato derrotado em 2014, pouco acompanhada pelos seus pares de PSDB. Não existiam quaisquer indícios de irregularidades na eleição de 2014, tanto que Rousseff, do PT, e seu vice, Michel Temer, do PMDB, foram regularmente diplomados e assumiram seus cargos em 1º de janeiro de 2015.

⁷ Esse foi o caso de Presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e de Rousseff, como será abordado adiante.

para garantir a regularidade das negociações entre os agentes que participam das arenas políticas. Porém, por si só, também não bastam para remoção do Chefe de Estado da nação. É preciso fato que formalize a configuração de crime diante do descumprimento de uma regra formal.

Na trajetória de eventos, o Tribunal de Contas da União (TCU), nas suas atuações técnicas de auditorias, já havia encontrado indícios de irregularidades nas contratações que envolveram o Governo Federal e empresas públicas, dentre elas, a Petrobrás nos anos de 2012, 2013 e 2014. Esses indícios, por razões até hoje complexas no tocante a suas explicações, recaíram à responsabilidade investigativa da Polícia Federal do Paraná, à promotoria do Ministério Público Federal do mesmo estado e, por consequência, à jurisdição da Justiça de primeiro grau de Curitiba, capital estadual. Trata-se da operação conhecida como Lava-Jato.

A Lava-Jato, em 2014 e nos anos seguintes, arrolou responsabilidades que chegaram aos agentes dos governos de Lula e de Rousseff. Atingiram empresas públicas, principalmente a Petrobrás e seus negócios, numa pretensa rede de corrupção que chegava ao PT e ao próprio ex-presidente Lula. No entanto, jamais constituiu indícios robustos que atingissem à Presidência de Rousseff. Contra ela, nunca houve sinais de comprometimento pessoal com ilícitos (FILOMENA, 2017).

Logo, mesmo sem atender a nenhuma das condicionantes informais institucionalizadas para garantir a manutenção de um governo, por força dos indícios de corrupção, esses não seriam suficientes para caracterização de crimes de responsabilidade da Presidência via Lava-Jato. Outra irregularidade fora do Presidencialismo de Coalizão, da avaliação do governo e da corrupção tinha que ser arrolada para legitimar o impedimento presidencial.

O Relatório do Parecer sobre as Contas do exercício de 2014 de Rousseff de outubro de 2015 com a recomendação ao Congresso Nacional pela rejeição das contas, sob a relatoria do Ministro do TCU João Augusto Nardes⁸, foi a irregularidade aguardada por seus opositores para qualificar a Presidenta em crime de responsabilidade. Diz o Parecer:

O Tribunal de Contas da União é de parecer que as Contas atinentes ao exercício financeiro de 2014, apresentadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, [...], representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro de 2014; contudo, devido à relevância dos efeitos das irregularidades relacionadas à execução dos orçamentos, [...] não houve observância plena aos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública federal, às normas

⁸ Ministro nomeado em 2005, cuja indicação coube ao Congresso Nacional. Tem, na sua trajetória, vínculos com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao Regime Autoritário (1964-1984), e aos partidos que sucederam essa sigla – PDS, PPR, PPB e PP, pelos quais foi vereador na cidade de Santo Ângelo-RS, deputado estadual e federal, ligado ao setor primário. É administrador de empresas e tem mestrado em estudos do desenvolvimento pelo Institut Universitè d’Études de Genève (1981). Fonte TCU.

constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, conforme estabelece a lei orçamentária anual, razão pela qual as Contas não estão em condições de serem aprovadas, recomendando-se a sua rejeição pelo Congresso Nacional (TCU, 2016, p. 915-916).

Segundo Filomena (2017), o Parecer supra se sustentava numa reinterpretação pelo colegiado do TCU quanto ao enquadramento como irregularidade do modo de repasse de recursos da União para os bancos públicos pagarem programas sociais, sem prévia autorização específica do Legislativo. Até então, a prática administrativa que ficou conhecida como “pedaladas fiscais” era aceita, mas, nessa oportunidade, não foi.

As “pedaladas fiscais”, menos relevantes pelos seus aspectos técnicos, mais pelo signo que oportunizava, funcionaram como o que Laclau (2006) argumenta ser um significante vazio. Com entendimentos diversos ou inconclusos sobre seu sentido, esse significante é sob o qual grupos articulam pontos de identidade de desconstituição de um inimigo comum, ao qual eles pretendem suprimir para que tenham curso suas demandas em detrimento das do último.

Pelo foco institucionalista, o referendo pelo TCU às irregularidades por força das “pedaladas fiscais” foi, no *timing* político, o ato pelo qual se conjectura legitimação aos eventos subsequentes de instauração de crime por responsabilidade à Presidência.

Depois do Parecer, já com ruidosos movimentos de rua favoráveis e contrários ao *impeachment*, num curto período, de dezembro de 2015 a maio de 2016, foi decidido no Congresso Nacional o afastamento de Rousseff. Sem os mesmos índices econômicos que teve até 2014 (vide seção 4), sem o apoio do vice-presidente Temer, do PMDB, houve, em agosto, a cassação definitiva do seu mandato.

O processo de *impeachment* brasileiro não diferiu em substância da solução dada a outros tantos momentos de crises institucionais na América Latina. Segundo Pérez-Liñán (2009), o juízo político do Legislativo sobre a remoção de presidentes é mecanismo consagrado em repúblicas com baixo apreço pelas instituições político-democráticas como as do Continente Sul-Americano e da América Central. Portanto, nenhuma novidade. No entanto, no caso brasileiro, diante da confiabilidade política alcançada nas regras desde a Constituição de 1988, os custos com *timings* de rupturas, seguidos de retrocessos institucionais, foram bastante altos, como aprofundado nas duas seções seguintes.

Na seção subsequente, faz-se um mapeamento dos setores, órgãos públicos e agentes que emergiram para as arenas políticas no pós-2013 e notabilizaram-se, principalmente nos atos e movimentações favoráveis ao *impeachment*, e que, durante e após, assumiram protagonismos que resultaram também na impossibilidade de Lula concorrer, em 2018, à presidência.

3. Oportunistas e *outsiders*

Se até 2016 a preocupação principal dos setores articulados contra o PT e os seus governos era com cassação do mandato de Rousseff, após o *impeachment*, o objetivo se tornou desconstituir o partido (e outros setores e partidos do campo das esquerdas), suas políticas públicas e inviabilizar Lula. O que seguiu foi um pacto latente de tolerância ao governo de Temer (maio de 2016 a 2018), contrabalançado por profundas mudanças institucionais nas políticas, que se mostraram onerosas ao novo presidente e à Nação, como aprofundado na seção 4.

O ônus não se limitou a reforçar o poder de uma base parlamentar fisiológica no Congresso Nacional – o Centrão – num pacto de governabilidade. Estendeu-se por oportunizar a *outsiders* de baixa aderência à institucionalidade democrática protagonismos na política do Brasil. Identificar quem são os novos protagonistas nessa intrincada rede de articulações de setores, órgão de estado e de agentes emergentes é do que se ocupa a presente seção.

Assim como aconteceu nas Jornadas de 2013, as mobilizações populares que levaram às ruas do Brasil milhões de pessoas a favor do *impeachment* nos anos de 2015 e 2016 ocorreram a partir de um espaço pouco dominado pela política tradicional: as redes sociais virtuais asseguradas pela difusão da *internet*. Traziam às manifestações uma euforia diante da perspectiva real não apenas da cassação do mandato de Rousseff, mas, com o curso das investigações e punições da Lava-Jato, também da possibilidade iminente de condenação de Lula.

Esse momento histórico foi indissociável da operação Lava-Jato. Desde 2014, ela se tornou a pauta principal junto às mídias regulares. Ganhou, ao longo de 2015 e 2016, coberturas jornalísticas com superexposições diárias sobre os avanços das investigações pela Polícia Federal. Manifestações cotidianas dos procuradores do Ministério Público Federal envolvidos na força-tarefa da operação eram correntes. Um volume imenso e em tempo recorde de delações premiadas e de condenações criminais na Justiça que envolveu desde empresários das grandes empreiteiras da construção pesada a diretores da Petrobrás. Dezenas de prisões por crime de corrupção para aqueles arrolados no esquema de rombos de centenas de milhões de reais na Companhia. Ainda, a crescente narrativa de que o líder do processo seria o ex-presidente Lula.

Capital do Estado do Paraná, Curitiba foi transformada no centro das atenções políticas do Brasil. Personagens até então anônimos, como o juiz titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sergio Fernando Moro, e do Procurador Deltan Martinazzo Dallagnol, ganharam as capas e os editoriais das publicações mais importantes do país. Eram os “virtuosos justiceiros” que “acabariam com a corrupção no Brasil”: protagonistas de uma modalidade de ativismo político-judicial que

transbordava os limites de atribuição legais dos órgãos públicos e Poder dos quais eram membros.

Os exemplos anteriores foram animadores para que segmentos importantes da alta burocracia pública (procuradores, auditores fazendários, dos tribunais de contas, delegados das polícias e outras carreiras da elite do Estado) não hesitassem em se associar aos movimentos de destituição de Rousseff e de condenação a Lula e, principalmente, ao PT. Empoderados, esses se colocavam na vanguarda da *res-pública*, haja a vista que a descoberta dos indícios de corrupção teve origem nas ações dos seus trabalhos. O problema, segundo os tecnoburocratas, eram os “políticos”, não os virtuosos técnicos receptivos à “modernização do Estado”, através da incorporação de princípios do *New Public Management*, e à adoção de mecanismos de *compliance*⁹.

Os agentes do “mercado” enxergaram na crise oportunidades. A burguesia do capital, através das organizações empresariais como FIESP, Federação de bancos (FEBRABAN) e outras, associaram-se aos movimentos contra Rousseff, Lula e o PT. Financiar mobilizações de massa. Sua agenda de demandas, na maioria latentes e propositalmente não referidas, em medida significativa, tinha concretude com a iminência do governo Temer. Não há indicativos de que buscavam parcerias estratégicas com outros segmentos como de tecnoburocratas e dos trabalhadores. A exceção eram os integrantes da Lava-Jato e o próprio Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot¹⁰.

Não foi diferente com a Força Sindical, representante dos trabalhadores, que se somou nos movimentos a entidades historicamente contrárias aos interesses dos seus associados. Naquele momento, o adversário comum a ser derrotado era o mesmo.

Esse êxtase vem ainda acompanhado pela ascensão de grupos políticos neófitos autodeclarados de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, ambos com grande capacidade de mobilização popular e capilaridade nas redes da *internet*. Em pouco tempo, diante da exposição obtida, organizaram-se para adentrar aos espaços de disputa política tradicional. Já representantes de partidos tradicionais como PSDB, DEM e PMDB tentaram obter visibilidade com os movimentos no auge, mas foram rechaçados.

Quase à marginalidade do movimento *pró-impeachment*, talvez os mais numerosos nas manifestações, aqueles agentes e populares receptivos a ideias autoritárias e à tentação fascista¹¹. Com ele, segmentos de religiões conservadoras, como as das igrejas neopentecostais e certo deputado do “baixo clero” do Congresso Nacional, com a alcunha de “Capitão”, Jair Messias

⁹ A tradição tecnoburocrática brasileira nunca foi democrática, mas corporativa. Nas suas origens, trajetórias e históricos de colaboração sempre se amalgamaram bem aos governos autoritários e às elites do capital. Como hipótese latente, vislumbravam reeditar os marcos da aliança bem-sucedida, que existiu, por longo tempo (até os anos de 1980), entre tecnoburocracia e a burguesia capitalista, numa simbiose que foi, sob o ponto de vista econômico, benéfica a ambos os segmentos (vide BRESSER-PEREIRA, 2007).

¹⁰ Para matérias ilustrativas sobre os financiamentos a membros da Lava Jato, vide Barrocal (2019) e Audi e Demori (2019).

¹¹ Vide, para uma abordagem retrospectiva, Trindade (2016).

Bolsonaro: naquele momento, ainda distante dos protagonismos obtidos por outros no desenrolar da crise¹².

Vale destacar ainda a adesão militante de juristas tradicionais como de Miguel Reali Júnior e da professora da Universidade Federal de São Paulo (USP), Janaína Paschoal – estes autores da peça encaminhada ao Congresso defendendo o *impeachment* de Rousseff – e de artistas que procuravam visibilidade¹³.

Oportunistas *outsiders*¹⁴ de direita – liberais, autoritários e conservadores – e, principalmente, antipetistas¹⁵ é a melhor síntese para o conjunto de agentes da sociedade e da política que ascenderam ou se reapresentaram à política legitimando-se durante os movimentos de 2014 a 2016. Contribuíram para um processo confuso de bricolagem bem-sucedido de elaboração de um mosaico político fundado em significantes diversos, cujo objetivo nuclear era atingir o governo de Rousseff, Lula e o PT, e, por consequência, ascenderem ao poder, cada qual com uma agenda própria de interesses. A figura 01 subsequente ilustra, com imagens, esse momento.

Figura 01 – Mosaico da crise em 2016.



Fonte: Filomena (2017)

¹² Ex-militar, Bolsonaro era, até então, um deputado federal conservador pelo Rio de Janeiro, já na sua sétima legislatura, porta-voz de posições polêmicas contra minorias, a favor de armas e das corporações de policiais e militares. Nunca esteve entre os principais deputados do Congresso Nacional, por isso “baixo clero”. Seu momento de maior exposição nesse processo foi quando, na sessão de cassação do mandato de Rousseff, em agosto de 2016, ao proferir seu voto pelo impeachment, disse: “[...] pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”. Ustra, um dos responsáveis por violar os direitos humanos, sob o qual recaem dezenas de acusações por dezenas de torturas e mortes no Brasil durante o Regime Autoritário (1964-1984).

¹³ Lobão (músico), Roger Moreira (Ultraje a Rigor), Alexandre Frota (ator), Marcelo Madureira (ex-Casseta & Planeta), dentre outros.

¹⁴ Representantes de segmentos da burocracia, da burguesia e da representação dos trabalhadores não cabem imediatamente nessa classificação de *outsiders*. São agentes acostumados aos processos negociais das arenas políticas, mas, no curso do processo, agiram sempre como oportunistas.

¹⁵ A opção por antipetista é uma simplificação terminológica que se estendia às políticas de outros partidos, sindicatos e setores da esquerda brasileira.

4. Interesses latentes

Tão logo ascendeu à Presidência, Temer, em tese um liberal, imediatamente tratou de garantir sua governabilidade com a consolidação de uma larga base parlamentar no Congresso Nacional. Fez isso consciente dos preceitos institucionais não formais do presidencialismo de coalizão. Amealhou para sua base um largo espectro de parlamentares de alinhamento político conservador, não poucos de matriz autoritária, e de centro (o Centrão). Porém, a governabilidade obtida não veio acompanhada de apoio popular.

Sua baixa popularidade se explica, por um lado, porque não houve com ele melhoras na economia ao adotar diretrizes de cunho neoliberal, como visto nessa seção. Por outro, porque os *outsiders* de direita que emergiram dos movimentos em defesa do *impeachment* não se alinharam a seu governo, pelo contrário, opuseram-se a ele, e buscaram protagonismos com distanciamentos seguros das suas políticas. Defendiam uma agenda particular de demandas para as quais não dependiam no tempo em que planejaram implantá-las do governo de Temer¹⁶.

De antemão, o governo Temer não ficou ileso às ações que envolveram investigação de corrupção, inclusive no tocante aos seus comprometimentos com as ilicitudes apontadas pela Lava-Jato (PARANAÍBA, 2019). Importantes para produzirem os fatos que nos *timings* o levaram à presidência, a tecnoburocracia, em especial do Ministério Público Federal e de outros órgãos públicos de *checks and balances*, nunca firmou compromissos com o novo governo.

Na condição de um governo com baixo apoio popular, enfraquecido e acuado pela própria ação da burocracia pública, mas com uma base parlamentar no Legislativo consolidada, cabia a ele a missão de sobreviver. Para tanto, havia a urgência em dar curso às demandas latentes dos setores do capital que a ele davam sustentação política, como ilustra o cartum de Laerte na figura 02.

¹⁶ Se é verdade que esses novos ou repaginados entrantes na política, *outsiders*, não se associaram ao movimento Fora Temer, que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros movimentos de esquerda com laços com o PT patrocinaram no pós-impeachment, também é fático que nunca deixaram de criticá-lo como político tradicional que era e como um dos responsáveis pela corrupção e pela situação crítica pela qual, nos anos de 2016, 2017 e 2018, o Brasil passou.

Figura 02 – Cartum do dia 21-03-2017



Fonte: Laerte (2017)

Foram quatro linhas de políticas adotadas no governo de Temer em atendimento aos interesses latentes, todas na contramão dos governos nacionais do PT: (1) a adoção de uma política de austeridade rígida de controle/congelamento dos gastos públicos; (2) o incentivo a políticas de privatização e de desestatização; (3) a proposição de uma nova reforma previdenciária; e (4) mudanças nos regramentos das leis do trabalho.

Como um, a política de austeridade fiscal veio, por meio de uma célere aprovação da emenda constitucional conhecida como PEC 55, no Senado (241 na Câmara dos Deputados), ou do Teto de Gastos. Aprovada em dezembro de 2016 como Emenda Constitucional 95, congelava os gastos correntes – aqueles com saúde, educação, assistência social, pagamento de pessoal e outros custeios – numa inversão completa em relação à anterior prioridade incremental de financiamentos para consecução de políticas sociais redistributivas e na educação. Os gastos correntes a partir da Emenda 95 ficaram subordinados à antecedência da alocação de recursos para pagamento dos serviços da dívida pública (BRASIL, 2016a). Ou seja, para os serviços do governo, salário dos servidores (inclusive da tecnoburocracia) e para seus gastos próprios, regras duras de limitação orçamentária; para o setor financeiro e títulos da dívida pública, regras flexíveis e controladas pelas demandas do “mercado”, já majoritariamente rentista e não produtivo.

Essas restrições não se limitaram aos Executivos nacionais, regionais e locais. Estenderam-se aos Legislativos, Judiciários, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas, que precisaram adequar seus orçamentos à Emenda. Verbas para área de segurança pública e para Polícia Federal também, com impactos em operações como a Lava-Jato. Imediatamente, Temer catalisou insatisfações da tecnoburocracia, da área da Justiça e de corporações da segurança pública, essas já alinhadas a Bolsonaro.

Dois, as políticas de privatização foram demarcatórias, mas tímidas em relação ao prometido por Temer. Na Petrobrás, núcleo das irregularidades investigadas na Lava Jato, foi adotada a

política de Preço de Paridade de Importação de maio de 2016. Houve uma dissociação, em tese, dos interesses da empresa dos emergentes nas arenas da política, em especial do governo. A Companhia se alinhou sim aos interesses dos acionistas no mercado financeiro. O mais relevante nesse tema foi sanção da Lei das Estatais de inspiração lava-jatista, que impôs restrições para nomeações de políticos nas direções de estatais (BRASIL, 2016b). Atendeu a algo que o mercado reclamava como uma reserva para seus agentes¹⁷.

Três, propôs uma nova reforma estrutural da previdência social com impactos substantivos para trabalhadores do setor público e do privado, a PEC 287, de 2016. Era uma reforma com o objetivo de dificultar o acesso dos trabalhadores às condições de aposentação: (a) incremento no tempo de contribuição, que poderia chegar a 50 anos para habilitação para o recebimento de proventos integrais; (b) elevação para 35 anos para o tempo mínimo de contribuição; e (c) idade mínima para concessão de aposentadoria de 65 anos. A reforma, excepcionalizava os militares. Beneficiava, e isso era manifesto pelo seu governo, o sistema privado de previdência.

Para o governo Temer, na medida em que a reforma não foi aprovada, representou mais um *front* de desgastes. Mais uma vez, indispôs-se com a tecnoburocracia, com membros dos Judiciários, do Ministério Público e demais setores de servidores públicos e, adicionalmente, com os trabalhadores do setor privado.

A linha quatro foi a politicamente mais surpreendente. A reforma trabalhista, impensável em tempos anteriores nos termos como foi desenhada, foi a ruptura definitiva com quaisquer possibilidades de negociações com os trabalhadores, inclusive com a Força Sindical. A lei nº 13.467, de julho de 2017, alterou a CLT¹⁸ em pontos essenciais e subtraiu direitos dos trabalhadores. A jornada de trabalho tornou-se flexível, os acordos entre patrões e empregados passaram a valer mais que do que o texto legal, a possibilidade de os trabalhadores acessarem à Justiça do trabalho foi restringida e o imposto sindical foi encerrado (BRASIL, 2017). Na perspectiva dos segmentos do capital, essa reforma rompia com um dos maiores entraves para a produção no Brasil.

Diante da agenda que Temer impôs, do início do seu governo até o final, seus índices de reprovação só cresceram. Foram de 36%, em junho de 2016, logo após o afastamento de Rousseff, para faixa de 79%, em junho de 2018 (IBOPE, 2018). Nem as condenações judiciais de Lula na Lava-Jato, em julho de 2017, na primeira instância e, em janeiro de 2018, na segunda, seguidas da sua prisão, em abril de 2018, que lhe impediram de concorrer à Presidência, ajudaram Temer.

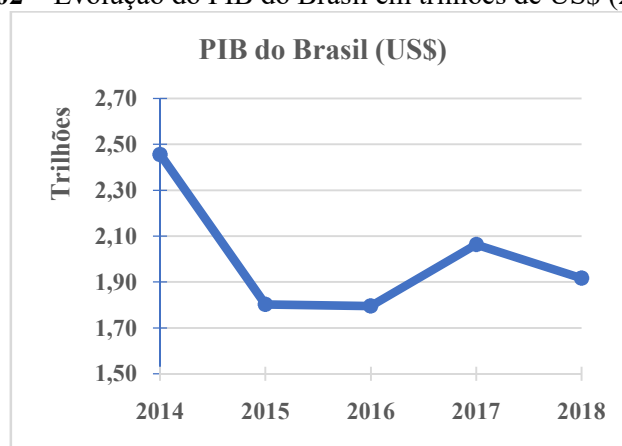
¹⁷ Lei em muito influenciada pela ideia de *compliance*, feita sob o signo da Lava-Jato. Em pouco tempo, essa medida se tornou um problema para o próprio governo Temer e seus acordos políticos, diante das restrições impostas pelo novo regramento à acomodação das indicações de políticos aliados a postos-chave nas empresas públicas.

¹⁸ CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Enfraquecido, mas com garantias dadas pela instituição informal do presidencialismo de coalizão, somado ao cumprimento com a agenda de interesses dos setores do capital, de Temer esperar-se-ia ao menos alguma resposta à crise política instaurada no Brasil em 2013: esta que produziu substantivos reflexos na economia, principalmente de 2015 em diante.

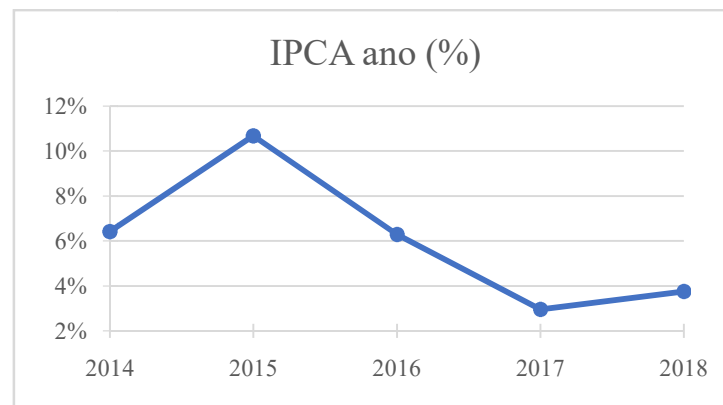
Sua política de austeridade fiscal foi, num curto tempo, suficiente para recuperar um pouco a depressão econômica do auge da crise em 2015 e 2016. Houve um incremento moderado do PIB de 2017 (US\$ 2,06 trilhões) em relação aos dois anos anteriores (ambos na faixa de US\$ 1,8 trilhões), mas o montante alcançado ainda ficou bem abaixo dos US\$ 2,45 trilhões do ano de 2014. Em 2017, o PIB voltou a cair, indicando um ciclo de tendência de depressão no Brasil, como mostra o gráfico 02 (WORLD BANK, 2012).

Gráfico 02 – Evolução do PIB do Brasil em trilhões de US\$ (2014-2018)

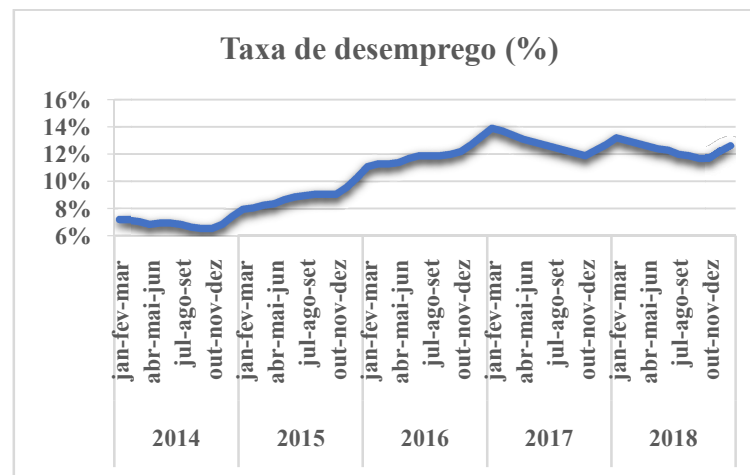


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2023)

Já a inflação foi mantida controlada. A taxa da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que chegou a variar 10,67% em 2015, em 2017 e 2018, respectivamente, baixou para 2,95% e 3,75% (gráfico 3) (IPEA, 2023). No entanto, inflação controlada não significou melhorias nos índices de desemprego, que, no governo de Temer, foi sempre de uma curva ascendente. Mesmo com as mudanças na CLT, com os trabalhadores perdendo direitos através da institucionalização da flexibilidade nas relações de emprego, quase 14% da população economicamente ativa no início de 2016 não tinha trabalho, sendo que esse índice nunca ficou abaixo de 11,7% no período de maio de 2016 e dezembro de 2018: números bem piores que os de Rousseff como demonstrado no gráfico 04 (IBGE, 2023).

Gráfico 03 – Variação da inflação, segundo IPCA-IBGE (2014-2018)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEA (2023)

Gráfico 04 – Evolução da taxa de desempregados na população economicamente ativa em % (2014-2018)

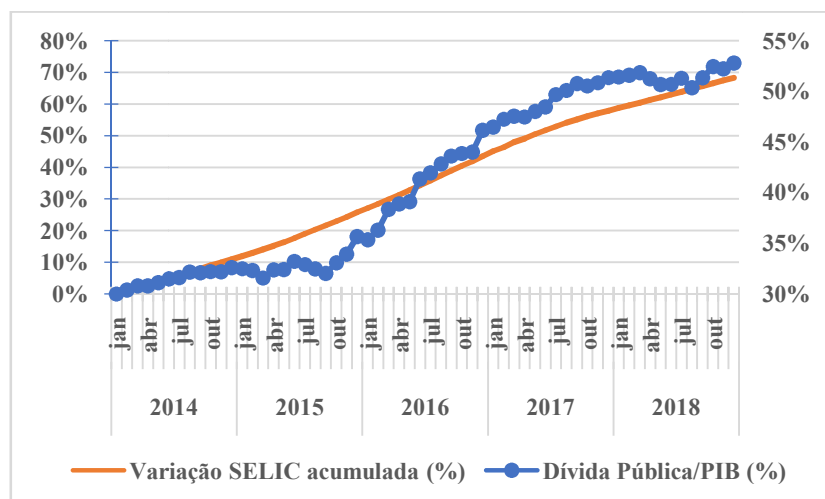
Fonte: Elaborado pelo autor com base na PNAD contínua IBGE (2023)

Por mais que não seja publicamente manifesto, para segmentos do capital, a manutenção de taxas mais altas de desemprego são interessantes. Significa a formação de uma massa de reserva de trabalhadores disposta a trabalhar com rendas menores, o que aumenta a produtividade como medida entre receita e custos de produção. Numa gramática econômica, desemprego em taxas mais altas, até certo ponto, força o estabelecimento de um novo ponto de equilíbrio mais interessante para quem detém o capital entre receita e custo marginal de produção: uma resposta aos ganhos obtidos pelos trabalhadores (com a mais valia) com políticas redistributivas nos governos de Lula e, em boa parte, do de Rousseff.

Com Temer, diante da política de austeridade de gastos que implantou, era esperada uma redução no endividamento público, mas isso não aconteceu. Pelo contrário, proporcionalmente ao PIB brasileiro, o endividamento, no período do seu governo, cresceu de patamares inferiores a 35% para quase 53%. De fato, parte dessa dívida foi para remunerar os títulos da dívida pública no seu

período pela SELIC¹⁹, principalmente em 2016 e 2017, muito acima da variação da inflação pelo IPCA-IBGE: 7,8% (14,1% SELIC – 6,3% IPCA) e 7% (10% SELIC – 2,95% IPCA). O comportamento incremental do endividamento público está no gráfico 05, subsequente.

Gráfico 05 – Evolução do incremento do endividamento público em proporção ao PIB *versus* variação acumulada da SELIC (2014-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEA (2023)

O resumo é que as políticas do governo Temer foram recessivas e reforçaram o ciclo de crise. Se não bastassem as rupturas institucionais, com ele também a recessão econômica assumiu ares de longo curso no Brasil. Os maiores beneficiados não foram a população geral, tampouco o capital produtivo e menos ainda os trabalhadores do setor público e privado; foram os rentistas que ganharam.

À margem de tudo isso, Bolsonaro, um político antigo oportunista, mas que na conjuntura aparecia como um *outsider*. Economicamente liberal por conveniência, autoritário e conservador por princípios, com uma natureza antidemocrática e reacionária, foi paulatinamente crescendo como alternativa às eleições de 2018. Apoiado por quadros menos qualificados dos segmentos do capital, que não se constrangeram em se alinhar às suas posições políticas, e com lastro popular considerável, elegeu-se, no segundo turno, em 2018, obtendo mais de 55% dos votos válidos, derrotando o candidato do PT (TSE, 2018).

¹⁹ SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – que é a taxa referencial de juros da economia e que serve para remunerar os títulos da dívida pública.

5. Conclusões

Das Jornadas de 2013, passando pelo *impeachment* de Rousseff, pelo governo de Temer, até a eleição de Bolsonaro, houve um longo e tortuoso trajeto de rupturas e mudanças de rumos institucionais. Os protestos de 2013 foram o *timing*, o marco catalisador das crises que seguiram. Aqueles que se opunham ao PT e suas políticas, a partir deles, vislumbraram a oportunidade de romper com uma trajetória regular de retornos crescentes que as políticas em curso traziam e que indicavam na regularidade democrática a manutenção do Partido no poder.

A aposta na emulação da crise pelos agentes políticos foi bem-sucedida no sentido de atingir o adversário (o PT principalmente), mas não se limitou ao *impeachment*, veio acompanhada de mudanças institucionais profundas e de ordem estrutural. Como acontecimentos da história recente, impuseram ao Brasil um custo alto à economia e trouxeram inseguranças quanto às regras democráticas. Desde lá, o país sucumbe em uma espiral de recessiva, e a consolidação como sétima economia do mundo ficou no passado. Algo inimaginável para os anos de 2013, 2014 e 2015, o Brasil voltou ao mapa da fome e da miséria. Também, a partir de práticas não convencionais de ativismo judicial, foram abertas janelas que ameaçam direitos fundamentais de cidadania.

Por mais que tenha se mantido aparentemente neutro no *impeachment* de Rousseff, Temer responde por muitos dos danos do Brasil. Primeiro, porque, sem legitimidade junto à população, apostou em políticas que, ao contrário de qualificarem o país, incrementaram as dificuldades para rearticulação produtiva do país: só o rentismo lucrou de fato com Temer.

Segundo, não fugiu à sina dos liberais de flertarem e se alinharem aos setores autoritários e depois serem tutelados pelos últimos. Deu lastro para que oportunistas, dentre os quais ele e os seus, e neófitos *outsiders* apresentassem ao mundo um lado obscuro de interesses latentes nada republicanos e por demais autoritários dos brasileiros. Bolsonaro foi a síntese dessas crises, o resumo desse pior Brasil.

Subtende-se que, se interesses como esses fossem manifestos, e os de cunho autoritário-conservadores nunca foram escondidos, talvez as escolhas políticas tomassem outro rumo. Porém, sabe-se como começam as crises, mas, depois de instaladas, ninguém tem controles sobre elas. Depois de 2013, o futuro da economia e das regras democráticas nem a Deus pertence.

Bibliografia

ABRANCHES; Sérgio H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34.

AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro. As mensagens secretas da Lava Jato – parte 10. In: The Intercept Brasil, jul. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>. Último acesso em: 06 jul. 2023.

BARROCAL, André. Dallagnol palestrou para federação dos bancos, poupados por ele. In: Carta Capital, jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dallagnol-palestrou-para-federacao-dos-bancos-poupados-por-ele/>. Último acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15 dez. 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016a, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Último acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 jun. 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Último acesso: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017, p. 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>. Último acesso: 06 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 9-30, jun. 2007.

CATTANI, Antonio David. O significado dos protestos urbanos segundo o *mainstream* econômico. & Cronologia parcial. In: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 53-61 e p. 103-107.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonard. The quality of democracy, in Journal of Democracy, vol. 15, núm. 4, p. 20-31, out. 2004. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-quality-of-democracy-an-overview/>. Último acesso em: 13 mar. 2020.

DOMINGUES, Fabian S.; FILOMENA, César L.; MIEBACH, Alessandro D. O conhecimento regional e o papel dos tribunais de contas: relato de uma experiência. Crítica & Controle, vol. I, n. 1, dez. 2022.

FILOMENA, César L. Tribunais de contas do Brasil: trajetória e agenda útil de pesquisas. In: ALACIP – Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, XI, Santiago, Chile, jul. 2022. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=tribunais-de-contas-do-brasil-trajetoria-e-agenda-util-de-pesquisas>. Último acesso: 06 jun. 2023.

FILOMENA, César L. A regra institucionalizada e o *impeachment*: legitimidade *versus* “interesses latentes”. In: ALACIP – Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, IX, Montevideo, Uruguay, jul. 2017. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-regra-institucionalizada-e-o->

impeachment-legitimidade. Último acesso em: 06 jun. 2023.

GUGLIANO, Alfredo A. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. Revista Debates, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 229-243, jan./abr., 2013.

HESSE, Hermann. O lobo da estepe. 26ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

IBGE. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [2023] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Último acesso: 06 jun. 2023.

IBOPE. Pesquisa Eleitoral - BR-02265/2018 [2018]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>. Último acesso: 06 jun. 2023.

IPEA. Ipeadata [2023]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Último acesso: 06 jun. 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia. 2. ed. Buenos Aires: FCE Argentina, 2004.

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Vision, 2000.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. 2. ed. México: FCE, 2006.

LAERTE. Charge do dia, 21 mar. 2017. UOL Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/busca/montecarlo.htm?repository=image&size=40&q=charge&next=0001H153U80N&query=charge#>. Último acesso: 21 jul. 2017.

NORTH, Douglass C. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PARANAÍBA, Guilherme. Investigado por corrupção, Temer foi denunciado três vezes ao STF enquanto era presidente. In: Estado de Minas, mar. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/03/21/interna_politica,1039812/michel-temer-foi-denunciado-tres-vezes-ao-stf-enquanto-era-presidente.shtml. Último acesso, 06 jun. 2023.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política em América Latina. Buenos Aires: FCE, 2009.

PIERSON, Paul. Politics in time: history, institutions and social analysis. Princeton-NJ; Oxfordshire UK: Princeton University Press, 2004.

PLATÃO. A república. São Paulo: Rideel, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 63-80.

TCU. Augusto Nardes/ currículo do Ministro Augusto Nardes. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/ministros/augusto-nardes/>. Último acesso em: 06 de jun. 2023.

TCU. Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república – exercício 2014. Brasília: TCU, 2016. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2014/>. Último acesso em: 06 jun. 2023.

TRINDADE, Hégio. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2016.

TSE. Eleições [2014]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso: 05 jun. 2023.

TSE. Eleições [2018]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso: 05 jun. 2023.

WORLD BANK. Databank [2023]. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home.aspx>. Último acesso: 06 jun. 2023.

César Luciano Filomena

Doutor em Ciência Política, PPG-Pol UFRGS (2015). Auditor do Controle Externo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA
cesarlucianofilomena@gmail.com; cesarfilomena@unipampa.edu.br; clfilomena@tce.rs.gov.br.

As Jornadas de Junho de 2013 e sua dispersão pelo Brasil

The dispersion of June's 2013 Journey throughout Brazil

♦ Gisele Heloíse Barbosa

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o grau de dispersão dos manifestantes pelo Brasil durante as Jornadas de Junho de 2013 a partir de dados estatísticos relativos à quantidade de manifestantes. Os dados foram coletados do Portal G1 e organizados pelos dias em que compareceram às ruas, mostrando o aumento em volume dos protestos até o pico, dia 20 de junho, e a posterior queda. Constatou-se que o grau de dispersão das Jornadas de Junho de 2013 pelo Brasil foi bastante elevado, principalmente no dia 20/06, por ter ocorrido nas capitais e no interior dos estados. Apesar de muitos estudos sobre os protestos terem se concentrado no Sudeste, a porcentagem de manifestantes em relação à população total mostra que outras capitais tiveram números expressivos no dia 20, mas uma repercussão menor nas redes sociais. Isso pode indicar a existência de dinâmicas políticas locais relacionadas aos desdobramentos ideológicos e eleitorais na década subsequente.

Palavras-chave

Protestos; ação coletiva; democracia; movimentos sociais.

ABSTRACT

This work analyzes the dispersion degree of June's 2013 Journeys based on statistical data on the number of participants. Data were collected from Portal G1 and organized by the days they took to the streets, showing the increase in volume of protests until the peak, June 20, and the subsequent fall. It was found that the degree of dispersion across Brazil was quite high, especially on 06/20, as it took place in the capitals and in the interior of the states. Although many studies on the protests have been concentrated in the Southeast, the percentage of protesters in relation to the total population shows that other capital had expressive number on the 20th, but a smaller impact on social networks. This may indicate the existence of local political dynamics related to ideological and electoral developments in the subsequent decade.

Keywords

Protests, collective action, democracy, social movements.

Introdução

As Jornadas de Junho de 2013 consistiram em uma série de protestos que ocorreram pelo Brasil durante várias semanas, evidenciando o grande descontentamento da população com a corrupção e com os serviços prestados pelo Estado (MACIEL; MACHADO, 2021). As multidões foram às ruas em passeatas organizadas, embora sem uma liderança única, com cartazes e faixas que pediam mudanças em diversas áreas sociais (SANTOS; PEREIRA, 2019), levando entre vinte e quatro mil a um milhão de brasileiros às ruas em municípios de todo o país (dentre capitais e cidades do interior), entre 17 e 27 de junho, de acordo com infográfico do Portal G1.

Seu estopim foi dado pelas passeatas do Movimento Passe Livre (MPL), no primeiro semestre de 2013, em São Paulo, “[...] como parte de um movimento social de protesto e não como um evento separado, ad hoc, como se não fosse um movimento social propriamente dito [...]” (GOHN, 2014a, p. 435). Entre os dias 06 e 13 de junho, as manifestações se concentraram na redução das tarifas de ônibus, lideradas pelo MPL e com apoio de alguns partidos de esquerda (FERNANDES; ROSENO, 2013; GOHN, 2014b). No entanto, elas ultrapassaram muito a dimensão do preço da passagem, principalmente após as reações desproporcionais da polícia terem ganhado visibilidade nacional (SOARES, 2013; DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Os protestos foram compostos “[...] predominantemente por jovens, escolarizados, [...] de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das reformas tradicionais da política” (GOHN, 2014b, p.12). As lutas sociais foram ressignificadas com os atores que, em sua diversidade de valores e práticas, mesclaram repertórios de ação tradicionais, como uso de cartazes, a novas estratégias, como difusão de pautas em redes sociais (GOHN, 2014a).

Nos últimos dez anos, diversos estudos se dedicaram a compreender as principais reivindicações, os atores que estavam nas ruas, os mecanismos de repressão, o papel das redes sociais, dentre outros temas relacionados às Jornadas de Junho de 2013. Entretanto, há uma lacuna em relação à análise de dados quantitativos sobre o período, que poderiam elucidar, por exemplo, se as manifestações ficaram concentradas apenas em capitais ou também chegaram até cidades do interior, quais regiões levaram mais manifestantes às ruas ou em quais capitais foram mais duradouras. Coloca-se, então, a seguinte indagação: qual foi o real alcance das Jornadas de Junho de 2013 no território brasileiro?

Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o grau de dispersão dos manifestantes pelo Brasil durante as Jornadas de Junho de 2013. A pesquisa, de caráter

exploratório, mostra-se relevante por abrir novas possibilidades na agenda de estudos sobre os protestos, ainda bastante concentrada na dinâmica da ação coletiva da região Sudeste.

O artigo está dividido da seguinte forma: a) contextualização dos protestos e fundamentação teórica; b) descrição dos procedimentos metodológicos; c) apresentação e análise dos resultados por meio de gráficos e tabelas; d) considerações finais.

Caracterizando as Jornadas de Junho de 2013

A definição de protesto adotada neste artigo é a de Della Porta e Diani (2006), que consiste na capacidade de mobilizar a opinião pública, utilizando formas pouco convencionais, que escapam à rotina, a fim de pressionar aqueles que tomam as decisões ou fazem as leis consideradas injustas ou inadequadas. Por não ser o foco do trabalho, não houve a preocupação em diferenciar conceitualmente os termos “protestos”, “manifestações” e “jornadas”, tratando-os como sinônimos, dado o uso de todos eles na literatura para designar o mesmo fato: as Jornadas de Junho de 2013.

Este trabalho considera o dia 06/06 como marco inicial das Jornadas, quando cerca de 150 pessoas protestaram na Prefeitura de São Paulo contra o aumento da tarifa de ônibus no município, com protagonismo do MPL. No dia seguinte, cinco mil pessoas se reuniram no Largo da Batata e, novamente, a polícia reagiu de forma violenta. No dia 10/06, cerca de 300 manifestantes se reuniram no Rio de Janeiro para protestar contra o aumento na tarifa de ônibus, entrando em confronto com as forças policiais. No dia seguinte, 12 mil protestaram, em São Paulo, já incluindo pautas que iam além da tarifa do transporte público, e a tropa de choque revidou com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

Segundo Rodrigues (2014), Gonçalves (2014) e Mendonça e Daemon (2014), a grande imprensa caracterizava os manifestantes como vândalos e tentava esvaziar o conteúdo reivindicado ou moldá-lo aos seus interesses, resumindo-o à crítica aos políticos, de forma genérica. É pertinente destacar que, desde o seu início com o MPL, os protestos não se caracterizaram como um ato revolucionário, pois, de acordo com Singer (2013), não questionaram os pilares da ordem. Gohn (2014a) e Xavier (2013) também afirmaram que os manifestantes não negavam o Estado, mas sim reivindicavam um vínculo maior com as necessidades sociais.

Em 13/06, houve protestos em Natal, Porto Alegre, Santarém, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e São Paulo, além de outras cidades menores. Dos cinco mil que participaram em São Paulo, 300 foram presos e 100 detidos para averiguação. A partir dessa data, a violenta repressão policial levou mais pessoas às ruas, tanto em defesa do direito constitucional de manifestação como

contra a atuação da polícia em geral, agregando também múltiplas pautas (NOBRE, 2013b).

Ao perceber o grande apoio popular aos protestos diante da violência policial, a visão da mídia e dos governantes começou a mudar: com o aumento do número de manifestantes, evidenciando a ampliação da base social da causa, as manifestações passaram a ser vistas como direito democrático e ato de cidadania. A mídia adotou cobertura nacional e mais ampla, saindo da dimensão puramente criminalizante e investigando comportamentos, reivindicações, ações policiais e de grupos radicais (SCHERER-WARREN, 2014; GOHN, 2014a; GONÇALVES, 2014).

Conforme apontam Della Porta e Diani (2006), as mídias de massa têm um papel relevante no contexto dos protestos ao espalhar a mensagem dos movimentos envolvidos, o que publiciza a causa e tem o potencial de aumentar o número de seguidores e de recursos. Com a dimensão assumida pelos protestos após 13 de junho, mesmo com criminalização dos manifestantes, a solidariedade do cidadão comum à violência sofrida por eles fez com que mais pessoas fossem às ruas (RIBEIRO, 2014). De acordo com Barros (2014), o vandalismo inicialmente foi colocado pela mídia como descolado das manifestações, mas, depois, viu-se que fazia parte delas. Os veículos de comunicação de massa começaram a distinguir os “bons” dos “maus” manifestantes, os “cidadãos de bem” e os “outros” que não teriam direito legítimo ao uso da cidade por perturbar a ordem, retirando, assim, qualquer conteúdo radical e criminalizando grupos de ação direta, como os black blocs.

Em 17/06, houve um crescimento dos protestos em várias regiões do país, com cartazes pedindo paz. Consequentemente, as pautas também foram ampliadas: contra a PEC 371, a “cura gay” e os gastos com estádios para a Copa do Mundo em contraposição aos problemas da saúde e da educação. Em Brasília, houve a ocupação da Esplanada dos Ministérios e do teto do Congresso Nacional, numa demonstração de força e poder da população. No dia seguinte (18/06), ocorreram protestos em mais de 15 estados, e as reivindicações incluíam agora a reforma política (FERNANDES; ROSENO, 2013).

Nogueira (2013) conceituou os protestos a partir de uma crise de aspectos econômicos, socioculturais, políticos, éticos, institucionais e governamentais, sendo o sistema político em sentido estrito o lado mais visível dessa crise. Desse modo, como não havia uma disputa por membros ou recursos nessa fase das manifestações, os movimentos sociais que foram às ruas estabeleceram uma relação de cooperação ou de, pelo menos, não competição, segundo Della Porta e Diani (2006), constituindo uma união de todos contra a conjuntura dada, embora os agentes dos atos de vandalismo fossem denunciados pelos presentes.

Em 19/06, houve a redução da tarifa do transporte de ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que representou o fim da segunda etapa das Jornadas. A partir do dia 20/06, data

reconhecida por vários autores como um marco nos protestos (FERNANDES E ROSENO, 2013; GOHN, 2014b; MONDAINI, 2014; BARROS, 2014; LIMA, 2014), outras causas ganharam os cartazes e vozes dos protestos com a vitória da primeira demanda (CAMPOS JR., 2014). Iniciou-se uma nova fase, com ampliação do foco das manifestações, expressando múltiplas demandas.

Em mais de 120 cidades brasileiras, cerca de 1,5 milhão de pessoas foram às ruas. Houve confrontos isolados e vandalismo, mas também muitos atos de paz. O momento mais expressivo, segundo Fernandes e Roseno (2013), foi a clara rejeição das mídias e partidos existentes, incluindo a queima de bandeiras partidárias, o canto do Hino Nacional e uma nova postura frente às lideranças tradicionais da grande imprensa, reagindo com revolta diante de certas visões e comentários sobre os protestos. Desse dia em diante, as manifestações foram diminuindo gradativamente, em número de encontros e em quantidade de pessoas.

Um dos grupos presentes nas ruas, os *black blocs*, segundo Della Porta e Diani (2006), operou a “lógica do dano”, que pode ser reflexo de violência política, além de ser um método de chamar a atenção da mídia para a causa. Esse grupo também buscou evidenciar a grande desigualdade vigente no atual sistema econômico, quebrando locais que representam grandes corporações. Portanto, não se trata de uma violência irracional, mas de atos performáticos, com um objetivo bem definido, e que não visa atingir pessoas, ao contrário da repercussão em relação aos meios de atuação da polícia na contenção dos manifestantes.

O grande problema, também apontado por Della Porta e Diani (2006), é que a violência polariza o conflito, assim como aconteceu nos protestos: pesquisas do Datafolha em 13 e 18/06/2013 na cidade de São Paulo constataram que os entrevistados consideraram os manifestantes mais violentos do que deveriam e que eram contra esse tipo de ato, como a tentativa de invasão do Palácio dos Bandeirantes. Fernandes e Roseno (2013) descreveram que os manifestantes sentavam-se no chão para que a polícia pudesse identificar aqueles que praticavam alguma forma de violência.

Os manifestantes, de acordo com Singer (2013), Paulino (2014) e Adoue (2014), eram compostos por uma juventude órfã de organização popular, não se reconhecendo nos tradicionais partidos, movimentos sociais, entidades e sindicatos, tidos como burocratizados e convertidos em espaços de ascensão social. Nobre (2013a) reforçou o argumento de rejeição à divisão partidária entre direita e esquerda, visto que essa juventude, nascida a partir dos anos 90, nunca viu uma polarização efetiva. Por isso, os protestos tenderam ao horizontalismo, em detrimento do verticalismo dessas organizações sociais existentes, unidos pelo descontentamento e a intenção de mudar o presente (SILVA, 2014a; SANTOS; PEREIRA, 2019).

Essa rejeição aos grupos tradicionais foi constatada em pesquisa do IBOPE, no dia 20/06, em várias cidades: dentre os entrevistados, 61% demonstrou muito interesse por política, mas 83%

não se sentiam representados pelos políticos brasileiros; 89% não se sentiam representados por um partido político, 96% não eram filiados a partidos e 86% não pertenciam a sindicatos, entidades de classe ou estudantis. A maioria dos entrevistados (63%) era jovem, entre 14 e 29 anos, estava no ensino médio ou superior (92%) e trabalhava (76%), sendo que 56% possuíam renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos.

Singer (2013) ressaltou, ao comentar a postura de lideranças do MPL em entrevista ao programa Roda Viva (13/06/2013), o surgimento de uma “nova esquerda”, em sintonia com os movimentos Occupy e os Indignados da Espanha: eles se recusaram a expor aspectos pessoais, visto que o objetivo era falar da questão das tarifas. O problema, segundo o autor, é que isso abriu espaço para diversas visões de mundo nos protestos, incluindo a direita, que tentou impor a bandeira da corrupção como maior causa, por impregnar facilmente no senso comum. Ele também apontou a presença de um “centro pós-materialista” entre os manifestantes, preocupado com o bem-estar e a participação social, visto que esse grupo já resolvera seus problemas materiais.

Nobre (2013a) e Mendonça e Daemon (2014) ressaltaram o número elevado de protestos que surgiram nas periferias, bem como a presença de moradores das comunidades nas manifestações no Rio de Janeiro. Ainda houve também jovens que, em Florianópolis, produziam-se para os protestos, tiravam fotos e as publicavam nas redes sociais, registrando sua participação em “praça pública” (SCHERER-WARREN, 2014). Segundo Della Porta e Diani (2006, p. 138): “*At times of collective effervescence, when enthusiasms are high and the Will to participate is strong, it is easier to mobilize people and resources even informally as individuals*”.

Para alguns autores, os protestos se caracterizaram por sua espontaneidade e improvisação. Fernandes e Roseno (2013, p. 53) afirmaram que “a manifestação se construía à medida que avançava”. Não se sabia qual trajeto seria seguido, pois as decisões eram tomadas na hora e já compartilhadas em redes sociais de forma instantânea (GOHN, 2014a). Já para Barros (2014) e Moraes (2014), a ideia de espontaneidade das manifestações é ingênua: vários movimentos populares e grupos estudantis têm feito manifestações há vários anos. A novidade foi o envolvimento de pessoas comuns e de várias classes sociais, expressando um aumento em número e em diversidade de manifestantes, visto que, normalmente, apenas as pessoas afetadas por uma causa específica participavam de manifestações. Silva (2014a), Gonçalves (2014) e Scherer-Warren (2014) também questionaram a ideia de que “o povo acordou”, afirmando que a população nas ruas, em sua maioria jovens, não era desprovida de bandeiras ou de identidade política, e que mostrou não classificar como uma fatalidade sua realidade econômico-social, reivindicando mais cidadania, transparência e participação.

É possível notar a multiplicidade de interpretações sobre as Jornadas de Junho de 2013, que

refletem a diversidade de vozes presentes nas ruas. Todavia, boa parte da literatura produzida até então versou sobre os protestos e os movimentos sociais que se difundiram principalmente nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, por serem as cidades que levaram mais manifestantes para as ruas. Os dados quantitativos apresentados a seguir permitirão identificar a real dispersão dos protestos pelo território, ampliando o olhar para as outras regiões do Brasil. A revisão da literatura exposta nesta seção servirá de embasamento para a análise dos dados quantitativos sobre os protestos.

Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto de analisar o grau de dispersão dos manifestantes pelo Brasil durante as Jornadas de Junho de 2013, foi realizada uma síntese dos números a partir de dados coletados pelo Portal G1¹, que utilizou como principal fonte as informações disponibilizadas pela Polícia Militar de cada município. Entretanto, neste trabalho, não há a pretensão de problematizar a contabilização de manifestantes feita pelas polícias, mas tão somente apresentar um panorama geral da ocorrência dos protestos pelo país com o único levantamento disponível. Diversos trabalhos sobre as manifestações já mencionaram a síntese do Portal G1 para contextualizar sua dimensão, sendo portanto uma fonte amplamente difundida na literatura sobre o tema (SANTOS; PEREIRA, 2019).

Além disso, o uso de informações das polícias também pode ser justificado pela especificidade dos Protestos: não havia um único movimento social nas ruas, com um repertório de ação mais consolidado e com práticas de organização prévia e contagem própria de manifestantes. Apesar de ter iniciado com o MPL, o movimento social não deu conta da dimensão que as manifestações tomaram. Desse modo, mesmo com todas as ressalvas em relação aos dados das polícias, que geralmente subestimam a quantidade de manifestantes, observá-los permite fazer elucidações sobre como as manifestações de fato se espalharam pelo Brasil.

É importante ressaltar que, nesta pesquisa, foram levados em conta apenas os dados numéricos. Os municípios onde não há número estimado de manifestantes, mas somente a menção da ocorrência de uma manifestação, foram descartados. Diante da amplitude da amostra – de 17 a 30 de junho de 2013 – em alguns gráficos priorizou-se a exposição dos dados referentes ao dia 20,

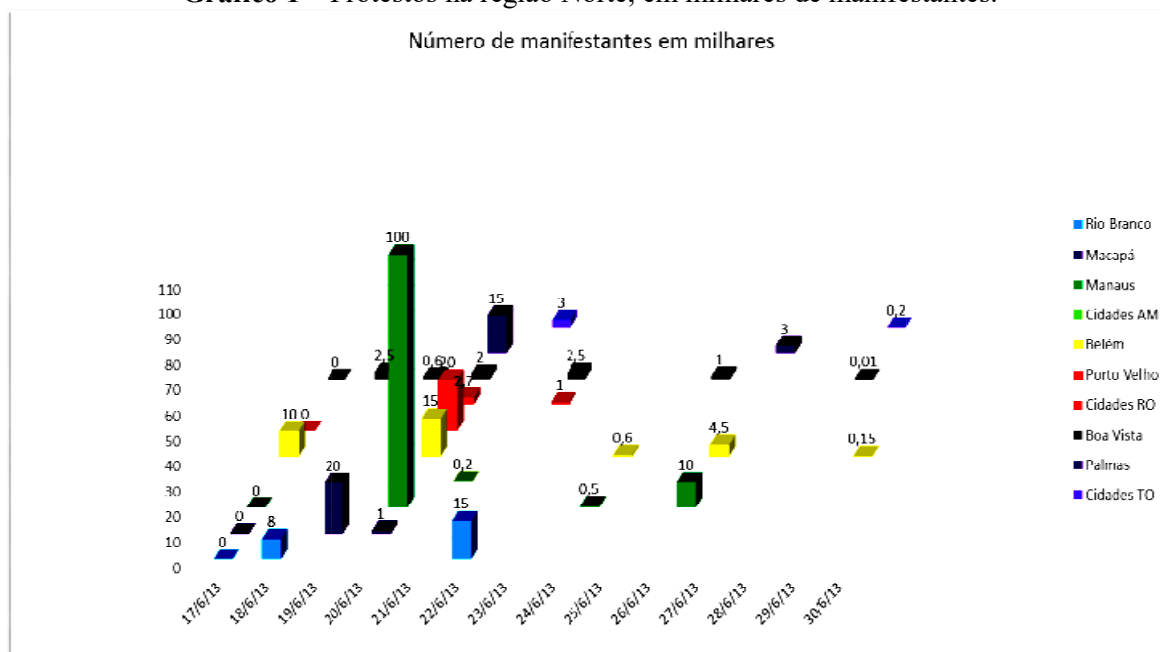
¹ É importante ressaltar que os infográficos produzidos pelo Portal G1 e coletados para esta pesquisa constavam no domínio <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Entretanto, os infográficos que davam acesso às matérias por estado foram substituídos pelo seguinte link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>.

dada a relevância da data, conforme já discutido. Para apresentar os dados das regiões, cada estado foi dividido em dois grupos: capital e outras cidades, com vistas a observar a ocorrência das manifestações principalmente no interior.

As Jornadas de Junho de 2013 pelo Brasil em números

Os dados estatísticos sobre a quantidade de manifestantes serão apresentados por dia em que estes compareceram às ruas, mostrando o aumento em volume dos protestos até o pico, dia 20 de junho, e a posterior queda. Tais informações foram dispostas por região, estado e capital/ demais cidades do estado e da região, juntamente com um cálculo da porcentagem de pessoas nas ruas em relação à população absoluta da capital. O gráfico 1 apresenta os dados dos protestos na Região Norte do Brasil, em milhares de manifestantes.

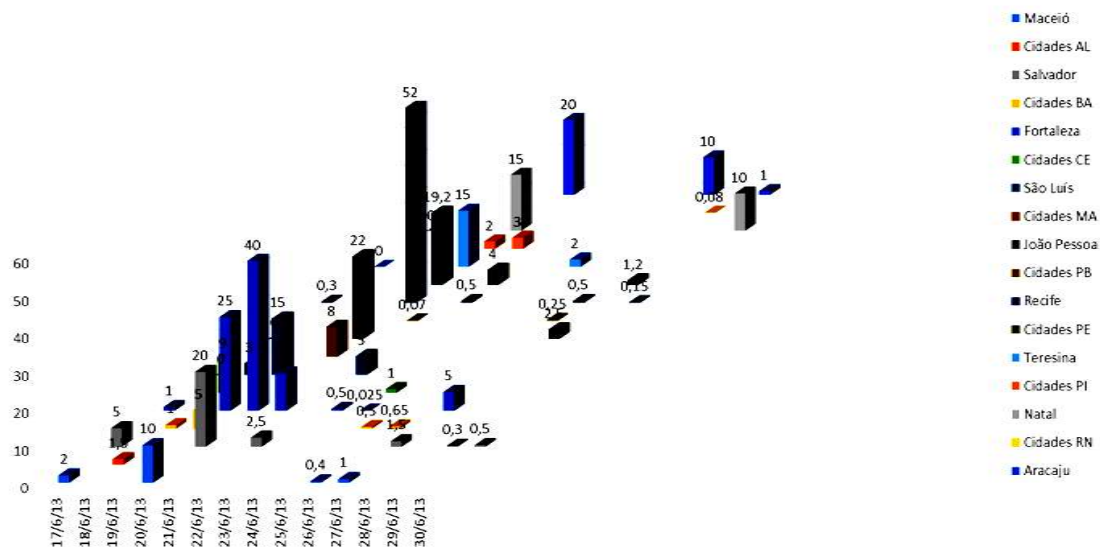
Gráfico 1 – Protestos na região Norte, em milhares de manifestantes.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

É notável a amplitude atingida pelas manifestações no dia 20/06. Na região Norte, houve manifestações nesse dia em todas as capitais, com exceção de Rio Branco, destacando Manaus, com 100.000 pessoas. Antes dessa data, ocorreram poucas concentrações; destaque para Macapá, que reuniu 20.000 pessoas em 19/06. Após o dia 20 de junho, ainda houve alguns protestos esparsos e com poucos integrantes. A seguir, o gráfico 2 traz a quantidade de manifestantes, em milhares, nos protestos ocorridos na região Nordeste.

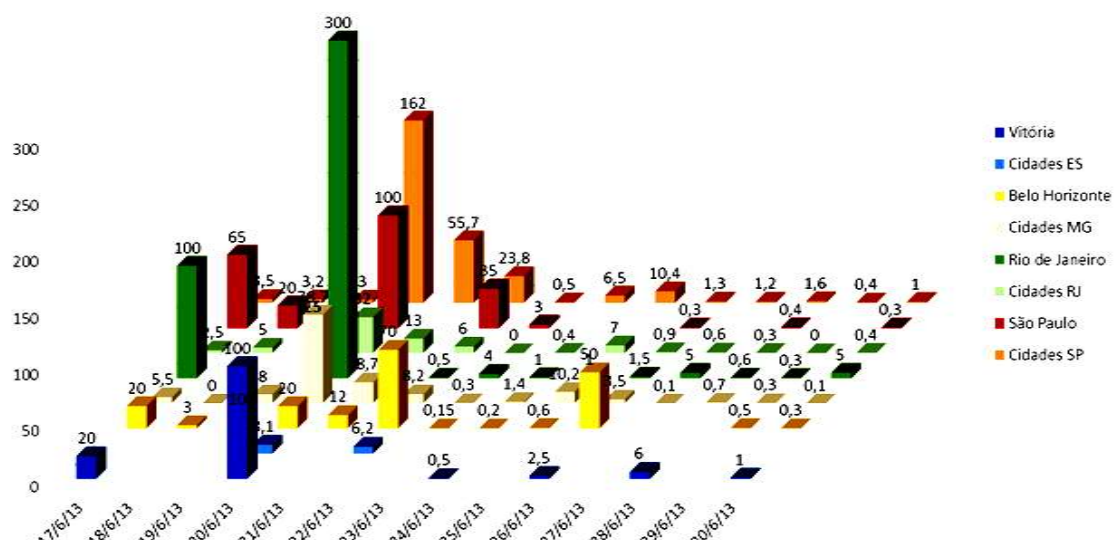
Gráfico 2 – Protestos na região Nordeste, em milhares de manifestantes.
Número de manifestantes em milhares



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

A região Nordeste segue o mesmo padrão do Norte: antes de 20/06, manifestações mais centradas nas capitais, destacando Fortaleza e São Luís, com 25.000 e 15.000 pessoas em 19/06, respectivamente. No dia 20, todas as capitais, exceto São Luís, tiveram concentrações, destacando municípios do interior do Pernambuco, bem como Fortaleza e Recife, em que havia 40.000 e 52.000 pessoas, respectivamente. A partir de 21/06, os protestos se tornam escassos novamente. O gráfico 3 mostra os dados dos Protestos, em milhares de manifestantes, na região Sudeste.

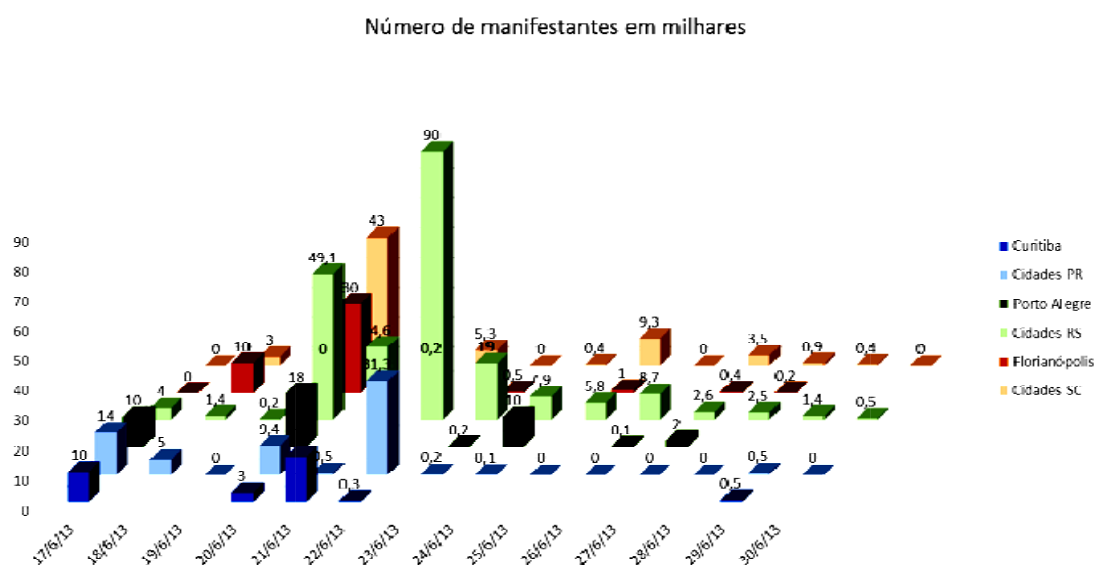
Gráfico 3 – Protestos na região Sudeste, em milhares de manifestantes.
Número de manifestantes em milhares



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

Na região Sudeste, nota-se a mesma situação: entre 17 e 19 de junho, as manifestações se concentraram nas capitais e em alguns municípios do interior paulista e fluminense. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo ocorreram protestos regulares de 17 a 26 de junho. No dia 20/06, Vitória surpreendeu, contabilizando 100.000 manifestantes nas ruas, mesma quantidade de São Paulo, enquanto, no Rio de Janeiro, houve cerca de 300.000 pessoas; em vários municípios do interior dos quatro estados, ocorreram protestos. Após essa data, observa-se o mesmo padrão já mencionado antes: as manifestações se tornam menores e mais esparsas, com destaque para Belo Horizonte, com 70.000 pessoas em 22/06 e 50.000 em 26/06. A seguir, o gráfico 4 expõe os números de manifestantes, em milhares, na região Sul.

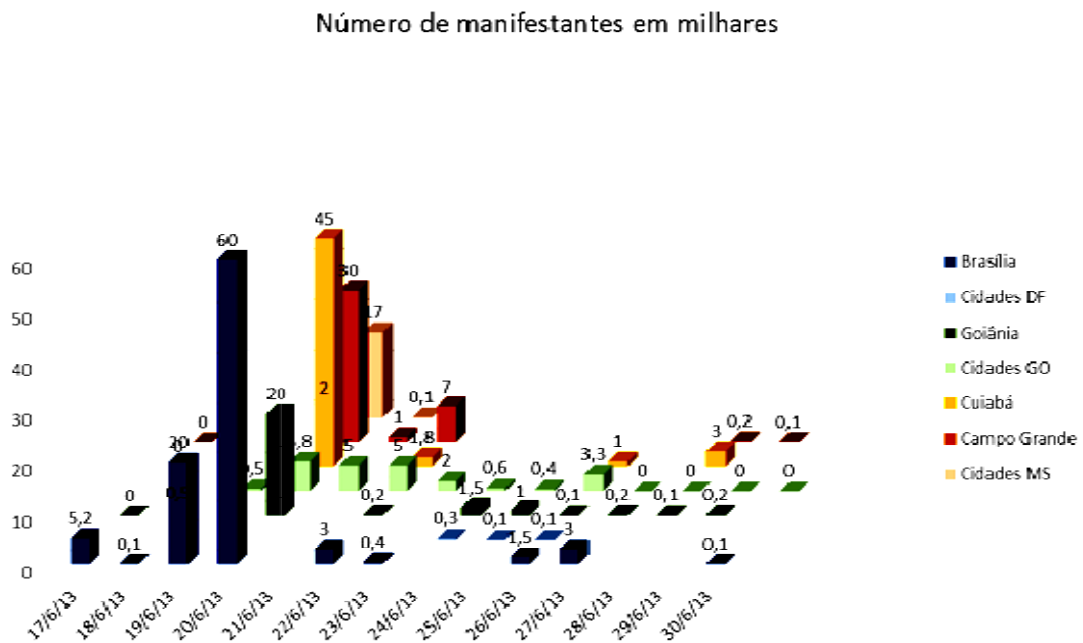
Gráfico 4 – Protestos na região Sul, em milhares de manifestantes.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

Na região Sul, também temos o padrão já comentado antes e depois de 20/06. Em comparação com outros municípios de outras regiões, as capitais tiveram quantidade reduzida de pessoas, em números reais, no dia 20: Curitiba com 3.000, Porto Alegre com 18.000 e Florianópolis com 30.000 manifestantes; elas tiveram concentrações entre 17 e 29/06, cujo número de pessoas oscilou entre 30² e 10.000. Contudo, vários municípios dos três estados tiveram manifestações, principalmente entre os dias 20 e 22. O gráfico 5 apresenta os dados referentes à região Centro-Oeste, em milhares de manifestantes.

² Segundo notícia do Portal G1, em 23/06 ocorreu, em Florianópolis, o “Protestinho”, com crianças e seus pais pedindo melhorias na saúde. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/06/protestinho-em-florianopolis-reune-pais-e-filhos-em-apoio-aos-atos-no-pais.html> Acesso em: 29/05/2023.

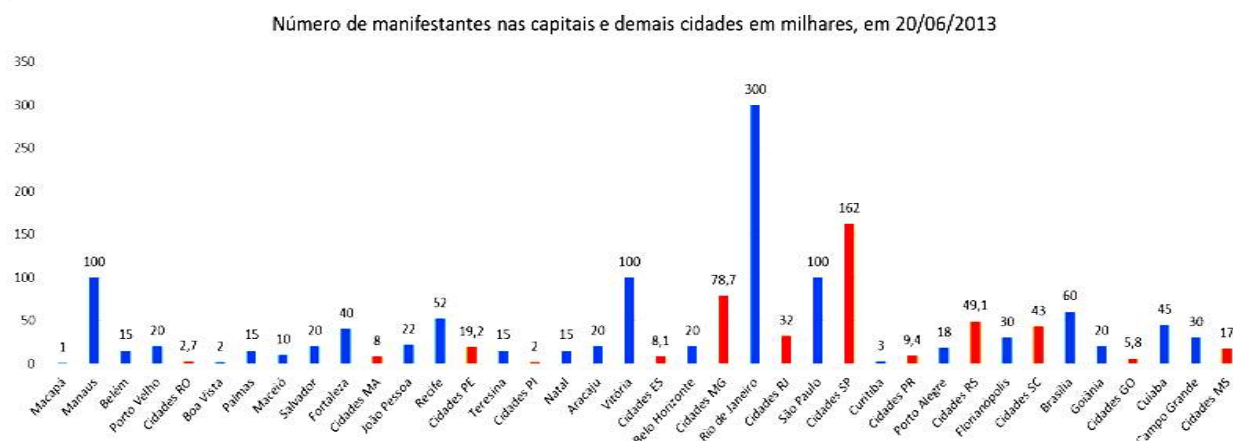
Gráfico 5 – Protestos na região Centro-Oeste, em milhares de manifestantes.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

Por último, no Centro-Oeste, houve protestos em todas as capitais no dia 20/06, com destaque para Brasília, em que havia 60.000 pessoas, e Cuiabá, com 45.000. Tanto em Cuiabá quanto em Campo Grande, a frequência de protestos foi menor se comparados a Brasília e Goiânia, em que eles foram quase diários, embora o número de manifestantes tenha variado de algumas dezenas para milhares de pessoas.

Os dados evidenciaram que a redução dos preços das passagens de ônibus, em 19/06, repercutiram de forma ampla pelo Brasil, modificando a causa central dos protestos e sinalizando que a população ainda não se contentou com essa medida. A vitória em relação à causa da tarifa deu força para mobilizar outras questões, levando novos grupos para as ruas. Conforme a literatura revisada apontou (GOHN, 2014b; FERNANDES E ROSENO, 2013; MONDAINI, 2014; BARROS, 2014; SANTOS; PEREIRA, 2019; MACIEL; MACHADO, 2021), outros temas ganharam maior relevância em 20/06, principalmente corrupção, educação e saúde, por meio de uma comparação com a construção dos estádios para a Copa do Mundo, transformando o dia num marco na cronologia dos protestos.

O gráfico 6 apresenta os números de manifestantes nas ruas em 20 de junho de 2013, separando a quantidade de pessoas nas capitais e nas demais cidades de cada estado.

Gráfico 6 – Protestos pelo Brasil em 20/06, em milhares de manifestantes.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

É notável a participação das outras cidades no dia 20/06, com exceção das capitais, dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Isso mostra que, mesmo nos municípios menores, do interior, a onda de protestos chegou com certa força, levando a população às ruas e incluindo, além das questões gerais, os problemas enfrentados no espaço local. Muitas manifestações ocorreram em frente às prefeituras e, segundo Xavier (2013), as causas urbanas foram predominantes, em detrimento dos problemas vivenciados no campo, por exemplo.

Para identificar a real proporção de pessoas nas ruas em cada cidade, a tabela 1 expõe a porcentagem de manifestantes nas capitais, por data, em relação à população total, de acordo com dados de população absoluta do IBGE, obtidos no Censo de 2010. As marcações em amarelo indicam as capitais que tiveram mais do que 4% de sua população total participando de uma manifestação.

Tabela 1 – Porcentagem de manifestantes nas capitais por data, em 2013.

CAPITAL	IBGE 2010	17/6	18/6	19/6	20/6	21/6	22/6	23/6	24/6	25/6	26/6	27/6	28/6	29/6	30/6
Manaus	1.802.014	0,00	0,00	0,00	5,55	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio Branco	336.038	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	4,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Macapá	398.204	0,00	0,00	5,02	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00
Belém	1.393.399	0,72	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Velho	428.527	0,00	0,00	0,00	4,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Boa Vista	284.313	0,00	0,88	0,21	0,70	0,00	0,88	0,00	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palmas	228.332	0,00	0,00	0,00	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Maceió	932.748	0,21	0,00	0,00	1,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,11	0,00	0,03	0,05
Salvador	2.675.656	0,19	0,00	0,00	0,75	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00
Fortaleza	2.452.185	0,04	0,00	1,02	1,63	0,41	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00

CAPITAL	IBGE 2010	17/6	18/6	19/6	20/6	21/6	22/6	23/6	24/6	25/6	26/6	27/6	28/6	29/6	30/6
São Luís	1.014.837	0,00	0,30	1,48	0,00	0,00	0,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
João Pessoa	723.515	0,00	0,00	0,00	3,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,02	0,00	0,00
Recife	1.537.704	0,02	0,00	0,00	3,38	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Teresina	814.230	0,00	0,00	0,00	1,84	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	1,23	0,00	0,00
Natal	803.739	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aracaju	571.149	0,00	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1,75	0,00	0,18	1,05	0,00	0,18
Vitória	327.801	6,10	0,00	0,00	30,51	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	0,76	0,00	0,00	0,15	0,09
Belo Horizonte	2.375.151	0,84	0,13	0,42	0,84	0,51	2,95	0,01	0,01	0,03	2,11	0,00	0,02	0,01	0,21
Rio de Janeiro	6.320.446	1,58	0,00	0,00	4,75	0,00	0,01	0,06	0,02	0,02	0,02	0,08	0,01	0,00	0,00
São Paulo	11.253.503	0,58	0,44	0,00	0,89	0,00	0,31	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Curitiba	1.751.907	0,57	0,00	0,00	0,17	0,86	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Alegre	1.409.351	0,71	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00	0,01	0,71	0,00	0,00	0,14	0,01	0,00	0,00
Florianópolis	421.240	0,00	2,37	0,00	7,12	0,00	0,00	0,01	0,00	0,24	0,00	0,09	0,00	0,00	0,02
Brasília	2.570.160	0,20	0,00	0,78	2,33	0,00	0,12	0,02	0,00	0,00	0,06	0,12	0,00	0,01	0,00
Goiânia	1.302.001	0,00	0,04	0,00	1,54	0,00	0,02	0,00	0,12	0,08	0,00	0,01	0,23	0,00	0,00
Cuiabá	551.098	0,00	0,00	0,54	8,17	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,04	0,01	0,00
Campo Grande	786.797	0,00	0,00	0,00	3,81	0,13	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do Portal G1.

É importante salientar que, de acordo com os dados da tabela 1, Vitória teve 30,51% de sua população nas ruas em 20/06! No dia 17, a mesma capital teve 6,1% da população no protesto. Outras capitais que merecem destaque são: Cuiabá (8,17%), Florianópolis (7,12%), Palmas (6,57%) e Manaus (5,55%).

São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se por terem a maior quantidade de pessoas nas ruas, em números absolutos, considerando que são as maiores cidades do país e historicamente palcos da ação coletiva. No entanto, quando esses números são cruzados com a população das respectivas capitais, no dia 20/06, temos em São Paulo 0,89% e no Rio de Janeiro 4,75% de manifestantes nas ruas. Vale a pena destacar que a maior frequência ocorreu entre 17 e 22 de junho, sendo que as manifestações diminuíram consideravelmente nos dias seguintes.

Conforme os números evidenciaram, as passeatas não ocorreram somente nas capitais mais populosas, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também, e com muita força, em cidades menores. Segundo Recuero et al (2014), há muitos tweets localizados na região Sudeste em detrimento das demais regiões. Silva (2014b) também coloca que as regiões mais conectadas, com destaque para o Sudeste, apresentaram maior número de protestos do que aquelas com menor abrangência de redes de internet. Segundo Della Porta e Diani (2006, p. 155), “[...] *technological change has attracted*

most attention of late, as it has influenced the organizational structure of social movements as well as their tactics. The expansion of both printed and electronic means of communication has permitted an 'externalization' of certain costs".

Há movimentos que não existiriam sem o uso da internet para angariar membros e fundos para sua causa. As redes sociais, todavia, constituem-se como territórios de incerteza e insegurança, visto que não há como prever o resultado que o fluxo de informações gerará. Contudo, embora os estados da região Sudeste tenham levado mais pessoas às ruas em números absolutos e, com o maior acesso à internet, ter apresentado mais comentários nas redes sociais, não se pode ignorar os dados da quantidade de manifestantes em relação à população total, conforme efetuado na análise das capitais. Isso significa que a organização e divulgação dos protestos ultrapassou os limites do acesso majoritário às redes sociais em 2013, penetrando em outras redes de contatos pré-existentes ou emergentes, como coletivos, igrejas ou associações.

Momentaneamente, os protestos mudaram alguns aspectos da política vigente no Brasil. Mesmo com a falta de continuidade nos mesmos moldes em meses subsequentes de 2013, as ruas se tornaram um lugar indesejado e temido pelo Executivo e pelo Legislativo, que precisou oferecer algumas respostas rápidas, como a recusa à PEC 37, os pronunciamentos de Dilma em rede nacional, propondo os “cinco pactos”³, sendo o programa “Mais médicos” resultante de um deles, além de vários prefeitos revogando o aumento das passagens.

A longo prazo, os protestos aparentemente não alteraram tanto o cenário eleitoral do ano seguinte: a população reelegeu a presidente Dilma, embora tenha sido um momento conturbado entre as campanhas e o seu primeiro ano de governo, envolvendo inclusive pedidos de impeachment. Della Porta e Diani (2006) já alertavam sobre a possibilidade de alcance limitado de protestos de massa, pois o voto é estruturado por várias questões, num equilíbrio entre diferentes motivações, e dificilmente o indivíduo abandona sua escolha eleitoral tradicional por conta de um evento cuja duração é limitada. Todavia, ao analisar os dados eleitorais das capitais que levaram a maior porcentagem da população para as ruas em 20 de junho de 2013, é possível identificar que houve uma virada ideológica na maioria delas, conforme aponta a Tabela 2.

³Propostas apresentadas pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 24/06/2013, em resposta às reivindicações dos Protestos de Junho de 2013. São elas: responsabilidade fiscal; plebiscito sobre a reforma política; pacto pela saúde; investimento em mobilidade urbana; destinação de recursos do pré-sal para a educação.

Tabela 2 – Votos nominais por ano nas capitais brasileiras.

CAPITAL	2010		2014		2018		2022	
Manaus	Dilma	679.131	Dilma	529.604	Haddad	358.364	Lula	437.691
	Serra	179.371	Aécio	409.409	Bolsonaro	686.999	Bolsonaro	692.580
Porto Velho	Dilma	114.498	Dilma	110.825	Haddad	74.847	Lula	92.636
	Serra	87.387	Aécio	117.510	Bolsonaro	166.145	Bolsonaro	169.299
Palmas	Dilma	54.959	Dilma	62.971	Haddad	45.892	Lula	62.961
	Serra	46.570	Aécio	64.719	Bolsonaro	84.782	Bolsonaro	95.715
Vitória	Dilma	82.228	Dilma	76.361	Haddad	72.064	Lula	95.478
	Serra	103.254	Aécio	117.734	Bolsonaro	123.734	Bolsonaro	115.293
Rio de Janeiro	Dilma	1.958.537	Dilma	1.626.751	Haddad	1.105.393	Lula	1.734.159
	Serra	1.252.818	Aécio	1.577.972	Bolsonaro	2.179.896	Bolsonaro	1.929.209
Florianópolis	Dilma	90.520	Dilma	85.791	Haddad	92.063	Lula	148.344
	Serra	144.867	Aécio	164.824	Bolsonaro	169.952	Bolsonaro	169.495
Cuiabá	Dilma	148.633	Dilma	150.605	Haddad	109.681	Lula	133.852
	Serra	144.087	Aécio	164.820	Bolsonaro	222.077	Bolsonaro	213.787

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A tabela 2 mostra que a centro-esquerda, liderada pelo PT, perdeu espaço eleitoral nas capitais selecionadas, comparando com o pleito de 2010. Isso não significa que os protestos alteraram o resultado das eleições, mas pode representar a presença de novas vozes políticas nas ruas já em 2013, que se tornaram grupos de centro-direita e de extrema-direita nos anos subsequentes. Ou seja, os protestos foram o ponto de virada de mudanças políticas que já estariam em curso, em que a direita se apropriou do repertório de ação e da performance da manifestação de rua, tipicamente da esquerda, para expor seus descontentamentos e pressionar o poder público.

As matérias reunidas pelo G1 relativas aos municípios do Brasil que mais levaram pessoas às ruas, proporcionalmente em relação à sua população, reforçam o argumento exposto. No Rio de Janeiro⁴ e em Palmas⁵, os protestos pediram maior orçamento para saúde e educação, a votação da PEC 37 e criticaram o projeto de lei relativo à “cura gay”, terminando em confronto com a polícia

⁴ Ato no Rio reúne 300 mil pessoas e termina em confronto com a PM. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

⁵ Protesto reúne 15 mil pessoas nas ruas de Palmas. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protesto-reune-15-mil-pessoas-nas-ruas-de-palmas.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

no Rio. Em Santa Catarina⁶, os registros fotográficos mostram que havia muitas bandeiras do Brasil carregadas por manifestantes em Florianópolis e um cartaz com a frase “ore pelo Brasil” em Joinville.

Em Cuiabá⁷, também houve o uso de muitas bandeiras do Brasil nas passeatas e o canto do Hino Nacional, além da confecção de cartazes antipetistas e contra a corrupção. O ponto crítico das manifestações em Vitória⁸ foram as atitudes depredatórias, que acabaram por tirar o foco de outras pautas. Em Manaus⁹ e Porto Velho¹⁰ também havia muitas bandeiras do Brasil e cartazes contra as “regalias dos políticos”, a PEC 37 e em prol da educação.

A temática da corrupção e as performances utilizando a bandeira do Brasil consistem em repertórios discursivos e de ação que foram apropriados pela direita na década que sucedeu as Jornadas de Junho de 2013. O aumento das votações em candidatos de direita nas cidades que levaram proporcionalmente mais manifestantes às ruas no dia 20/06 corrobora com essa afirmação, sinalizando a possibilidade de articulações políticas em outros espaços para além das redes sociais, considerando que esses municípios não constituem o maior contingente com postagens em redes (RECUERO ET AL, 2014).

Considerações finais

Este artigo procurou analisar o grau de dispersão das Jornadas de Junho de 2013, constatando que foi bastante elevado, principalmente no dia 20/06, por ter ocorrido nas capitais e no interior dos estados. As análises da bibliografia e dos dados estatísticos evidenciaram estudos muito concentrados nos protestos do Sudeste, possivelmente por ser uma região de grande visibilidade das passeatas e por conta da elevada quantidade de pessoas, em números absolutos. No entanto, quando olhamos para os dados quantitativos, a porcentagem de manifestantes em relação à população

⁶ Cerca de 89 mil participaram de manifestações em SC, segundo PM. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/06/cerca-de-89-mil-participaram-de-manifestacoes-em-sc-segundo-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

⁷ Manifestação em Cuiabá reuniu cerca de 30 mil pessoas, calcula PM. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/06/manifestacao-em-cuiaba-reune-cerca-de-30-mil-pessoas-diz-smtu.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

⁸ Manifestação leva 100 mil às ruas de Vitória e minoria destrói cidade. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/06/manifestacao-leva-100-mil-ruas-de-vitoria-e-minoria-destroi-cidade.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

⁹ Atos pacíficos e tentativa de invasão à prefeitura marcam protesto no AM. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/06/atos-pacificos-e-tentativa-de-invasao-prefeitura-marcam-protestos-no-am.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

¹⁰ Cerca de 20 mil pessoas participaram de protestos em Porto Velho, diz PM. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/06/cerca-de-20-mil-pessoas-participaram-de-protestos-em-porto-velho-diz-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

mostra que outras capitais, de outras regiões, tiveram números mais expressivos. Essa constatação evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas sobre os protestos em outras regiões.

As interpretações das manifestações também destacaram o papel das redes sociais na sua organização. O mundo virtual contribuiu para difundir, rapidamente, novas opiniões e críticas sobre o mundo político, bem como a realidade do próprio país e de outros países. A rapidez e acessibilidade dos meios de comunicação serviu para fomentar debates virtuais e marcar encontros de cunho contestador, dando novos usos ao espaço físico. Entretanto, os dados apresentados sobre os protestos por região mostraram que, nos estados e capitais em que há maior acesso à internet, o que permite o ciberativismo, a porcentagem de pessoas que foram às ruas, em relação à população total do estado, foi baixa, quando comparada com outros estados.

A literatura apontou como argumento central para compreensão dos protestos o fato de os cidadãos, agrupados em diversos movimentos sociais, não se sentirem politicamente representados. O início dado pelo aumento de centavos na passagem de ônibus e a rápida ampliação das causas expressas nas ruas, transformando-as em manifestações por diversos direitos, confirmaram a afirmação. Todavia, as viradas eleitorais apontadas podem ser um indício de que as ideias e a performance da direita já começavam a se apropriar da lógica de ação tipicamente atribuída à esquerda nas ruas em 2013.

Ao comparar Junho de 2013 às manifestações de 1968 e às mais recentes – movimentos antiglobalização, Primavera Árabe, Indignados da Espanha e Occupy, é notável que todas foram sucedidas por ondas da direita (RIBEIRO, 2014). A conjuntura política do Brasil não demonstrou ser diferente. A multiplicidade de vozes nas ruas em 2013 não foram compreendidas de modo a convergirem num projeto político de nação e desencadearam um processo de polarização política. Novos estudos sobre as Jornadas de Junho de 2013, especialmente relacionados aos grupos e movimentos sociais que ali se fizeram presentes ou que surgiram naquela conjuntura, poderão ajudar a compreender o atual cenário de crise da jovem democracia brasileira.

Referências

ADOUE, Silvia B. Vai encarar? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.139-146.

ATO no Rio reúne 300 mil pessoas e termina em confronto com a PM. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

ATOS pacíficos e tentativa de invasão à prefeitura marcam protesto no AM. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/06/atos-pacificos-e-tentativa-de-invasao-prefeitura-marcam-protestos-no-am.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

BARROS, Marcelo. Os idiomas misturados vindos da rua. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.60-66.

CAMPOS, Antonio de. A natureza dos protestos atualmente existentes no Brasil. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.43-54.

CAMPOS JR, Jesualdo. Não se pode pensar estar fazendo algo diferente quando se aposta no mesmo caminho. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.178-185.

CERCA de 20 mil pessoas participaram de protestos em Porto Velho, diz PM. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/06/cerca-de-20-mil-pessoas-participaram-de-protestos-em-porto-velho-diz-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

CERCA de 89 mil participaram de manifestações em SC, segundo PM. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/06/cerca-de-89-mil-participaram-de-manifestacoes-em-sc-segundo-pm.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação sobre protestos por tarifa de ônibus em São Paulo**. PO813687-13/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/14/tarifa-de-onibus.pdf> Acesso em: 11 jan. 2016.

DATAFOLHA. **Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II**. PO813688- 18/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf> Acesso em: 11 jan. 2016.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: anintroduction*. 2.ed. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.97, p.43-55, nov. 2013.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de F. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1.ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

GOHN, Maria da G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n.71, v.27, p.431-441, 2014a.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014b, p.7-88.

GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Mauricio. **As jornadas de junho e os limites do neodesenvolvimentismo no Brasil**.

In: _____. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.158-177.

GUTTERRES, Anelise dos S. *“It’s not easy, I ask for public mobility and the governments ends Skull against me”*: na intimate account of the political protests in Rio de Janeiro (June & July, 2013). *AnthropologicalQuartely*, .87.3, 2015.

INFOGRÁFICO G1. **Manifestações Pelo Brasil**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/> Acesso em: 06 out. 2016.

JUNHO de 2013: as manifestações nas manchetes do G1. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml> Acesso em: 20 mai. 2023.

LIMA, Marcos C. O som e a fúria das ruas. In: GONÇALVES, M. (org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.117-128.

MACIEL, Débora Alves; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Flowsofprotestcontrol in São Paulo (2013-2014). **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, n. 02, p. 227-241, mai/ ago 2021.

MANIFESTAÇÃO em Cuiabá reuniu cerca de 30 mil pessoas, calcula PM. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/06/manifestacao-em-cuiaba-reune-cerca-de-30-mil-pessoas-diz-smtu.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

MANIFESTAÇÃO leva 100 mil às ruas de Vitória e minoria destrói cidade. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/06/manifestacao-leva-100-mil-ruas-de-vitoria-e-minoria-destroi-cidade.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. **PPGCOM – ESPM, Comunicação, mídia e consumo**, ano 11, vol.11, n.30 p. 37-55, 2014.

MONDAINI, Marco. O especialista e os Protestos de Junho: a edição da cacofonia das ruas. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.32-40.

MORAES, Manoel. A dialética das ruas: novos atores e sujeitos coletivos nas redes sociais. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.151-157.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia. Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, J.L. de. Protestos, 2013. In: GONÇALVES, M. (org.) **As jornadas de junho: os**

significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.71-74.

PAULINO, Natália. Protestos no Brasil: o que fazer? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil.** Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.41-42.

PESQUISA IBOPE sobre os manifestantes. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/vejaintegradapesquisadoibopesobreosmanifestantes.html> Acesso em: 11 jan. 2016.

PROTESTO reúne 15 mil pessoas nas ruas de Palmas. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protesto-reune-15-mil-pessoas-nas-ruas-de-palmas.html> Acesso em: 27 mai. 2023.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marco T. O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do *Twitter*. **Galaxia**, São Paulo, n. 28, p. 199-216, 2014.

RIBEIRO, Renato J. O Brasil e a democracia de protesto. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 93-117, 2014.

RODRIGUES, Daniel. As lutas sem classe de 2013? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil.** Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.129-138.

SANTOS, Gustavo Souza; PEREIRA, Anete Marília. Utopismo, insurgência e espaço urbano. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 461-479, maio/ago 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, n.71, v.27, p.417-429, 2014.

SILVA, Drance E. da. O súbito acordar do povo e suas ruas. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil.** Recife: Ed. do Organizador, 2014a, p.75-81.

SILVA, Thiago. M. da. **Manifestações no Brasil: estruturação da esfera pública, rede social e participação popular na Internet.** 2014b. 132p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo), Universidade de Coimbra, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.97, p.23-40, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **O que eu sei e o que não sei sobre as manifestações pelo passe livre. 2013.** Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=1098> Acesso em: 19 jun. 2013.

TEIXEIRA, Ana C. C. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TSE- votação nominal. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?session=2815386651179> Acesso em: 20 mai.

2023.

XAVIER, Roseane. O jogo da democracia: impressões sobre os protestos recentes no Brasil. **Estudos de Sociologia [online]**, vol. 2, n. 19, 2013.

Gisele Heloise Barbosa

Academia da Força Aérea – Pirassununga/SP
Doutora em Ciência Política pela UFSCar
E-mail: gisele.h.barbosa@gmail.com

Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política

Interpretations of the meaning of June: class struggle, social movements, crowd, repertoires and political subjectivation

♦ Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e Vitória Neres Soares

RESUMO

O artigo comunica resultados da etapa bibliográfica da pesquisa a respeito das dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013 a partir das experiências políticas de jovens ativistas e militantes, em destaque a formação social e política suscitada pela participação nesses protestos. O artigo apresenta o levantamento e as interpretações de obras que fazem análises gerais sobre os sentidos de Junho, visando compreender melhor o processo histórico e fundamentar teoricamente a pesquisa em sua fase empírica. Entre os 146 produtos levantados, 26 foram classificados como análises gerais e aqui foram analisados. As interpretações se distribuem em cinco paradigmas ou teorias mais presentes: o marxismo, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais, a teoria da multidão, o conceito de repertórios de contestação e o conceito de subjetivação política. Esses contribuíram significativamente na compreensão das dimensões da formação política e participação política nas Jornadas, tema principal da pesquisa. Destacam-se, desse trabalho, os repertórios políticos e a subjetivação política; entretanto, as demais teorias revelaram importantes contribuições. A identificação e análise dos repertórios mobilizados nas Jornadas contribui para entender a complexidade político-ideológica desses eventos, entre o autonomismo, o socialismo e o cidadanismo. A subjetivação política contribui para compreender as trajetórias escolares e políticas de jovens atuantes nas Jornadas, recriadas por um evento singular e marcado pelo dissenso.

Palavras-chave

Jornadas de Junho; repertórios de contestação; subjetivação política; marxismo; multidão.

ABSTRACT

The article communicates results of the bibliographic stage of the research regarding the educational dimensions of the June 2013 Journeys. The general objective of the research is to analyze the educational dimensions of the 2013 Journeys from the political experiences of young activists and militants, highlighting the social and political formation raised by the participation in these protests. The article objective is to survey and interpret works that sought to make general analyzes about the meanings of June, with the intention of better understanding this historical process and provide theoretical foundations for research in its empirical phase. The article distributes the interpretations into five more present paradigms or theories: Marxism, Theories of New Social Movements, multitude theory, the concept of contestation repertoires and the concept of political subjectivation. The paradigms and theories are analyzed as they can contribute to understanding the dimensions of political formation and political participation in the Journeys. The political repertoires and political subjectivation stand out, especially for better meeting the research objectives in its empirical phase; however, the others also have important contributions. The identification and analysis of the repertoires mobilized in the Journeys contributes to understanding the political-ideological complexity of these events, between autonomism, socialism and citizenship. Political subjectivation contributes to understanding the school and political trajectories of young people active in the Journeys, recreated by a singular event and marked by dissent.

Keywords

June Journeys, contestation repertoires, political subjectivation, Marxism, multitude.

Introdução

Este artigo se origina da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013”, cuja equipe é integrada por suas autoras e seus autores. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013, a partir das experiências políticas de jovens ativistas e militantes, em destaque a formação social e política suscitada pela participação nesses protestos. Este artigo comunica resultados da primeira fase da pesquisa, de caráter bibliográfico, a qual buscou conhecer como as pesquisas sobre as Jornadas de 2013 trataram das dimensões educacionais desse evento, no sentido amplo de educação, envolvendo pautas educacionais, formação política propiciada pela participação nos protestos e trajetórias escolares e políticas de ativistas e militantes.

Nele, apresentamos uma síntese a respeito das principais interpretações sobre os sentidos de Junho de 2013, sua contribuição nos debates sobre a importância histórica das Jornadas e especificamente na construção de hipóteses e categorias analíticas para orientar a pesquisa em sua próxima fase. Fase na qual realizaremos entrevistas com pessoas que, em 2013, eram ativistas e militantes de coletivos e organizações que mobilizaram os primeiros protestos das Jornadas, buscando conhecer e interpretar as influências da participação dessas nas Jornadas as contribuições dessa participação na formação política e nas trajetórias pessoais.

O artigo distribui as interpretações em cinco paradigmas ou teorias mais presentes nessas interpretações: o marxismo, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a teoria da

multidão, o conceito de repertórios de contestação e o conceito de subjetivação política. E os analisa conforme suas contribuições para a compreensão das dimensões de formação política propiciada pela participação nas Jornadas.

Destacamos que, na construção da proposta da pesquisa, duas dessas teorias foram fundamentais: a subjetivação política segundo Jacques Rancière (1996; 2014) e, dentro do conceito de repertórios de contestação, a tese da centralidade do “cidadanismo” nas revoltas das praças dos anos 2010 segundo Paolo Gerbaudo (2017). Nesse sentido, testamos esses referenciais frente a interpretações que utilizaram outros paradigmas, verificando se continuam pertinentes, como podem ser enriquecidos no cotejo com outras teorias e como podem fundamentar a pesquisa empírica.

Metodologia

Os produtos aqui em análise foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica iniciada em maio de 2021 e atualizada ao longo de 2022.¹ Como resultados das buscas feitas nos portais do Scielo, CAPES e Google Acadêmico, foram levantados 142 produtos, entre livros, capítulos, teses, dissertações e artigos, distribuídos em cinco blocos, conforme suas possíveis contribuições aos objetivos da pesquisa.

O bloco classificado como “Análises gerais relevantes” é o que serviu de base para este artigo. Esse bloco se divide em dois sub-blocos: um, que interessa propriamente a esse artigo, com as análises gerais consideradas relevantes acerca de 2013 (25 produtos); outro, não tratado neste artigo, com pesquisas a respeito das Jornadas fora do eixo Sul-Sudeste (6 produtos).

Dos 25 produtos do sub-bloco “Geral”, 20 foram selecionados para documentação e foram distribuídos nas cinco categorias, principais paradigmas e teorias utilizados para interpretar as Jornadas, como apresentado na tabela 1. Cabe salientar que, no caso de dossiês, consideramos o paradigma ou referencial teórico predominante na classificação e que alguns produtos classificados em outros blocos vieram dialogar de modo incidental com os que selecionamos especialmente para este artigo.

¹Nos orientamos pelos procedimentos e princípios da pesquisa bibliográfica descritos por Lima e Miotto (2007).

Tabela 1 – Produtos do Bloco 1 selecionados para documentação, classificados em paradigmas ou teorias.

Paradigma ou teoria	n.	Descrição
Marxismo	6	Braga (2017), Calil (2013), Enfrentamento (2013), Ortellado (2013), OSAL (2013), Sanfelice (2014)
Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)	8	Castells (2017), Gohn (2014a), Gohn (2014b), Gohn (2015), Pensata (2013), Pleyers (2018), Scherer-Warren (2014), Cei et al. (2017)
Teoria da multidão	2	Cava (2013), Cava, Cocco (2014)
Repertórios de contestação	3	Alonso, Mische (2017), Gerbaudo (2017), Lima; Hajime (2018)
Subjetivação política	1	Parra (2013)
Total	20	

Fonte: Dados da pesquisa

Marxismo: bases materiais e luta de classes

O desafio interpretativo colocado pelas Jornadas de junho de 2013 foi rapidamente enfrentado por diferentes autoras e autores, incluindo quem se identifica com a perspectiva materialista histórica dialética ou simplesmente marxismo. Alguns dos textos levantados foram publicados já em julho de 2013, apenas um mês após os movimentos iniciais, enquanto outros são posteriores, mas não indo para além de 2017.

As produções levantadas dentro do contexto da pesquisa indicam duas vertentes explicativas nos marcos do marxismo: a que discute as Jornadas a partir do movimento do capital (crise econômica mundial e neoliberalismo) e a que enfatiza as lutas de classe. Destaca-se o esforço de Ruy Braga (2017), que busca sintetizar as duas explicações anteriores, ao tratar de 2013 como rebelião do precariado, em especial, do jovem precariado.

Há uma tendência, observada também em outros paradigmas ou teorias analisadas a seguir, de que as análises feitas no “calor da hora” sejam mais otimistas, enquanto a distância no tempo deixa as análises menos otimistas e mais intrigadas diante das supostas heranças de 2013. Outra diferenciação dentro das análises marxistas se relaciona à versão adotada do paradigma marxista, que se trata realmente de uma família ampla e complexa. Destacamos, aqui, a vertente do comunismo dos conselhos, do autonomismo e da sociologia do trabalho marxista.

A vertente do comunismo dos conselhos, derivada de ideólogos como Karl Korsch e Anton Pannekoek, atuantes nas revoluções comunistas europeias do início do século XX, orienta os textos reunidos na edição da Revista Enfrentamento (2013), feita ainda durante os levantes das Jornadas. Reúne o grupo em torno do professor da Universidade Federal de Goiás, Nildo Viana. Os textos constroem uma interpretação muito próxima ao calor dos acontecimentos e tendo o exemplo do movimento em Goiás, marcado por grande radicalidade e mobilizações populares nas periferias. Fazem uma leitura da luta de classes derivada das contradições econômicas do capital, debatendo o caráter

espontâneo ou organizado do movimento, assim como o potencial revolucionário ou não do evento, com atenção a ambiguidades e especificidades do movimento, que é considerado como policlassista.

Os textos de *Enfrentamento* (2013) tendem a uma linguagem típica de um marxismo clássico, que oscila entre a militância e a academia. Por exemplo, Maia (2013, p. 48) afirma categoricamente que a “A luta de classes no Brasil entrou num novo estágio”, reconhece sua legitimidade e seu efeito positivo sobre o imaginário da população. Seu ponto central, entretanto, é que essa não pode ser considerada o fim da luta; ela é instrumental, um meio para reunir pessoas e mostrar que a dita paz entre as classes não passa de uma falácia. Todavia, mesmo nessas duas dimensões mais potentes, existem contradições e o risco de apropriação das demandas mais urgentes pela dinâmica econômica e institucional.

O autor aponta, ao final, a necessidade daquilo que considera uma genuína hegemonia proletária na qual “os interesses de classe (imediatos e de longo prazo) do proletariado devem tomar a cena política” (MAIA, 2013, p. 48). Só assim “esta atual onda de protestos pode evoluir para uma onda revolucionária e a possibilidade de emancipação humana se colocará de forma mais clara alhures no horizonte.” (MAIA, 2013, p. 49)

Outro exemplo é o texto do próprio Viana (2013, p. 25), escrevendo ainda no calor dos acontecimentos. Sua preocupação é a de analisar o “significado das manifestações para a sociedade atual e suas possíveis consequências no processo de luta de classes a partir de agora.” Sua chave analítica e, ao mesmo tempo, objeto de compreensão, é a categoria “luta de classes”. Recorda a historicidade das manifestações e que “elas emergem como resultado do desenvolvimento capitalista, no qual o regime de acumulação integral (caracterizado pelo neoliberalismo, toyotismo e neoimperialismo) vem se desgastando e encontrando dificuldades crescentes de reprodução”. (VIANA, 2013, p. 25). O autor destaca a exploração intensificada do regime de acumulação, que contou com as políticas neoliberais e se fortaleceu com o que ele definiu como a “face neopopulista do Partido dos Trabalhadores” (VIANA, 2013, p. 26). Assim, a insatisfação existente, mas não manifesta com esse processo de exploração, encontra-se com a perda de legitimidade da “democracia representativa-burguesa”, num contexto de redução do crescimento econômico, corrosão do poder de compra do salário-mínimo e aumento da inflação. Nesse contexto, a eclosão das manifestações ocorre justamente tendo como pauta o aumento das passagens de um transporte coletivo já de má qualidade: “Segundo alguns cálculos, o gasto com tarifas de transporte significava em torno de 27% do salário-mínimo.” (VIANA, 2013, p. 26).

Segundo Viana, para entender o processo de luta de classes associado aos movimentos, é necessário não apenas reconhecer a heterogeneidade da composição dos movimentos, mas também perceber quais são suas principais tendências, ou seja, saber quem detém a hegemonia. Para ele, há,

assim como em outros movimentos da história recente, “uma hegemonia da classe dominante e de suas classes auxiliares, mas que não é tão sólida e nem é em todos os aspectos.” (VIANA, 2013, p. 29). A recusa dos partidos políticos, bem como a contestação da corrupção, seriam, para o autor, indicadores da inexistência de uma hegemonia burguesa bem como de uma “perda de legitimidade do Estado capitalista” (VIANA, 2013, p. 30). Essa ausência de uma hegemonia burguesa plena, entretanto, não torna o cenário da luta de classes menos nebuloso, em especial quanto aos seus desdobramentos. Nesse sentido, são elencadas três possibilidades de desfecho da luta de classes interna aos movimentos: 1) O refluxo das manifestações e volta à estabilidade, pelo menos por algum tempo; mesmo nesse caso, para Viana, a “luta de classes no Brasil [...] (possivelmente), estará num grau mais avançado a partir de agora” (VIANA, 2013, p. 31); 2) Diante da não eficácia dos movimentos em colocar diretamente os interesses das classes exploradas, a continuidade das manifestações poderia ter como resultado uma crise institucional com foco em reforma política e o surgimento de um novo “salvador da pátria”; 3) E, por fim, mas menos provável, segundo o próprio autor, a continuidade das manifestações levando à revolução social.

A segunda vertente do marxismo aqui arrolada é a que foi mais presente no próprio MPL (Movimento Passe Livre), ou seja, um autonomismo que deriva do encontro do neo-anarquismo com teorias marxistas autonomistas feitas na segunda metade do século passado, como a de Cornelius Castoriadis. Ela é representada por Pablo Ortellado (2013), cujo texto, também escrito no calor dos acontecimentos, guarda otimismo em relação a Junho. Ele sistematiza a experiência do MPL de São Paulo nas Jornadas, com análise mais focada no tema da tática e da estratégia da ação política, mas reconhece a multiplicidade de pautas e sujeitos de Junho.

Ao discutir os movimentos a partir da noção de luta de classes, Ortellado (2013) reconhece, assim como outras análises, que “as mobilizações de junho foram horizontais, apartidárias e baseadas na ação direta” (ORTELLADO, 2013, p 110) e que, nesse sentido, são semelhantes a eventos como o Occupy Wall Street e o Movimento 15M na Espanha. A peculiaridade do caso brasileiro estaria no fato de que havia, pelo menos em seu início, uma demanda concreta, no caso, a da redução de 20 centavos nas tarifas de ônibus e metrô.

Segundo Ortellado, foi justamente essa característica que permitiu ao movimento construir uma estratégia clara e que se mostrou bem-sucedida, sem prejuízo para a horizontalidade e a criatividade contracultural típica dos outros novos movimentos. A principal contribuição do autor talvez esteja na sistematização que ele faz das “lições” aprendidas com os processos e resultados das mobilizações, sobretudo o MPL, de Junho de 2013, no Brasil, com destaque para a potência estratégica do legado, bem como sobre sua ambiguidade. Para o autor, o movimento “obteve

legados opostos: de um lado, a explosão de manifestações com pautas generalizadas e sem foco em resultados; do outro, a luta contra o aumento das passagens de ônibus e metrô impulsionada pelo Movimento Passe Livre, com profundo senso tático e estratégico” (ORTELLADO, 2013, p. 116).

Apesar do efeito não planejado e esperado de desencadear manifestações difusas, o legado mais importante dos protestos de Junho de 2013 foi uma vitória dupla: a primeira foi a de reduzir os preços das passagens e trazer para o debate público a questão do transporte público gratuito, estratégia essa que visava a um resultado bastante claro; já a segunda foi o legado de não apenas trazer “um novo paradigma para a luta social no Brasil, mas um modelo para movimentos em todos os lugares que combina a política horizontal e contracultural dos novos movimentos com um senso maduro de estratégia.” (ORTELLADO, 2013, p. 116).

Finalmente, temos sociólogos do trabalho marxistas que fizeram suas reflexões sobre as Jornadas, inclusive durante o próprio ano de 2013, como Ricardo Antunes (2013) e Ruy Braga (2013, 2017). Os autores se aproximam nos conceitos mobilizados e na análise das contradições econômicas que afetam as classes trabalhadoras brasileiras nas reconfigurações do mundo do trabalho no início do século XXI. Mas Braga é mais otimista nas análises das Jornadas, vistas como tendo sua força propulsora e núcleo significativo o jovem precariado urbano.

Ruy Braga (2013) vinha chamando a atenção, mesmo antes das manifestações de Junho de 2013, para temas como a reestruturação produtiva capitalista, a mundialização do capital e a nova configuração do proletariado, com o aprofundamento da precarização das condições de trabalho contemporâneas. Em seu artigo de 2013, Braga produz de fato uma bela crônica na qual apresenta uma cronologia descritiva dos eventos a partir de seu próprio olhar e experiência política, integrando-a com as análises que já vinha amadurecendo sobre a centralidade da noção de precariado para compreender os movimentos de contestação que eclodiram de forma mais ou menos simultânea no Sul Global.

[...] o “precariado” brasileiro, ou seja, aquela massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualiificados que entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados, foi para as ruas em junho manifestar sua insatisfação com os rumos atuais do modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico (BRAGA, 2013, p. 57).

Partindo da distinção de classe presente, consolidada na teoria marxista, Ruy Braga refina a análise ao colocar a lupa sobre um tipo específico de trabalhadoras e trabalhadores que sofrem espoliação. Nesse sentido, produz uma síntese instigante entre as mudanças nas bases materiais de vida (neoliberalismo, espoliação, pós-fordismo) e o surgimento de algo novo, o precariado em

busca de direitos sociais, uma especificidade dentro da classe trabalhadora, o que lança uma nova luz sobre a compreensão do papel e da forma como a luta de classes pode ser pensada para compreender os sentidos dessas manifestações.

No que se refere às expectativas em relação ao futuro das manifestações, Braga defende a necessidade de “uma articulação orgânica entre os setores mais jovens, mais precarizados, desorganizados e politicamente inexperientes dos trabalhadores e os setores tradicionais da classe operária” (2017, p. 59), enquanto se evita a redução das lutas à mera “estetização vazia da política”, como no caso dos “Black Bloc”, o que afastaria a maioria das classes trabalhadoras das manifestações.

Há outros autores marxistas que refletiram sobre Junho, como o historiador da educação Sanfelice e o filósofo Paulo Arantes. Destaca-se o trabalho de Arantes, que, entre outras importantes reflexões, complementa e até aprofunda a tese de Ruy Braga, em seu texto “Depois de junho a paz será total” (2014). Arantes destaca o grande número de jovens que foram às ruas em 2013 e que vinham das classes populares, vivendo em condições duras e precárias, mas que eram estudantes da Educação Superior privada. Para ele, haveria nas ruas “[...] um novo e jovem proletariado de escolaridade mais alta que a renda [...]” (ARANTES, 2014, p. 420). Nesse texto, o autor está mais interessado no que as Jornadas podem revelar sobre “o novo tempo do mundo”, o espírito do tempo presente, calcado em uma forma perversa de capitalismo alimentado por uma ideologia neoliberal regressiva e protegida por um Estado crescentemente repressivo, que tem reduzido a distância entre o bélico e o policial. O enfrentamento a essa forma de capitalismo se constrói, segundo Arantes (2014), a partir da insurgência que aparece em Silvio Mielli, de certa forma roubando o termo criado pelos adversários – defensores do Estado repressivo neoliberal – para denominar o antagonista difuso (no limite, toda a população pode ser tratada como insurgente).

A apresentação dessas interpretações de 2013 desde o viés marxista indica que o marxismo originário, e, na verdade, o próprio marxismo ou marxismos do século XX, possuem algumas questões e categorias que lhes são caras e mesmo constituintes que parecem ao menos em parte inadequadas para interpretar as Jornadas, entre elas: a categoria da luta de classes em seu sentido clássico; e o debate sobre o caráter revolucionário ou não de Junho. A luta de classes parece escorregar em seu sentido estrito diante de um movimento policlassista, enquanto as Jornadas parecem um movimento que pouco pode ser compreendido desde o ponto de vista da superação da sociedade vigente de forma revolucionária; temos em 2013 um movimento originado de pautas defensivas (em torno das tarifas e das denúncias das obras para os megaeventos), cujas motivações partem da luta por direitos sociais e vão congregando a indignação diante de certos aspectos do

sistema político (corrupção e fragilidade da democracia representativa).

Entretanto, o marxismo mantém sua potência ao nos alertar sobre a importância da dimensão material ou econômica (a “infraestrutura”) para a compreensão das lutas sociais, demonstrando a relação entre o ciclo de protestos dos anos 2010 e a crise do capitalismo global iniciada em 2007-2008. Essa crise reforça a exploração e a espoliação das classes populares, quando o capital busca recuperar seus níveis de acumulação, por meio do avanço da privatização dos bens comuns e da configuração de novas formas de extração de valor do trabalho, acarretando a piora das condições de vida das classes trabalhadoras, em destaque, jovens do precariado.

Teorias dos Novos Movimentos Sociais: cultura, identidade e comunicação

Guarda relevância, entre as análises de 2013, aquelas que derivam do legado das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), corrente desenvolvida desde os anos 1970 com o objetivo de compreender movimentos que se organizam e constroem pautas a partir de outras identidades sociais, para além da classe social e da nação (a primeira, enfatizada pelo marxismo; a segunda, reconhecida pelo mesmo). Assim, considerando as identidades, gênero, raça, etnia, orientação sexual e território, destacam pautas como o combate ao machismo, ao racismo e à discriminação pela orientação sexual, a defesa do ambiente, dos direitos da mulher, das políticas afirmativas, à segurança alimentar, à qualidade de vida etc.

Em uma tese já clássica, que, de um modo ou de outro, orientou as demais TNMS, que se desenvolveram muito na Europa Ocidental e na América Latina, Alain Touraine (2012) preconiza que os novos movimentos sociais demonstram o deslocamento do econômico ao simbólico-cultural na modernidade tardia, o que Jasper (2016) vai considerar como uma nova forma de determinismo – do econômico do marxismo ao cultural pelas TNMS. Considerando correta ou não a avaliação de Jasper, o certo é que as TNMS chamam a atenção sobre a importância das identidades sociais – em sua diversidade – e das dimensões simbólico-culturais da sociedade moderna; sobre este último aspecto, a obra de Melucci (1997) destaca os mecanismos produtores e legitimadores dos símbolos, e Castells (2017) as tecnologias de informação e comunicação.

Superado o contexto da Guerra Fria e com o fim das ditaduras militares e civis na América Latina, anos 1970 e 80, os novos movimentos sociais reemergiram como força de oposição ao capitalismo em sua fase global e suas consequências nos diferentes aspectos da vida. Esses novos movimentos sociais apresentaram suas pautas tanto renovadas como em novas configurações, ganhando mais espaço político e representatividade, especialmente a partir dos anos 2000. Para

Gohn (2014a), no Brasil, há um elemento novo que estimula o surgimento deles, que é a chegada ao poder de partidos de “esquerda”, que amplia a participação institucionalizada da sociedade civil em conselhos, câmaras e fóruns, mudando as formas de associativismo, com redes focadas em projetos de geração de renda, socioculturais e educativos. No entanto, tais movimentos convivem com novos movimentos nascidos nos anos 2000, em meio ao processo de renovação da participação social. Nesse contexto, nota-se também a entrada de lideranças populares nos espaços de poder, ocupando cargos, o que, ao mesmo tempo que assegura avanços em políticas públicas, enfraquece os movimentos sociais. Inicia-se, assim, uma crise de representatividade dos partidos políticos, ao ponto de termos inúmeros levantes populares em países governados pela esquerda.

Gohn (2014b) destaca, ainda, que as manifestações de Junho de 2013 no Brasil expressam uma mudança nas lutas internacionais, que passam da alterglobalização – movimentos de oposição à ideologia neoliberal da globalização – para o antiglobalismo, que foca os efeitos locais das políticas neoliberais ligadas à vida cotidiana, como o reajuste da tarifa de ônibus ou remoção de famílias para obras dos megaeventos. Segundo ela, esse movimento cria novos processos de lutas.

Nesse cenário, um novo elemento surge e ganha espaço na sociedade como um todo, a rede mundial de computadores. Segundo Manuel Castells (2017, p. 193), a partir de então, os “movimentos são simultaneamente locais e globais”, abrindo espaço para novas interligações entre os movimentos sociais, conectando e ampliando as pautas, identidades e suas estratégias de mobilização. Ele vai além, ao afirmar que a “sociedade em rede tem poder multidimensional e redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder” (CASTELLS, 2017, p. 22). E, nesse ambiente da Internet, no início do século XXI, as redes sociais são utilizadas como ferramenta de mobilização social, e com ela novos movimentos sociais surgem, multiplicam-se e pautam debates nacionais, como vimos em Junho de 2013 no Brasil. Castells destaca ainda que o legado mais forte desses movimentos em rede é a projeção de uma nova forma de democracia, ao construir um “apelo a novas formas de deliberação, representação e tomada de decisão na política” (2017, p. 243).

Segundo Players (2018), esse novo destaque das tecnologias de informação e comunicação obrigam a um rompimento com o conceito tradicional de movimento social, bem como dos seus clássicos modelos de análise. Um exemplo disso são as organizações constituídas nas redes sociais, para as quais a comunicação é mais do que uma ferramenta, ainda que não substituam as ruas e praças. Basicamente, teria sido o que vimos no Brasil em 2013, quando muitas pessoas, a partir das redes sociais, foram às ruas.

Diante dos movimentos dos anos 2010, incluindo Junho de 2013, no Brasil, quem se orientou em sua análise pelas TNMS não teve dificuldade de perceber a simultaneidade desses

protestos. Estamos diante de uma nova onda de movimentos, como já havia ocorrido na história, por vezes articulados (como o movimento antiglobalização), por vezes não (como em 1968). Em relação ao movimento antiglobalização e a 1968, as revoltas dos anos 2010 ficam em uma espécie de meio-termo, pois eram bem mais nacionais e voltadas para si mesmas que as do movimento antiglobalização, mas sem a despreocupação que cada movimento nacional de 1968 guardou em relação aos demais. Parece valer o esforço de Castells (2017), que busca atualizar as TNMS a partir de sua teoria da sociedade em rede: ele será um analista otimista dos protestos dos anos 2010, interpretados como movimentos em rede em seu duplo sentido – rede de movimentos e movimentos que se articulam por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente as redes sociais da Internet.

Autoras e autores do Brasil, como Gohn (2014a, 2014b) e Scherer-Warren (2014), vão destacar essa potencialidade das TNMS para compreender 2013: a centralidade da dimensão simbólica e comunicacional, certificada pelo uso das redes sociais da Internet. Mais vacilante, entretanto, é a análise de 2013, e do próprio ciclo de protestos dos anos 2010, a partir da noção de identidades sociais. Tal abordagem parecia plausível para a análise do movimento antiglobalização, a ponto de Pleyers (2018) buscar atualizar a TNMS a partir das experiências políticas do que chamou de alter-ativismo. Mas as TNMS parecem escorregar diante do fenômeno da multidão heterogênea ou múltipla, tornando outra análise concorrente do movimento antiglobalização, a teoria da multidão de Michael Hardt e Antonio Negri, aparentemente mais adequada para compreender as Jornadas.

Teoria da multidão

A teoria da multidão é a expressão que usamos aqui para tratar da aplicação das ideias desenvolvidas por Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT, NEGRI, 2001, 2005) na trilogia iniciada em 2001 com “Império”, especialmente na obra “Multidão” de 2005, em produtos aqui analisados sobre as Jornadas de Junho de 2013. A trilogia tem início ainda no auge do movimento antiglobalização, buscando interpretar e dar um sentido ao ciclo de protestos que logo perderia seu impacto inicial. Hardt e Negri buscam compreender os novos sentidos assumidos pelo capitalismo na era do “Império” – forma como interpretam a globalização – e a constituição de um novo proletariado, em torno de uma nova forma de valorização do capital – a partir do conhecimento, dos afetos e das relações –, buscando fazer uma releitura do próprio marxismo.

A reação e resistência ao Império se dão na forma de rebeliões da multidão – em diversas

versões, que vão do êxodo à insurgência, passando pela ocupação de espaços, tornados “comuns”. (HARDT, NEGRI, 2016). A trilogia faz um intenso diálogo com o pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze, reconhecendo o caráter de acontecimento das rebeliões da multidão – ou seja, de imponderabilidade, contingência e irreducibilidade – e combinando certa linguagem apocalíptica herdada do marxismo com uma profusão de metáforas, em imagens grandiosas e irônicas inspiradas pelo pós-estruturalismo.

Para autoras e autores sobre as Jornadas que tratamos neste item, Junho de 2013 aparece como um excelente caso para a aplicação das ideias de Hardt e Negri, especialmente a respeito da multidão. As Jornadas são tratadas novamente como parte de um ciclo global de protestos que dá continuidade ao movimento antiglobalização, como novo capítulo das revoltas da multidão – na qual ganham importância os heterogêneos setores do novo proletariado do conhecimento e do afeto – contra os desmandos das elites do Império e suas táticas oriundas do estado de guerra permanente. A linguagem oscila constantemente entre a análise conceitual e o apelo a metáforas, ora grandiloquentes, ora irônicas, no esforço de captar pelo literato o que foge do estritamente acadêmico, a saber, o caráter de acontecimento de 2013.

Destacam-se as coletâneas organizadas por Giuseppe Cocco e Bruno Cava (CAVA, 2013; CAVA, COCCO, 2014), que se centram nos eventos de 2013 no Rio de Janeiro. Apesar das considerações críticas que serão feitas à aplicação da teoria da multidão às Jornadas, é importante, desde já, afirmar que, entre a miríade de eventos no Brasil em 2013, os acontecimentos no Rio de Janeiro parecem os que melhor cabem na definição e na imagem da multidão: coalizão informal e instantânea de uma heterogeneidade de sujeitos e motivações (greve de docentes, jovens denunciando a corrupção do governo estadual, movimentos das comunidades contra a violência policial, indígenas resistindo às obras no Maracanã etc.); violência desmedida das forças de repressão combinadas a diferentes formas de criminalização do movimento pelos poderes do Estado; e aparente espontaneidade das manifestações, que reforçariam a surpresa diante da força desse acontecimento, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1992). Escritas muito próximas ao calor dos eventos, os textos são otimistas e constantemente laudatórios em relação à potência da multidão nas Jornadas no Rio de Janeiro.

Em todos os produtos arrolados neste item, o conceito de multidão foi tratado como um “sujeito” revolucionário, não unificado, plural e múltiplo, formado por singularidades cooperativas, não unificadas e não redutíveis a uma uniformidade (HARDT, NEGRI, 2005). Todavia, uma análise mais detida a partir de texto de Antônio Negri (2004) permite-nos compreender diferentes nuances dessa noção, quando percebemos que o conceito de multidão transita em relação a diversas formas

conceituais: multidão como imanência, como um conceito de classe e como uma potência.

Seguindo essa linha, os produtos em análise nesta seção do artigo convergem em direção à teoria da multidão, utilizada para interpretar as Jornadas de 2013. Toledo (2014, p. 42) nos parece muito elucidativo nesse ponto:

Quando a multidão tomou as ruas, trouxe consigo uma lava fumegante, feita de medo, euforia, esperança, ceticismo, mas, acima de tudo, desejos. Quase imediatamente, a insurgência foi acusada por suas faltas: falta de consciência política, militância (ou militantes), pautas, bandeiras, partidos, enfim, todos aqueles aparatos e marcas das tradicionais campanhas... Evidentemente, as ausências existem. Ou em termos mais generosos, algumas ausências são sentidas. Contudo, a crítica é indevida, e justamente porque ela é formulada no exato momento da incandescência, em que tudo o que havia estava naquela presença maciça e ruidosa. O que os críticos não se dão conta, é que o próprio fato monstruoso vale sua presença e é capaz de rasgar o presente para engajar processos constituintes. A mistura nas ruas era em si mesmo o evento e só ele é capaz de dar as condições para o aparecimento de algo novo. Multidão contagiando a si própria, experimentando formas de espreitar as possibilidades e de se constituir afinal como multidão.

Multidão, espaço público, rua insurgência, disputa política e ação social configuram o tempo espaço do acontecimento. Nesse sentido, temos a multidão apresentada pela sua auto-organização, retroalimentação e potencialmente construtora do novo. Mas já temos no excerto um exemplo de algo recorrente nos produtos analisados, derivado da própria trilogia de Hardt e Negri: uma linguagem repleta de metáforas e imagens fortes, tentando não apenas descrever um conceito e analisar um fenômeno, mas captar algo para além do estritamente intelectual e que faz de movimentos como o de 2013 um “acontecimento” no sentido mesmo do pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze – algo imprevisível, contingente, irreduzível e aberto.

Aproximando as diferentes dimensões que explicitam Michael Hardt e Antônio Negri (2005), nomeando, a partir do conceito de multidão, o sujeito das jornadas de 2013 e inscrevendo sua compreensão no marco das novas condições da dinâmica social, Cava (2013) apresenta o ocorrido da seguinte forma:

Era uma multidão intempestiva, heterogênea, sem representação ou transcendência. Uma multidão que se forma na luta. Nela, os pobres (jovens, mulheres, negros, favelados, índios, informais) lutam enquanto tais, mantendo-se diferentes e cooperando entre si. Nas jornadas de junho a outubro, a multidão se fez tendo como figura central o “pobre” que aparece em toda a sua potência (CAVA, 2013, p. 75).

Situando no marco do diverso, identificando diferentes identidades, mas sem atribuir o foco a essas, Cava (2013), assim como Toledo (2014), numa tacada só, apresentam todas as características indicadas por Negri (2004) em relação ao significado do conceito de multidão nas Jornadas: heterogênea, transcendente e potente. Todavia, ao apresentarem a heterogeneidade dos

participantes, os autores a reconhecem como diversidade composta de diferentes identidades que, mesmo preservando suas especificidades, confluem na composição da multidão, que, portanto, não é redutível a uma identidade comum.

Segundo Cava (2013), o caráter transformador da multidão reside na potência do todo que é formado, apesar dela ser composta de identidades que atuam de forma irreduzível. Dessa forma, independentemente de serem os participantes “jovens, mulheres, negros, favelados, índios, informais”, entre outros, não é a especificidade das bandeiras que constitui a multidão, mas a organização de um todo mobilizado pelas pautas gerais de uma insatisfação coletiva, que revela, para além das diferentes facetas das lutas, a produção de alternativas de vida.

Essa multidão, que se retroalimenta e autogoverna o cotidiano, produzindo a democracia de fato na qual todos tomam parte, demarca o limite do não aceitável e da indignação frente a uma realidade opressora. Revela-se, pela ação e na relação com o todo, a produção de si num trabalho vivo do tempo e do espaço para todas e todos, ou seja, o tempo-espaço da democracia auto-organizada.

Nascimento (2014), ao tratar da multidão como imanência, explicita que:

[...] trata-se da forma democrática que pode assumir a multidão, a denominação de uma multiplicidade de singularidades. Na relação entre as diferentes formas de estar no mundo e se expressar constituem-se questões comuns e, mais do que isso, podem constituir-se novas possibilidades e, a partir delas, dinâmicas de constituição de um comum que não tem que ver as noções tradicionais de comunidade ou do público, mas “baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (Negri, Hardt, 2005). (NASCIMENTO, 2013, p.100).

Ainda em seu artigo, Nascimento (2013) nos traz outra abordagem interessante desse conceito, quando que diz que:

O levante proporcionou que o asfalto olhasse a favela para além dos estereótipos e preconceitos. Muitos do asfalto, na luta, descobriram e se integraram à favela, trocando conhecimento/saberes e vendo que há vida, que se trata de sujeitos e não coisas, e que nessa troca é possível construir novas formas de vida, novos sentidos. No levante da multidão, a favela foi descoberta pela dor, mas também por sua força e coragem. [...] De junho a novembro, travamos uma luta por uma nova cidade, por novas formas de vida (NASCIMENTO, 2013, p. 85).

Operando o conceito de multidão dessa forma, o autor explicita, a partir do interior do movimento que acontecia, que, apesar da presença da diferença entre favela e cidade na manifestação, foi possível experimentar a suspensão dessa dicotomia, porque os sujeitos se

orientaram por um objetivo comum e pela reciprocidade. Essa superação de uma dualidade tradicional, ainda que de forma momentânea, possui uma relevante dimensão educativa.

Observando o fenômeno a partir de um olhar pregresso, sistematizado e distanciado, temos aprendido, e construído a compreensão dos seus diversos sentidos e significados. Havia, no contexto, uma insatisfação com os rumos tomados pelo governo federal, em sua malograda política neodesenvolvimentista em favor de grandes obras de infraestrutura e incentivo à indústria nacional. Ela aparece como insatisfação com os limites das políticas sociais, que representavam antes um paliativo frente ao aprofundamento da precarização do trabalho, associada a uma ideologia de responsabilização individual pela própria condição socioeconômica, processos característicos do neoliberalismo.

Esse contexto criou as condições necessárias para a mobilização de milhões de pessoas das mais diversas origens e com as mais diversas reivindicações. Essas, como propostas por Negri (2004) e Negri e Hardt (2005), configuraram a multidão que promoveu os protestos do que chamamos Jornadas de 2013. Esse fenômeno, se, de um lado, possibilita nomear as identidades específicas da diversidade constituinte da multidão, de outro lado, no interior do fenômeno Jornadas, torna-se irreduzível a uma identidade específica.

Entretanto, há limites importantes no conceito de multidão para plena compreensão do que foram as Jornadas de 2013. Nesse sentido, a perspectiva indicada por Gerbaudo (2017), melhor debatida abaixo, é muito relevante.

Subjetivação política e repertórios de contestação

Na constituição do projeto da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013”, as referências teóricas oriundas da filosofia política de Jacques Rancière (1996) foram fundamentais, em especial a sua definição de política como dissenso e a categoria da subjetivação política. Tais referências vinham fundamentando, inclusive, pesquisas anteriores da equipe a respeito de outros movimentos com ampla participação de jovens no Brasil, nas quais se buscava compreender como a experiência radical de participar de protestos coletivos poderia influenciar a formação política e as trajetórias de vida de jovens.

A subjetivação política é o termo usado por Rancière (1996) para se referir ao momento da constituição de sujeitos políticos durante o dissenso, que é, para ele, o verdadeiro momento da política. No dissenso, formam-se tais sujeitos coletivos constituídos sobretudo por pessoas oriundas de categorias excluídas ou tidas como inferiores pela “partilha do sensível” dominante, mantida

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; [90
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares
pelas instituições “policiais” de controle, repressão e gestão.

A subjetivação política não afirma identidades específicas, ao contrário, é um processo de desidentificação que afasta ou desloca os sujeitos de suas funções ou posições sociais pressupostas, pois ela se fundamenta na igualdade primordial de fala e ação entre todos os seres humanos. O momento contingente e imprevisível da política como dissenso é o da afirmação da igualdade política, constituindo sujeitos coletivos provisórios e rompendo ou alterando as linhas que dividiam desigualmente as pessoas na ordem policial dada.

A noção de subjetivação política e a política como dissenso de Rancière parecem guardar grandes possibilidades de análise das Jornadas. Todavia, elas não foram usadas, até agora, de modo tão prolífico nas análises das Jornadas, ao contrário dos paradigmas e teorias analisadas nos itens anteriores. Nos produtos selecionados no Bloco “Geral”, aparece apenas uma vez (PARRA, 2013). Em outros blocos, tem certa presença, mas também minoritária, como em Portugal (2016). Portugal (2016) alude às noções de subjetivação e dissenso, mas destaca de Rancière o conceito de partilha do sensível; esse conceito opera tanto no nível do político quanto da estética, tratando da maneira como são ficcionalizadas as fronteiras que definem quem pode e quem não pode atuar de modo legítimo nos debates públicos e nas tomadas de decisão.

Por sua vez, Parra (2013) coteja a teoria da multidão com a filosofia política de Rancière – diferente da interpretação feita neste artigo, que prefere destacar as diferenças entre as duas concepções. Para Parra (2013), a subjetivação política propiciada pelos coletivos autonomistas que deram início às Jornadas e foram responsáveis por alguns de seus momentos mais radicais e progressistas, associa-se à luta e à constituição dos “comuns” – meta proposta pelos autores de *Império*.

Nossa interpretação prefere distanciar a teoria da multidão da noção de subjetivação política de Rancière, mesmo reconhecendo que ambas as correntes partem de reinterpretções bastante heterodoxas do marxismo e debatem – especialmente Hardt e Negri – com o pós-estruturalismo, além de, a partir da filosofia política, recolocarem o contingente e o imprevisível no centro das análises. Mas, para pensar as diferenças entre essas correntes, inspiramo-nos em autor que também foi fundamental para a elaboração da proposta da pesquisa, Paolo Gerbaudo (2017), em sua interpretação a respeito do ciclo de protestos dos anos 2010, as “revoltas das praças”, entre as quais ele inclui as Jornadas de 2013 no Brasil.

Gerbaudo (2017) faz uso efetivo da noção de repertório de protesto, mesmo sem assumir explicitamente a adesão à teoria do processo político de Charles Tilly e Sidney Tarrow.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente

deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY apud ALONSO, 2012, p. 26).

A análise de Gerbaudo (2017) trata da presença do neo-anarquismo (ou autonomismo, revigorado pelo movimento antiglobalização da virada do século XX ao XXI) e de um reatualizado “populismo democrático radical” – ou “cidadanismo” – nas revoltas das praças. Apesar de o fazer sem aprofundamento, Gerbaudo (2017) debate sobre a relativa inadequação da teoria da multidão de Hardt e Negri (2001) para a compreensão da revolta das praças. Para ele, o ciclo de protestos dos anos 2010 fazia uso de heranças organizacionais do autonomismo ou neo-anarquismo do movimento antiglobalização, mas tais heranças estavam a serviço, sobretudo, de conteúdos ideológicos melhor caracterizados como populismo democrático radical, em uma nova versão que ele batiza de cidadanismo. O neo-anarquismo do movimento antiglobalização poderia ser lido como uma coalizão de identidades rebeldes e insatisfeitas com o capitalismo global, que conservavam suas especificidades na composição multicolorida dos protestos contra os eventos da elite financeira e política global. Contudo, segundo Gerbaudo (2017), as revoltas das praças reconstroem a noção de povo e popular, por exemplo, como uma unidade dos “99%” contra as elites do poder e das finanças, como bem expressou o movimento Occupy Wall Street.

O próprio Gerbaudo, ainda que brevemente, indica a pertinência das noções de política como dissenso e de subjetivação política – como a afirmação da igualdade entre todas as pessoas, mas desde a afirmação das que são mais oprimidas e excluídas – para compreender o cidadanismo. Se a multidão remete à coalizão das múltiplas identidades, a subjetivação política referenda a igualdade primordial entre todas e todos, revelada sobretudo pelo dissenso promovido por quem o poder “policial” deseja manter fora da comunidade política. Teria se constituído, na convergência entre o repertório neo-anarquista e o populismo democrático radical, a lógica organizacional da ação massiva participativa, “[...] que misturou a ambição de massa da política populista com uma ênfase libertária na auto-organização e horizontalidade, inspirando a ‘organização líquida’ flexível e inclusiva [...]” (GERBAUDO, 2017, p. 64).

Entretanto, desde a construção do projeto, consideramos que faltou a Gerbaudo considerar mais o que Alonso e Mische (2017) definiram como repertório patriota – de certa forma, uma releitura “à direita” da ideologia populista. Gerbaudo (2017), efetivamente, percebe as nuances conservadoras e o caráter ambíguo de alguns dos protestos que analisa mais detidamente – o próprio Brasil em 2013, e o *NuitDebout* na França, em 2016. Mas, além de considerar que o veio principal dos protestos era progressista, ele não tinha, ainda, quando lançou a obra, em 2017, o distanciamento histórico que nós temos hoje a respeito das Jornadas de 2013 e os eventos

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; 192
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares
subsequentes no Brasil e no próprio mundo.

Finalmente, a análise de Lima e Hajime (2018) é interessante em seu esforço de criticar análises reducionistas acerca do sentido político-ideológico das Jornadas. Fazem isso não diretamente a partir da noção de repertórios de contestação, mas por meio da dialética hegeliana. Ela referenda nossa avaliação sobre a excessiva apologia de Junho contida nas análises baseadas na teoria da multidão. Mas se destaca, o que é a tônica do artigo, a crítica a apressadas pressuposições vindas de setores intelectuais mais alinhados ao campo popular – que, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente, chefiava o governo nacional – e de quem fazia a defesa das instituições democráticas representativas.

De todo modo, a leitura da teoria da multidão sobre 2013 enfatiza a importância da diversidade dos sujeitos presentes nas Jornadas, justapostos nas ruas e convivendo em suas diferentes pautas e concepções políticas – por vezes profundas e irreconciliáveis. Alerta-nos que 2013 não parece guardar um sentido único. Por outro lado, a leitura de Gerbaudo (2017) e de Alonso e Mische (2017) demonstram os esforços para criar alguma unidade ou homogeneidade: Gerbaudo enfatiza a importância da ideia de “povo” e “popular”, estimulando e valorizando a presença de pessoas “comuns” e outrora despolitizadas nas ruas; Alonso e Mische demonstram que, no caso do Brasil, já durante as Jornadas, dois campos antagônicos vieram a se constituir, de certo modo organizando as identidades heterogêneas em duas vertentes, enquanto se anuncia a polarização política extrema dos anos seguintes – de um lado, um campo progressista mobilizado pelo repertório autonomista e socialista; de outro, um campo conservador mobilizado pelo repertório patriota.

Considerações finais

Podemos dizer que as duas últimas vertentes analisadas – repertórios de contestação e subjetivação política – são muito relevantes para a continuidade da pesquisa, em sua fase voltada ao ouvir pessoas que foram jovens ativistas e militantes nas Jornadas. Os repertórios são relevantes, tanto por permitirem conhecer as heranças de movimentos sociais pregressos a 2013, quanto por sua capacidade de considerar aspectos estruturais e conjunturais, quando se analisa a efetividade de dado repertório em certo contexto social e político. Será muito relevante para a continuidade da pesquisa, considerar não apenas de que forma os repertórios de contestação estruturaram os protestos e ditaram a dinâmica dos eventos em 2013, mas como informaram as experiências de jovens ativistas e militantes e influenciaram suas interpretações sobre as Jornadas. Permitem ainda compreender a diversidade de sujeitos, pautas e motivações das Jornadas – que, em parte, foi uma

sobreposição de movimentos muito diferentes entre si – sem aludir meramente a uma multidão insondável e incompreensível.

A subjetivação política e a política como dissenso, em contrapartida, permitem manter em cena o caráter de “acontecimento” de 2013, por sua abertura a considerar nas análises aquilo que é contingente, inesperado e até mesmo irredutível às contextualizações; ou seja, permite compreender 2013 também como um “acontecimento”, cujas bases materiais, sociais e históricas podem ser até conhecidas, mas mantendo o caráter imprevisível e aberto do momento da sua explosão, difusão e consequências. O imprevisível, que leva multidões às ruas, compostas por sujeitos anônimos de trajetórias políticas pregressas as mais diversas, parece ter sido um momento de constituição de um sujeito político ou de sujeitos políticos, de caráter coletivo, que recriaram noções como “povo”, “população”, “classe trabalhadora” e “cidadãos e cidadãs” nas Jornadas – ainda que se possa considerar que subjetivações distintas entre si ocorreram, em suas interpretações diversas do popular. Finalmente, a subjetivação política pode deixar influências potentes nas trajetórias das pessoas que imergiram nas manifestações, como seus itinerários políticos, educacionais, profissionais e pessoais, em parte rompendo, em parte complementando os processos pregressos de socialização política.

Referências

ALONSO, Angela e MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho. **OSAL (Observatório Social de América Latina)**, v. XIV, n. 34, 2013, p. 37-49. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

ARANTES, Paulo. Depois de Junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

BRAGA, Ruy. Os sentidos de junho. In: BRAGA, Rui. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017, cap. 9, p. 221-244.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **OSAL (Observatório Social de América Latina)**, v. XIV, n. 34, 2013, p. 51-61. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em 15 maio 2021.

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; [94
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. 2ª
ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe. (org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano
que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro).
São Paulo: Annablume, 2013.

CEI, Vitor; DANNER, Leno Francisco; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; BORGES, David
G. (org.). **O que resta das jornadas de junho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. 309 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ENFRENTAMENTO, *Rev.* Goiânia, v. 8, n. 13, 2013, 58 p. Disponível em:
<http://redelp.net/index.php/renf/article/view/364/341>. Acesso em 15 mar. 2023.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**. Populism, citizenism and global protest. New York:
Oxford University Press, 2017.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Pluralidade da representação da América Latina. *Revista
Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, pp. 73-90, 2014a. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A sociedade brasileira em movimento. **Cadernos CRH**,
Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-444, 2014b. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina.
Civitas, Porto Alegre, v.15, n.3, p. 491-509, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.19476>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de
Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JASPER, James J. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao
componente conservador das. **Leviathan** (São Paulo), São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2018.
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.147255>.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na
construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis,
p. 37-45, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>

MAIA, Lucas. Para além dos protestos. **Enfrentamento**, v. 8, p. 38-51, jul. 2013.
<http://redelp.net/index.php/renf/article/view/364/341>. Acesso em 15 mar. 2023

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**.
1997, n. 5, p. 5-15. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a02.pdf>. Acesso

em 25 mar. 2023.

NASCIMENTO, Alexandre. Ações afirmativas e Jornadas de Junho: tudo a ver! In: CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe, (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014, p. 97-103.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum**, v. 19, n. 20, p. 15-26, 2004.

ORTELLADO, Pablo. Reflectionson The Free Fare Movement and Other. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 110, 30 dez. 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p110>

OSAL (Observatorio Social de América Latina), Dossiê “Brasil em movimento”, v. XIV, n. 34, p. 15-76, 2013. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

PARRA, Henrique Z.M. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. **Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 141-150, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/680>. Acesso em 15 mar. 2023.

PENSATA, Rev., “Debates”, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 127-171, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/680>. Acesso em 15 mar. 2023.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientossocialesenelsiglo XXI**: perspectivas y herramientas analíticas. Buenos Aires: Clasco, 2018. 232 p. Contribuciones de Breno Bringel; prefacio de Boaventura De Sousa Santos.

PORTUGAL, Luisa. **Política e estética da política na obra de Jacques Ranciere**: duas narrativas sobre as manifestações de 2013. 2016.124 f. Dissertação. (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27320/27320.PDF>. Acesso em 12 maio 2023.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANFELICE, J. L. Vandalismo ou movimento social? As Jornadas de Junho (2013). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, p. 4-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13084>, aceso em 19 maio 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>

TOLEDO, Fabrício. Insubmissão: a Multidão formando sua inteligência. In: CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe, (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014, p. 37-50.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10ª edição, Petrópolis: Vozes, 2012.

VIANA, Nildo. Manifestações populares e lutas de classes. **Enfrentamento**, Goiânia, v. 7, p. 26-37, jul. 2013.

Luís Antonio Groppo

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: luis.groppo@unifal-mg.edu.br

Gislene da Silva

Mestranda em Educação pela UNIFAL-MG, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento do
Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharela em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. E-mail:
gislene.silva@sou.unifal-mg.edu.br

Guilherme Abraão Silva

Mestrando em Educação pela UNIFAL-MG, com bolsa da CAPES.
Bacharel em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG.
E-mail: guilherme.abraao@sou.unifal-mg.edu.br

Josefa Alexandrina da Silva

Pesquisadora bolsista pela FAPEMIG.
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: j.alexandrina@uol.com.br

Luiz Carlos Felizardo Júnior

Professor da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Campanha/MG.
Doutor em Educação e Culturas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: felizardojr@hotmail.com

Nikole Pereira Mendonça de Almeida

Pesquisadora bolsista pela FAPEMIG.
Mestra em Educação pela UNIFAL-MG.
E-mail: nikolealmeidalg@gmail.com

Sandro Amadeu Cerveira

Reitor da UNIFAL-MG.
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Email: sandro.cerveira@unifal-mg.edu.br

Vitória Neres Soares

Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. Estudante do Bacharelado em Ciências Sociais da
UNIFAL-MG. E-mail: vitoria.soares@sou.unifal-mg.edu.br

REBELIÕES DE JUNHO DE 2013: a classe trabalhadora, o precariado nas ruas.

JUNE 2013 REBELLIONS: the working class, the precariat in the streets.

♦ Luís Augusto Vieira

RESUMO

O presente trabalho é parte de uma tese de doutorado que versa sobre Junho de 2013 e as Centrais Sindicais brasileiras. Todavia, a discussão que apresentamos diz respeito ao debate acerca das classes sociais, com ênfase no precariado e nas organizações presentes naquele processo. Para tanto, utilizamos fundamentalmente elaborações e registros de intelectuais que trabalharam a temática. Como fonte de pesquisa, consultamos livros e artigos, sejam físicos ou da rede mundial de computadores. Como resultado, tem-se que a classe trabalhadora esteve nas ruas durante as Rebeliões de Junho de 2013, sobretudo a sua versão precária, e que organizações de juventude e de classe também se fizeram presentes, não sendo necessariamente sindicatos e partidos, os quais adentram nas manifestações já em curso, inclusive os da direita liberal e conservadora.

Palavras-chave

Precariado; Classes Sociais; Rebeliões de Junho de 2013; Organizações Políticas.

ABSTRACT

The present work is part of a doctoral thesis that deals with June 2013 and the Brazilian Trade Unions. However, the discussion we present concerns the debate about social classes, with emphasis on the precariat and the organizations present in that process. To do so, we fundamentally use elaborations and records of intellectuals who worked on the theme. As a source of research, we consulted books and articles, whether physical or from the world wide web. As a result, the working class was on the streets during the June 2013 Rebellions, especially its precarious version, and that youth and class organizations were also present, not necessarily unions and parties, which enter in the demonstrations already under way, including those from the liberal and conservative right.

Keywords

Precariat; Social Classes; June 2013 Rebellions; Political Organizations.

Introdução

Dentre os motivos que levaram à temática, em partes se relacionam com o campo de estudos do pesquisador, que versa sobre os fenômenos sociais de participação e mobilização política; outro motivo se refere à participação militante nesses espaços. Aquilo que é específico do objeto em questão (as classes e organizações sociais em Junho de 2013) – por carecerem de análises e mais elementos sobre essa que foi uma das maiores manifestações de massas do Brasil, em períodos históricos e recentes (BRAGA, 2017), e que ensejam maiores esclarecimentos sobre vários de seus aspectos – aqui, buscamos elucidar apenas um deles.

Partimos do pressuposto de que, para melhor entendimento de quem esteve nas ruas, em Junho de 2013, concordando com André Singer (2013; 2017), é necessário considerar os três momentos que o perfizeram: o primeiro, o *do protesto popular*, entre os dias 6 e 13 de junho; o segundo, o *da massificação dos protestos*, entre os dias 17 e 20 de junho, e o terceiro, o *da fragmentação dos protestos*, do dia 21 até o final de junho.

O não reconhecimento dessas três fases tem resultado com equívocos nas análises, tais como a tentativa de homogeneizar o movimento como sendo único do início ao fim, ou como sendo capitaneado pela tal “classe média” e elites, ou ainda a tentativa de considerar Junho de 2013 como uma revolta exclusivamente de caráter conservador, o que definitivamente não o é.

Como procedimentos metodológicos, lançamos mão de um tratamento de abordagem qualitativa, por entender que a análise experimental matemática, como sugerem as pesquisas quantitativas, não são as mais adequadas à temática (SEVERINO, 2007). Como fontes de pesquisa e informação recorreremos, fundamentalmente, à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e de opinião e entrevistas, buscando autores que se debruçaram sobre o assunto – os livros, na maioria impressos, e os artigos (alguns impressos) na maioria foram buscados em sites da internet.

A partir das análises de André Singer (2013, 2015), de Maria da Glória Gohn (2015) e de Ruy Braga (2017), buscaremos a caracterização das classes, sujeitos e organizações que estiveram nas ruas. Como pressuposto, adotamos o postulado de que, se as classes e ideologias se cruzaram nas ruas (SINGER, 2013), predominou a hegemonia do precariado (BRAGA, 2017) – importante reconhecer que a grande maioria das/os manifestantes não compreendia sua condição de classe-para-si, em termos marxianos, mas que nem por isso deixaram de expressar sua condição de classe – e que organizações políticas organizaram (sobretudo movimentos sociais afeitos à temática do transporte e juventudes) e/ou passaram a se fazer presentes no decorrer daquele processo (aqui partidos políticos e movimento sindical).

Por fim, apresentaremos nossas considerações acerca do exposto.

Antes, ou de início...

Cabe aqui um importante esclarecimento que guarda relação direta com o objeto e tema desse, qual seja: os motivos para denominar aqueles eventos de 2013 como “*Rebeliões de Junho*”, e não como a forma mais corrente “*Jornadas de Junho*”.

Puxando pela memória, André Singer (2013) recorda da referência às manifestações em curso como “*Jornadas de Junho*” em conversas de corredores entre colegas da USP, às vezes, de forma mais séria, noutras, nem tanto “[...] eu próprio cheguei a utilizá-la em artigo de jornal. Algum tempo passado, no entanto, hesito em repetir a fórmula” (SINGER, 2013, p. 23).

Tal hesitação não se faz sem motivos, segundo o autor. A referência emprestava o termo dos acontecimentos revolucionários de 1848, em Paris, ocasião em que o proletariado parisiense se lançou numa tentativa de insurreição. Segundo consta n’*O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, aquele foi “[...] o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias [...]” (MARX apud SINGER, 2013, p. 24) – e que foi brutalmente esmagado pelo general Cavaignac. Assim, concordando com o autor:

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. [...]. Diferentemente do caso francês, entretanto, não houve aqui um desenho insurrecional (SINGER, 2013, p. 24).

Dessa feita, utilizar o termo “*Jornadas*” para descrever o que acontecia no Brasil, em 2013, em comparação com Paris do século XIX, não se apresentava da forma mais precisa. Em Paris, as *Jornadas* adquiriram um caráter explosivo e revolucionário, já no Brasil, embora o caráter explosivo, a revolução não veio. Singer (2013), em acordo com a nomeação francesa para maio de 1968, prefere mesmo denominar aqueles eventos como “*acontecimentos de junho de 2013*”.

Todavia, embora André Singer seja mais cuidadoso em suas formulações, entendemos que o termo *acontecimentos* soa como algo episódico, sem lastro temporal, nem antes, nem depois de Junho, além do que aparenta deixar de fora elementos que configuram a onda de manifestações que tomou o Brasil, em sua relação com outras que ocorreram pelo mundo.

Já Ricardo Antunes (2018), ao comentar o ciclo de manifestações que se inicia em 2005 e que ganha força a partir da crise financeira de 2008, apresentou-o como uma *Era das Rebeliões* “[...] que, entretanto, não se converteu em uma era de revoluções.” (ANTUNES, 2018, p. 56). Com levantes mundo afora guardando as mesmas características de sujeitos, métodos de ação e outros, as Rebeliões de Junho de 2013, no Brasil, seriam parte dessa era de rebeliões.

Dessa feita, em nosso entendimento, os eventos de Junho de 2013 melhor se qualificam

como *rebeliões*, devido aos elementos que o caracterizaram, tais como: a recusa em aceitar e a obedecer às ordens das autoridades (por exemplo, quanto ao percurso que as/os manifestantes poderiam ou não fazer nas ruas); a ação violenta de defesa e resistência que se assistiu naqueles episódios (sobretudo a tática Black Bloc¹); a falta de uma direção programática que extrapolasse as pautas por direitos e de reformas (redução das tarifas e melhoria nos transportes, saúde, educação etc.) e a ausência de uma organização que, embora presente, capilarizasse as revoltas das ruas.

Assim, e em concordância com as elaborações de Antunes (2018), o termo “Rebeliões de Junho” parece-nos mais adequado, pois amplia o caráter de simples manifestações de rua, ao mesmo tempo em que não reivindica o caráter de jornadas como as parisienses. E reivindicar junho numa *era de rebeliões*, em conjunto com as manifestações mundiais, também nos parece mais adequado.

Feito essa breve explicação, passamos aos demais elementos do texto.

Afinal, quem estava nas ruas em Junho de 2013?

Na busca por caracterizar quem estava nas ruas em 2013, as análises de Singer (2013, 2015) certamente são as que melhor traçam esse perfil. Ainda que centradas no momento de massificação das manifestações, ou seu segundo momento, e nos grandes centros urbanos, seu mapeamento etnográfico é o mais preciso².

Em concordância com as mais variadas análises acerca das/os manifestantes de Junho, Singer (2013, 2015) atesta que, num primeiro momento, uma pequena fração da classe média foi quem serviu de disparador ao que ocorreria na sequência. Atesta ainda que a ebulição iniciada por aquela fração da classe, naquele momento, era capitaneada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e contava com apoio dos mais diferentes setores das esquerdas do país.

Todavia, a partir do avolumamento das manifestações, da repressão policial, da resistência de quem estava nas ruas e consequente enrijecimento das lutas, assistiu-se ao segundo momento, ou à nacionalização dos protestos – no qual Singer se debruçará mais detidamente. Nesse momento, uma nova massa de jovens incorpora-se aos protestos, flertando com as bandeiras relacionadas ao direito à cidade, mas também com aquelas contrárias à corrupção. Há um aumento significativo da

¹ “Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas.” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10).

² Valendo-se das pesquisas dos institutos e jornais da época, o autor vai traçar um perfil geral das manifestações e manifestantes centrado, sobretudo, na segunda fase, o qual utilizamos aqui.

participação dos sujeitos caracterizados pelo autor como o *novo proletariado* (para nós, o *precariado* o qual abordaremos mais adiante), caracterizados como:

Tenho usado como parâmetro para pensar, o novo proletariado do telemarketing, que foi pesquisado pelos sociólogos Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009). [...] Apesar de o jovem operador estar com um pé fora do subproletariado, uma vez que, pelo menos, tem a carteira assinada, suas condições de trabalho são chocantes (SINGER, 2015, p. 9).

Ou seja, são jovens e jovens adultos que adentraram no mercado de trabalho, sobretudo nos períodos lulistas, e que estariam em transição, chegando naquele momento à condição proletária (SINGER, 2015) e que, apesar de terem carteira assinada e estarem na formalidade, padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade, más condições de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes, pressão sobre resultados, metas, dentre outros.

Seguindo as análises de Singer (2013) sobre o perfil geracional dos/as manifestantes, verificou-se a predominância dos jovens sobre as demais faixas etárias, sendo que os jovens de 14 a 25 anos e os jovens adultos de 26 a 39 anos representavam 80% de quem estava nas ruas. E, na medida em que se avançava nas idades, era mínima a adesão de adultos com mais de 50 ou 60 anos. Com isso, o autor atesta que a base do movimento era de maioria jovens, complementada por jovens adultos, sendo diminuta a participação de adultos de meia-idade para cima.

Ao analisar os demais aspectos da composição social das/os manifestantes, Singer (2013) apresenta as características mais correntes nas análises e acrescenta uma terceira hipótese. A primeira identifica a predominância da classe média tradicional³; a segunda, a presença massiva do novo proletariado, ou precariado; e a terceira, (sua) hipótese é assim descrita:

Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação [...] (SINGER, 2013, p. 27).

Assim, se a presença da classe média era algo comum nas análises, até porque, para muitos, a tal “nova classe média” era o sujeito em questão, não o era quando se tratava do novo proletariado. Dessa feita, a hipótese de Singer (2013) é que esse segmento da classe estava presente

³“Uso a expressão ‘classe média tradicional’ no sentido que aparece em Souza e Lamounier, op. cit., (p. 25): a classe média tradicional é a que ‘realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade. A educação universitária aparece como fator essencial ou muito importante para definir quem é e quem não é de classe média para 87% dos 2002 pesquisados pelo Ibope, para Souza e Lamounier, no final de 2008.” (SINGER, 2013, p. 29, nota de rodapé 19).

e que as duas se entrecruzavam nas ruas, em Junho de 2013.

No entanto, para o autor, a comprovação da terceira hipótese complicava-se quando o quesito escolaridade era apresentado. A alta titulação dos manifestantes resultou na tendência de se considerar que eram os elementos da classe média tradicional que estavam nas ruas. Afinal, nas oito capitais pesquisadas, 43% dos manifestantes tinham o diploma universitário e 92% tinham ao menos o curso médio completo.

Havia, portanto, uma confluência entre a faixa geracional predominante (jovens e jovens adultos) e o contingente de diplomados. Com isso, reforçava-se a tese de que as manifestações eram hegemonizadas pela classe média. Em apoio a esse argumento, os números do Ministério da Educação demonstravam que, em 2011, apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, levando a supor que, de fato, as manifestações eram de tal seguimento de classe (SINGER, 2013, 2015).

Todavia, quando analisado o critério de renda, o cenário mostrava-se diferente. Nesse caso, reforçou-se a tese da presença massiva do novo proletariado nas manifestações:

Para começar, a ala de [baixa renda] não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal de até dois salários-mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários-mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes* (SINGER, 2013, p. 30, grifos do autor).

Ou seja, metade das/os manifestantes estavam na metade inferior da faixa de renda, ou 50% com baixa renda⁴.

Para adensar sua tese, Singer (2013) atribui ainda uma renda *per capita* em torno de 1,5 e 3,5 salários-mínimos aos participantes (valores que entende compatível com a renda mensal de até cinco salários-mínimos para uma família de quatro pessoas). A partir da classificação por renda e ocupação identificada pelo economista Waldir Quadros, que seriam: balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure – ocupações que estariam dentro da categoria “médio-inferior”, ou na metade de baixo da estratificação por ocupações e que não se caracterizam como pertencentes à classe média clássica, majoritariamente formada por profissionais liberais.

O autor argumenta que, mesmo que a classificação por renda familiar não permita ser precisa na renda *per capita*, os institutos de pesquisa, ao demonstrar a baixa renda dos manifestantes, “[...] estão nos indicando que boa parte deles podia ter uma das profissões descritas

⁴ “[...] 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários-mínimos.” (SINGER, 2013, p. 31).

por Quadros (2010).” (SINGER, 2013, p. 31). Logo, pertencendo ao novo proletariado.

Portanto, se a escolaridade apontava para o topo da escala social (que remetia à classe média tradicional), a renda e a ocupação (deduzida) apontavam para a incidência expressiva da metade inferior da “pirâmide” social nas manifestações. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes eram jovens e ingressantes no emprego, a hipótese torna-se mais plausível. Com isso, a constatação de que o novo proletariado, ou o precariado, estava presente nas ruas, em junho de 2013, era mais que factível.

Assim, a partir da terceira hipótese de Singer (2013), a melhor imagem para a composição social das manifestações será a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos, porém com uma metade pertencente à classe média e a outra formada por parcela inferior da estrutura social brasileira, ou o precariado. Isso fez com que, na segunda etapa das manifestações, ocorresse um cruzamento das classes. E, ainda que em alguma das fases dos protestos a hegemonia numérica possa ter sido de um determinado grupo social, como a tal classe média inconformada, as bandeiras e as proposituras presentes não deixam dúvidas de que falamos de algo próprio e próximo do precariado (baixa das tarifas dos transportes públicos, saúde e educação padrão FIFA, dentre outras).

E como contraponto crítico às elaborações de Singer (2013; 2015), Ruy Braga (2017) apresenta os seguintes argumentos: i. embora previamente anunciada, a pesquisa serviu para explicar, fundamentalmente, a segunda fase dos protestos, deixando em aberto as demais; ii. ao privilegiar as manifestações no centro de grandes centros urbanos, um amplo leque de mobilizações das bordas e/ou periferias ficaram relegadas a segundo plano. Essa presença é possível detectar tanto em momentos anteriores (os comitês populares dos atingidos pelos megaeventos são um exemplo) quanto no momento das manifestações em Junho, bastava olhar as mobilizações nas periferias (ações de rua, trancamentos de vias e terminais, ocupações urbanas etc.). Posteriormente, essa presença ainda era detectável: nas ocupações urbanas, nos “rolezinhos”, nas ocupações das escolas, dentre outros.

Outra análise breve acerca do perfil de quem estava nas ruas em junho de 2013 é a da cientista política Maria da Glória Gohn (2015). Para tanto, assim como Singer (2013), Gohn (2015) utilizou fundamentalmente pesquisas da época realizadas por agências, tais como o Ibope e jornais da mídia paulistana. A principal diferença é que a autora não condensou as várias pesquisas em apenas uma para obter seu resultado em conjunto – com a ressalva da própria autora de que, nas manifestações de massa, é difícil caracterizar seus participantes.

De forma geral, para Gohn (2015), os manifestantes enquadravam-se melhor como *jovens de classe média*.

Ao analisar o grau de escolaridade dos manifestantes, tendo como fonte a pesquisa do Ibope, de 20 de junho de 2013, na capital paulista, Gohn (2015) afirmará que “[...] a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas médias para cima.” (2015, p. 40), sendo 43% com curso superior, 49% com ensino básico completo e 8% com o básico incompleto.

Para reforçar sua tese, Gohn (2015) analisou a renda familiar dos participantes. E, ao constatar que 49% tinham renda de 5 salários-mínimos (SM) ou mais, e que apenas 15% tinham renda até 2SM, a autora afirma que os mais pobres, a periferia, não estavam nas manifestações, ou “[...] Não estavam ausentes, mas o caráter de movimento de massa não foi dado por eles.” (GOHN, 2015, p. 40). E conclui dizendo que:

É fato demonstrado por pesquisas de opinião que a maioria participante das manifestações era formada por jovens de camadas médias ou os ‘novos incluídos’ via mundo do consumo dada a melhoria da renda nos últimos anos. A população pobre, das periferias mais longínquas, pouco participou dos protestos (GOHN, 2015, p. 86).

Para a autora, o recorte geracional (jovens), o de escolaridade (alta) e de renda (mediana/alta) definirão os manifestantes de Junho de 2013, fazendo supor que tais manifestações eram hegemonizadas pela classe média.

Não é preciso muito para perceber as lacunas e fragilidades no perfil delineado por Gohn (2015). A pequena amostra e a parcialidade na escolha para definição dos participantes impedem uma visão mais abrangente.

Destaca-se ainda que a escolha de um único momento da pesquisa (ou segundo momento), a centralidade num único local (capital paulista) e o pouco material para análise (uma única pesquisa Ibope) não tornam possível afirmar que os manifestantes que hegemonizaram os protestos eram *jovens de classe média* – já vimos que o perfil de quem estava nas ruas extrapola o da classe média, abarcando o precariado. Além do que a escolha da pesquisa somente na capital e o pouco material de análise não dão conta de expressar a magnitude das manifestações de junho.

A caracterização via escolarização, empreendida por Gohn (2015), também apresenta problemas. É de conhecimento público que uma quantidade cada vez maior de pessoas oriundas das camadas populares acessava o ensino superior via rede pública, mas, sobretudo, via instituições privadas. Não era difícil encontrar jovens da periferia (mormente nos grandes centros urbanos) que estivessem cursando ou concluído o curso superior. O acesso a tal nível de educação (infelizmente, na maioria das vezes, de baixa qualidade e de formação aligeirada) não era privilégio das elites e da classe média tradicional. Logo, atribuir o local de classe apenas pela escolaridade não se mostrava viável.

Quanto à renda, se aceito o critério de estratificação social como classes alta, média, baixa, e, perfilado com esses, aceita-se que a renda de 5SM conforma as classes médias brasileiras, tal afirmação poderia fazer sentido. Porém, se pelos dados apurados pela autora a classe média somava 49% dos que estavam na faixa de renda de 5SM para cima, a pergunta que fica é: e a maioria, ou os demais 51%, quem eram?

Em suma, se a autora acerta no corte geracional, não pode se dizer o mesmo de sua composição como sendo majoritariamente de classe média. Voltamos a repetir, ao confinar a pesquisa num único momento e local, ao caracterizar pela escolaridade e se amparar na renda, faltam dados e ficam de fora importantes elementos para a análise.

Por fim, e concordando com Braga (2017):

[...] os analistas que permaneceram excessivamente centrados nos acontecimentos paulistanos não souberam perceber a radicalidade plebeia implícita na onda nacional de mobilizações. Para alguns, por exemplo, ‘os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho’ [Gohn, 2014:40] (BRAGA, 2017, p. 234).

A partir desses elementos, podemos afirmar que a caracterização elaborada por Gohn (2015) melhor se enquadra como uma apresentação preliminar e com recortes acerca das/os manifestantes de junho de 2013, mas não como uma visão de conjunto.

E, no que tange às elaborações de Ruy Braga (2017), numa análise de maior fôlego, a condição de precariedade que antecede junho está na principal causa das revoltas sociais, sobretudo, no período lulista. Partindo disso, o autor oferecerá as chaves para a compreensão de quem eram os manifestantes, bem como o que foram as Rebeliões de Junho de 2013.

[...] o quadro era complexo, pois, apesar das péssimas condições laborais, do aumento no número de acidentes de trabalho, da elevação da taxa de terceirização das empresas e da nítida retomada da atividade grevista a partir de, ao menos 2008, o mercado de trabalho continuava aquecido e, malgrado o inédito patamar do endividamento popular, as famílias trabalhadoras permaneciam consumindo bens duráveis (BRAGA, 2017, p. 163).

Assim, nesse quadro de agravamento social e de avanço do trabalho precário em meio à expansão do trabalho formal, um ciclo de ações de lutas e greves fizeram-se presentes. Afirmamos mesmo que tal estado de coisas colocou em cena o precariado como sujeito político, as revoltas operárias em Girau, Belo Monte e Suape, dentre outras, atestam isso.

O modelo de desenvolvimento financeirizado adotado pelos governos petistas (e antecessor) alimentou, em larga medida, o avanço do precariado e o estado de inquietação social. Contudo, as ações do precariado pareciam invisibilizadas – as ações coletivas mediadas pelas igrejas

neopentecostais mais ainda (BRAGA, 2017).

Não sem motivos, pois a precariedade, até meados da década de 1990, estava associada, principalmente, à informalidade, realidade diferente no período lulista – mesmo que os empregos formais, na década de 1990, estivessem na faixa entre 3 e 5 salários-mínimos e, durante o período petista, na faixa de até 1,5 salário-mínimo⁵ – a formalização do trabalho e os reais aumentos do salário-mínimo, dentre outros, causavam a impressão de que a pobreza e a miséria endêmicas no país haviam desaparecido, ou, ao menos, eram amenizadas. No entanto:

O novo emprego formal do país transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade. Substituindo o trabalho regular, o emprego precário sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços via pessoa jurídica (PJ) e terceirizações tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado. Daí o reconhecimento dos pesquisadores do Cenedic a respeito da centralidade assumida pelos hibridismos (formal-informal, lícito-ilícito etc.) inerentes ao modo de vida do precariado urbano [...] (BRAGA, 2017, p. 167).

Dessa feita, o emprego formal e precário, que se apresentou sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços, terceirizações etc., reproduziu uma condição de insegurança social muito parecida com a informalidade. Para Braga (2017), a melhor forma de sintetizar o período lulista será a esdrúxula combinação entre formalização e precarização do trabalho – tendo a terceirização⁶ como sua marca indelével.

A inquietação social do período lulista adveio da precarização denunciada e da má qualidade dos serviços públicos prestados. Nada mais próximo do precariado subempregado, sub-remunerado e espalhado pelas periferias do país (BRAGA, 2017).

Nesse quadro de tensão, são identificados alguns fatores às mobilizações crescentes, tais como: a questão urbana com os conjuntos habitacionais longínquos; as dificuldades de mobilidade; o aumento da violência; a tensão ocasionada por empreiteiras em busca de novas áreas para construção da moradia em regiões com bolsões de pobreza, geralmente bem localizados e valorizados; os aluguéis caros que comprometiam os salários; dentre outros. Resulta daí a manifestação súbita a que se assistiu.

E quando o assunto é o próprio Junho de 2013, para Braga (2017), os sujeitos que foram parados nas ruas, em seu primeiro momento, têm como principal fomentador (via MPL) os estudantes e

⁵ “Em 2014, já no ritmo da desaceleração econômica, 97,5% do emprego ofertado no mercado formal pagava até 1,5 salário-mínimo.” (BRAGA, 2017, p. 178).

⁶ “Em larga medida, a combinação entre formalização e precarização do trabalho, característica da era Lula, transformou o trabalhador terceirizado na síntese dessa verdadeira nova precariedade que se enraizou no regime de acumulação pós-fordista. Ademais, a terceirização empresarial antecede formas ainda mais degradantes de assalariamento, como o trabalho intermitente e o contratado por falsas cooperativas.” (BRAGA, 2017, p. 169).

os trabalhadores que utilizam o transporte público para, em seguida, esses grupos se ampliarem até chegar às periferias – sobretudo pós-repressão policial do dia 13 de junho, em São Paulo, dialogando com o público anteriormente descrito.

O protagonismo, até mesmo numérico nesse caso, será do jovem precariado urbano, que aderiu às manifestações, esse que, segundo o autor, excluído o lumpemproletariado e a população pauperizada, compõe a “superpopulação relativa” em termos marxianos

Em primeiro lugar ela permite-nos localizar o precariado no coração do modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção nos possibilita tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (BRAGA, 2012, p. 18).

Dentre as principais características desse precariado, têm-se: escolaridade mais alta que seus rendimentos; inserção no mercado de trabalho em condições precárias; muitos sendo moradores das periferias e a grande maioria com experiências políticas limitadas – fazendo, naquele momento, sua estreia na vida movimentalista do país⁷ (BRAGA, 2017).

Se a repressão policial está no despertar solidário desse jovem precariado urbano, as condições de vida e trabalho, que remontam ao período lulista, estarão na raiz de suas mobilizações, pois, que pese o aumento da formalização do emprego, havia também uma elevação no número de acidentes de trabalho, alta rotatividade no emprego, elevadas taxas de terceirização e aprofundamento na flexibilização da jornada de trabalho, o que deixava a vida do trabalhador mais difícil e extenuante.

Tal situação alimentou, de forma mais ou menos permanente, o quadro de inquietação social, sobretudo entre os jovens trabalhadores não qualificados, não sindicalizados, semiquualificados e sub-remunerados, uma vez que 65% do total das vagas de empregos formais criadas nos últimos 10 anos foram ocupadas por jovens entre 18 e 28 anos: “[...] daí por que essa inquietação social se concentrou especialmente nesse grupo, levando-o a cumprir um papel-chave na eclosão das Jornadas de Junho.” (BRAGA, 2017, p. 226). Ou seja, é do jovem precariado urbano que falamos majoritariamente, quando caracterizamos os manifestantes das Rebeliões de Junho de 2013.

Braga (2017) afirmará que as manifestações só podem ser interpretadas como de classe média, se forem ignoradas as diversas irrupções nas periferias das grandes cidades.

⁷ “[...] setores médios tradicionais também se fizeram presentes, em especial, a partir do dia 20 de junho, mas sem uma clara maioria nas ruas.” (BRAGA, 2017, p. 179).



Simultaneamente, mas fora das câmeras, manifestações autônomas eclodiam em vários pontos da cidade. Nas linhas Esmeralda e Rubi da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), após panes, passageiros ocupam os trilhos, quebram os trens e sabotam as vias. Em Cotia, cerca de 5 mil pessoas trancam os dois sentidos da Rodovia Raposo Tavares. Protestos bloqueiam a Ponto do Socorro e a Estrada do M'Boi Mirim. No Grajaú, junto a uma onda de saques, fala-se em mais de oitenta ônibus danificados. Na zona leste, o impacto foi tamanho que, no dia seguinte, o Consórcio Leste 4 colocou menos da metade da frota em operação. Em Guarulhos, manifestantes bloqueiam por horas a via de acesso ao Aeroporto Internacional, enquanto em Parelheiros a população invadiu e paralisou o Rodoanel (CORDEIRO; MARTINS, 2014, s/p apud BRAGA, 2017, p. 226).

Num paralelo, situações semelhantes foram noticiadas na capital goiana. Num dos terminais de ônibus urbano de Goiânia, usuários espremidos e mal acondicionados, após o anúncio de mais um atraso, trancaram o terminal, depredaram ônibus e se manifestaram pelas vias no entorno. Em outro ponto da região metropolitana, a mudança de um ponto de ônibus, da passarela de pedestre e a diminuição do número de coletivos levaram os usuários a trancar a rodovia, a depredar e a incendiar ao menos dois ônibus. A mesma imprensa que cobria os fatos, noticiava que, nesse segundo caso, o ponto de ônibus voltou ao lugar de outrora, a passarela foi reaberta e mais ônibus foram colocados naquela linha.

Para adensar esse quadro e avançar na análise, Braga (2017) afirmará que, se o precariado urbano e periférico estiveram presentes nas ruas, em junho de 2013, seus setores sindicalmente organizados, embora tardio, também o fizeram, uma vez que as manifestações de junho de 2013 aumentam o ciclo grevista do período, indo dos mais precários àqueles sindicalmente organizados.

Como argumentado até aqui, as rebeliões de junho revelaram a presença e o protagonismo do jovem precariado urbano, aproximando-o da tradição de mobilizações das classes subalternas do país. E tal situação tenderia também a aproximar o jovem precariado dos setores mais organizados da classe trabalhadora brasileira, sobretudo dos sindicatos: “[...] a entrada na cena política de milhares de trabalhadores grevistas, no dia 11 de julho de 2013, apontou nessa direção.” (BRAGA, 2017, p. 227).

Com isso, entendemos que, para Braga (2017), o novo trabalhador precário tem estado presente na vida social do país, desde meados da década de 1990 e durante todo o período lulista (nesse incorporado de forma permanente ao quadro de empregos formais e informais). Esse mesmo precariado esteve nas lutas pré-junho, em junho e pós-junho de 2013, exercendo um papel de protagonista, todavia, sem esse protagonismo ter merecido grande destaque e atenção, seja da academia, dos meios políticos e das entidades sindicais – a despeito da aproximação dessas, via bandeiras e lutas.

Assim, para Braga (2017), reduzir as Rebeliões de Junho a uma manifestação de classe

média e à “revolta coxinha” era, naquele momento, “[...] uma maneira certa de trancar a luta de classes no Brasil no agastado cárcere da briga entre o PT e o PSDB.” (BRAGA, 2017, p. 235). Afinal, se não exclusivo, era a classe trabalhadora quem estava presente nas ruas, com o protagonismo de seus setores precários.

Por fim, ainda quando se fala das causas de junho, para muitos, o elemento *organização e organizações* não constam das análises – ledor engano – entidades e organizações estavam presentes, pré, durante e pós junho. E, certamente, daquelas que organizaram as ações em Junho, o Movimento Passe Livre (MPL⁸) é a principal referência, não sem motivos, afinal, o movimento, há algum tempo, propunha lutar, e vinha promovendo ações de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus e pela gratuidade dos transportes (MPL, 2013), logo, não seria diferente em 2013, porém não era a única entidade promotora dos atos.

Merece destaque também a junção de vários movimentos sociais e populares, sindicatos e partidos de esquerda organizados nas Frentes de Luta Contra o Aumento da Passagem que se espalharam pelas principais cidades do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Goiânia, dentre outros. Esses movimentos impulsionaram as lutas durante um bom tempo naquelas localidades. O protagonismo e destaque dado ao MPL o colocava como a entidade mais proeminente, mas definitivamente não eram os únicos. Na sequência, partidos de direita, o tal Instituto Liberal, que sustentou política e financeiramente os seus grupos, agrupamentos protofascistas de extrema direita e até a mídia tradicional, entraram com tudo na disputa pelas manifestações.

Assim, as manifestações que se convencionou classificar como espontâneas não eram tão espontâneas assim. Ao que se constata, as organizações estavam nas ruas em todos os momentos. Todas elas disputavam a consciência das massas e sua direção – muitos dos que foram protestar faziam sua estreia numa manifestação e não eram organizados. Em suma, os protestos foram compostos por entidades organizadoras, seja das esquerdas, seja na carona dos movimentos de direita.

Considerações finais

Daquilo que se depreende como apontamentos, tem-se, em linhas gerais, que a classe trabalhadora esteve presente, sobretudo na sua versão precária, nas mobilizações de Junho de 2013,

⁸O ato fundante do MPL se deu numa reunião de movimentos correlatos e de lutadores da mesma causa no Acampamento da Juventude, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005. Nas palavras de seus organizadores, ali surgiu: “[...] um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior.” (MPL, 2013, p. 15).

no entanto, fatores como idade e escolaridade fizeram supor que se tratava de porção da classe, que não a trabalhadora, quem estava nas ruas e hegemonizava o processo.

Das dificuldades à temática, assinala-se que a ênfase dos estudos nos grandes centros urbanos, mais precisamente nas regiões centrais, tem dificultado o espriar das análises e consequente desdobramentos do que seja, ou ocorreu de fato, em Junho de 2013.

Podemos afirmar também que Junho tinha organizações promotoras dos protestos, mas que não eram capitaneadas pelos sujeitos políticos tidos como clássicos (partidos políticos e sindicatos), nem movimentos sociais de maior envergadura, a exemplo do MST e movimentos urbanos de moradia. Mas outros movimentos estavam por lá, e isso só foi aumentando com o decorrer do processo. Todavia não é certo afirmar que os participantes eram vinculados a tais organizações, ou respondiam à sua política, o que fez com que tais ondas movimentalistas tivessem um perfil espontaneísta e mesmo de rebelião.

Do que foge ao tema central do debate proposto, é categorial e notório afirmar que as Rebeliões de Junho de 2013 permitiram o avanço das lutas de classe no Brasil, sendo que a classe dominante tomou a dianteira e dominou grande parte dos processos políticos seguintes.

Por fim, entendemos que outros e mais elementos devem ser buscados, ensinamentos carecem ser medidos, interpretados e ressignificados; muitas confusões, pré-conceitos, análises rasteiras e aligeiradas carecem ser desfeitas e melhor explicadas – sobretudo a partir da perspectiva das organizações da classe trabalhadora – quando a temática é Junho de 2013, evitando, assim, uma série de erros e imprecisões ao analisar os processos sociais, políticos e movimentalistas da atualidade, inclusas as Rebeliões aqui destacadas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Fim da letargia. [S/I], Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/fim-da-letargia/>> Acesso em: 18/10/2014.

_____. O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, pp. 2212-2226, jul. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302212&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/29906>.

_____. O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 1 dez. 2020.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. São Paulo: Veneta, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos Indignados no mundo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, Andréia. Maioria dos alunos de EAD é mulher, tem 30 anos e trabalha. São Paulo, 10 jan. 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/10/mulheres-com-ate-30-anos-e-que-trabalham-sao-maioria-dos-estudantes-de-ead.htm?cmpid>. Acesso em: 01 out. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 13-18.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos Cebrap, 97, Nov., 2013. pp. 23-40.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. Psicologia USP, vol. 26, n. 1, jan.-abr., 2015, pp. 7-14. Instituto de Psicologia. São Paulo.

Luís Augusto Vieira

Professor da UAECSA, campus Goiás-UFG.
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUC-SP.
E-mail: profaugusto78@gmail.com

Um estudo sobre felicidade e trabalho docente No município de Agudo/RS

A study on happiness and teaching work in the municipality of Agudo/RS

♦ Dejalma Cremonese e Daiane Maira Soccal

RESUMO

Propõe-se, neste artigo, trazer reflexões sobre a concepção de felicidade no trabalho docente no município de Agudo/RS, com a intenção de compreender as representações de felicidade no trabalho de docentes da rede de ensino do município. Objetiva-se analisar e refletir em que medida as condições de trabalho docente impactam nos níveis de felicidade a partir de categorias com o modelo salarial, papel político e social do trabalhador docente, condições de trabalho desiguais, emoções, a concepção de felicidade de cada docente em seu modo de viver. Este artigo justifica-se pela necessidade de promover um estudo mais aprofundado sobre o tema felicidade no âmbito do trabalho docente na área das ciências sociais, pois considera-se que a temática se caracteriza como relevante e atual, podendo reunir informações que contribuam com a compreensão das representações da felicidade e práticas contemporâneas e com futuras pesquisas sobre o tema. O público-alvo foi docentes, do turno da noite, da Escola Estadual de Educação Básica Professor Willy Roos, localizada no município de Agudo/RS. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa e utilizará ferramentas metodológicas como análise bibliográfica, pesquisa documental e questionário. Conclui-se que os pesquisados internalizam suas emoções e perspectivas no ambiente de trabalho, como um modo de realização pessoal e missão de vida. De um modo geral, são profissionais que precisam ser incentivados e mobilizados com frequência, e necessitam, antes de tudo, sentirem-se parte do processo, como um ser promissor em seu potencial, e, assim, sentirem-se felizes e protagonistas de sua trajetória de vida e profissional.

Palavras-chave

Felicidade.Trabalho Docente.Bem-estar.

ABSTRACT

This article proposes to bring reflections on the concept of happiness in teaching work in the municipality of Agudo/RS is proposed, with the intention of understanding the representations of happiness in the work of teachers in the municipal education network. The objective is to analyze and reflect to what extent the working conditions of teachers impact on their levels of happiness, stemming from categories such as salary model, political and social role of the teaching work force, unequal working conditions, emotions, the conception of happiness of each teacher in their way of living. This article is justified by the need to promote a more in-depth study on the theme of happiness within the scope of teaching work, as it is considered that

the theme is characterized as relevant and current, being able to gather information that contributes to the understanding of there presentations of happiness and contemporary practices and also with future research on the topic. The target audience was twenty-one teachers, from the night shift, from the State School of Basic Education Professor Willy Roos, located in the city of Agudo/RS. This is are search with a qualitative and quantitative approach and will utilize methodological tools such as bibliographic analysis, documentary research, questionnaires. Itis concluded that theres pondents internalize their emotions and perspectives in the work environment, as a way of personal fulfillment and life mission. In general, they are professionals who need to be encouraged and mobilized frequently, and they need, above all, to feel part of the process, as a promising potential, and thus feel happy and the protagonist of his life and professional trajectory.

Keywords

Happiness.TeachingWork. Welfare.

Introdução

Na posição de docente, pensa-se a partir da prática diária como professores e trabalhadores da instituição escolar, na interação e convivência com o meio docente, a necessidade de promover uma reflexão mais aprofundada sobre o tema felicidade. Pensar sobre felicidade não é um exercício recente, faz parte do conhecimento humano, indo muito além do que se pode imaginar. Para tais questionamentos se faz necessário pensar a temática da felicidade como um tema de interesse social e científico.

Nesse sentido, o que me motivou a estudar esse tema felicidade foi justamente perceber e acompanhar a rotina diária no trabalho da escola, e, a partir disso, como curiosidade, tentar perceber esse espaço num viés mais humanizado, da essência do ser professor, do bem-estar, da felicidade, e assim perceber melhor a realidade desse ambiente, na condição de docente e na interação e convivência com o meio docente. O tema felicidade sempre me instigou curiosidade e, desse modo, surgiu a oportunidade de estudar melhor sobre o assunto.

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela necessidade de promover uma análise mais aprofundada sobre o tema no âmbito do trabalho docente com o objetivo de compreender como representações sobre felicidade impactam no trabalho docente, na felicidade, ou na busca pelo entendimento de sua natureza. É um assunto que vem ocupando a mente de inúmeros pensadores ao longo da história humana no campo da Filosofia, Sociologia e tem encontrado, nas últimas décadas, um espaço singular nas pesquisas acadêmicas com maior afinidade nas Ciências Sociais, que, por sua vez, contribuem para um modo de pensar a experiência humana com o cotidiano.

É importante destacar que a temática da felicidade, na contemporaneidade, é muito falada, mas é pouco estudada cientificamente e não existe como um conceito já pronto e acabado, apenas o que a sociedade sinaliza e entende por felicidade. O conceito de felicidade, nos dias de hoje, parece ser um conceito imposto por uma sociedade que está sempre em busca de algo, para suprir desejos,

angústias e que necessita estar feliz em todo momento e a qualquer horário dia.

Dessa forma, é importante tentar compreender representações de felicidade no trabalho de docentes, ou seja, como os docentes significam a felicidade no seu trabalho, que é fundamental para a sua subjetividade no papel social e lugar político, visto que, para estudar a felicidade, tanto na perspectiva individual quanto na perspectiva social, deve ser incluído o estudo da vida no trabalho. Aqui, refere-se ao trabalho como a atividade laboral, remunerada, exercida pelos docentes. Já o termo felicidade é tratado como sinônimo de bem-estar subjetivo, porém será entendido como descrito na concepção teórica dos referidos autores.

Para a problemática se faz a seguinte pergunta: Em que medida as condições do trabalho docente impactam nos níveis de felicidade? Ou melhor, como os docentes significam a felicidade na sua rotina de trabalho e na sua vida? É importante perguntar também em que medida as representações de felicidade perpassam pelo trabalho docente. Os docentes, mesmo em condições contrárias, como sexo, idade, formação, condição salarial e de trabalho, têm uma expectativa de felicidade que pode ser refletida nas práticas e representações?

Os sujeitos que fizeram parte do universo desta pesquisa são docentes da Escola Estadual de Educação Básica Professor Willy Roos, do município de Agudo – RS. O recorte foi realizado com vinte e um docentes ativos da referida instituição, sendo que quinze são mulheres e seis, homens, com formações nas áreas das humanas, natureza, matemática e linguagens. Para o questionário, foram consideradas condições diversas como sexo, idade, formação, realização pessoal, bem-estar, condição salarial e de trabalho. Este estudo perpassa por reflexões a partir da passagem da sociedade moderna para contemporânea, focando principalmente no modo como ela se constrói nos aspectos sociológicos do tema da felicidade no âmbito institucional, representadas no trabalho docente.

Este artigo busca compilar conceitos e teorias dos campos de estudos da Felicidade e será dividido em capítulos, nos quais refletiremos primeiramente sobre a felicidade a partir de alguns elementos estruturais da vida em sociedade, o modo de vida excessivo na sociedade contemporânea e dentro da esfera do trabalho docente. Na sequência, uma análise da felicidade a ser estudada enquanto ciência, as emoções, as relações políticas e o bem-estar. Ainda será analisado, após o questionário, em outro capítulo, o resultado da análise com os docentes.

Felicidade

O tema da felicidade é oriundo da filosofia, principalmente da ética aristotélica. Reformular e retratar esse tema sociologicamente requer romper com a ética. Acreditamos que o sociólogo tem interesse em buscar representações de felicidade e verificar se essas representações são relevantes para os grupos humanos. Esse tipo de abordagem satisfaz alguns pressupostos metodológicos, há uma vinculação empírica, uma abordagem desligada da filosofia, não desejo saber se os investigados são felizes ou se há uma interpretação verdadeira da felicidade. Certamente é preciso assumir alguns pressupostos, práticas que levam a compreender o conceito de felicidade.

O termo felicidade, de acordo com Marcondes (2006), refere-se à qualidade ou ao estado de ser feliz, caracterizando-se como um estado de satisfação plena e global de todas as tendências humanas. A felicidade pensada por autores do período pós-moderno é percebida como escolhas da existência, ou seja, não mais como algo a ser atingido, mas como algo relativo, de modo interrupto, surgindo na medida em que a afirmamos. O período chamado pós-moderno define-se, por sua vez, como um período em mudança, caracterizado por uma sociedade líquida, fluida, marcada por muitas diferenças, uma sociedade mais tolerante, com uma ampla variedade de estilos de vida diferentes entre si, que perpassam os tempos até os dias atuais.

De acordo com Bauman (2007), pressupõe-se que felicidade pode ser vista ainda como uma “violência legítima”, algo opressor da sociedade pós-moderna, aquela felicidade que nos obriga a ser feliz o tempo todo e que, em certos momentos, estamos inseguros, acreditamos estar no lugar errado, que nunca seremos felizes, queremos viver outros tempos, que nos remete a voltar a nossa pergunta sobre o que é felicidade. De fato, adia-se de acordo com as circunstâncias da vida, ou, melhor dizendo, na contemporaneidade parece estar tudo esquecido, opera-se numa perspectiva de consumismo desenfreado.

Assim, conforme Bauman (2008), a sociedade atual é composta por apenas negócios, o ser humano está sempre em busca de mais, tudo é relativo, buscam-se sempre bens materiais, nunca estamos satisfeitos. O desejo pelo mais seria o absoluto, pelas realizações, isso é a prova da dimensão transcendente, algo mais que não se sabe o que é de fato. Nessa lógica, nas condições da pós-modernidade, podendo discutir as transformações do mundo moderno nos últimos tempos, Bauman (2001) traz um conceito mais ideológico, no qual caracteriza essas mudanças usando o termo “líquido”, pelo qual se demonstra a fragilidade desse tempo que tudo flui, que nada é tão duradouro e que reforça esse estado temporário das relações sociais, do bem-estar e da felicidade.

Nesse sentido, Lipovetsky nos coloca outros fatores de que a sociedade pós-moderna, marcada pelo desinvestimento público, pela perda de sentido das grandes instituições morais,

sociais e políticas e por uma cultura aberta, que caracteriza a regulação das relações humanas em que predominam tolerância, hedonismo, personalização dos processos de socialização e consumo em excesso, precisam ser pensados. Para o autor, a felicidade na sociedade hipermoderna se caracteriza pelo imediatismo, pela procura sem fim do sentido da vida e realização individual, pela sensação de prazer, um tempo em que o excesso e o vazio se confrontam e, por consequência, podem ser refletidas no exercício da docência. Fazendo uma análise mais criteriosa, o termo felicidade, na contemporaneidade, de acordo com os autores aqui citados, está ligado à imagem de uma sociedade capitalista, liberal, que, por sua vez, impulsiona-nos a compreender que a felicidade provém somente a partir de um bem material, do consumo exagerado, do excesso da busca de modo desenfreado de uma satisfação para os desejos. Essa trajetória do moderno, pós-moderno até o período da contemporaneidade é um ambiente de muitos contrastes em que mudanças e acontecimentos desastrosos dão a ideia de uma deserção social em grande escala ocorrida na trajetória humana. Nos dias de hoje, vivemos num mundo sobre o poder das imagens, através das quais as empresas, os governos, os políticos, os indivíduos, os grupos agem com a consciência de que a imagem se transformou num mercadoriatão ou mais valorizado do que o seu equivalente real.

Bauman e Lipovetsky fazem uma relação sobre a temática da felicidade com as transformações ao longo do tempo, com especial destaque para a sociedade de consumo, na qual a felicidade é sentida nas coisas materiais como um consenso entre a paz interior e o bem-estar exterior, a satisfação, ou seja, aquela felicidade momentânea contida nas emoções. Bauman, através de seus estudos, auxilia a pensar e expor a face desumana numa sociedade estratificada, na qual as relações escorrem pelos dedos em uma necessidade de reinventar e redefinir os valores da atualidade, nada é permanente e duradouro. Numa intensa busca do seu bem-estar e uma supervalorização do eu, o indivíduo torna-se frágil e vulnerável à medida que se fecha para o outro e imerge dentro de si. Esse individualismo, estimulado pelo consumismo, foi esvaziando o sujeito a tal ponto que sua força para lutar pelos ideais comunitários foi se enfraquecendo. O autor, em *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), faz um paralelo com Freud e fundamenta que a modernidade se constituiu primeiramente sobre um excesso e depois sobre uma escassez de liberdade, trocando a possibilidade de segurança pela felicidade, caindo na armadilha da insegurança e causando um mal-estar. Desse modo, descrever o que seria felicidade, na visão dos autores já citados até o momento, é pensar a felicidade num modo mais complexo ou como em pequenas sensações vividas durante nosso dia a dia e que perpassam por diversos tempos e espaços em nossa sociedade, um desafio no campo das ciências sociais.

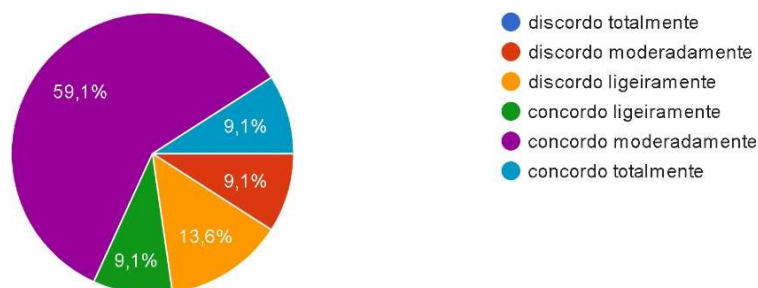
Atualmente, a felicidade é considerada um valor extremamente importante, amparada por lei, através de uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, que inclui o direito à busca

da felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, colocado junto como direito à educação, saúde, previdência social, proteção, maternidade e infância.

Greve (2013) destaca muitas questões, dentre elas concepções sobre a medição da felicidade. Greve afirma que a felicidade é o que cada indivíduo acredita e pensa da sua trajetória de vida em diferentes momentos, as expectativas para um tempo que há de vir. Considera ainda que a felicidade pode ser medida considerando a renda de um indivíduo, a saúde, a desigualdade no meio que vive, nos laços de confiança com as pessoas mais próximas, no trabalho e as relações estabelecidas no meio que se relaciona.

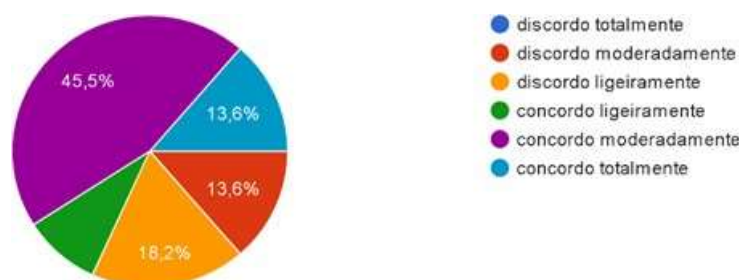
Em outra perspectiva, a felicidade é pensada na ótica da psicologia positiva. Conforme Achor (2012), na sua obra intitulada *O jeito Harvard de ser feliz* (2012), para encontrar a felicidade em espaços como escola, empresa, país, sociedade, temos que nos empenhar, ter sucesso, ter dinheiro e atingir metas. O autor nos coloca que estudos da psicologia positiva e da neurociência comprovam que a Felicidade precede sucesso e a Felicidade e otimismo promovem o desempenho e a realização.

Conforme o questionário realizado com os docentes, representado no gráfico abaixo, que representa a realização profissional, 59,1% dos que responderam são realizados em sua profissão de modo moderado, ou seja, a felicidade ocorre a partir do sucesso e da realização dentro de seu espaço de trabalho.



Fonte: Gráfico representa o resultado do questionário on-line aplicado no campo de pesquisa

A felicidade é muito mais que uma sensação boa, a felicidade leva ao sucesso em praticamente todos os âmbitos da nossa vida: trabalho e carreira, negócios, casamento, saúde, amizade, envolvimento comunitário. Emoções positivas inundam o nosso cérebro com dopamina, serotonina (substâncias químicas) que nos fazem sentir bem, num estado de espírito positivo. Isso é, Felicidade é mais do que um estado de Espírito, ela requer prática e empenho, buscar objetivos de vida que façam sentido, identificar oportunidades no mundo, cultivar uma cultura otimista e de gratidão e manter relacionamentos sociais de valor. No gráfico abaixo, fica claro que 45,5% dos entrevistados se consideram felizes em seu ambiente de trabalho.



Fonte:Gráfico representa o resultado do questionário on-line aplicado no campo de pesquisa.

Vivemos numa sociedade intensamente preocupante, marcada por mudanças repentinas, conflitos e divisões sociais, na qual os desafios, dilemas e paradigmas são dos mais variados e complexos, principalmente quando nos deparamos com o exercício diário de nossa prática docente. O ser humano é um projeto de vida, um projeto do ser e um projeto capaz de autorrealização.

O grande sociólogo Florestan Fernandes nos ensina que “a vida é uma verdadeira aula”, estamos sempre em busca de um ideal, mudamos o rumo das nossas vidas, trabalhamos, estudamos, construímos família, estudamos de novo, e que tudo isso pode se transformar de acordo com o seu tempo e todas as relações sociais, mostrando que devemos ousar e algum momento da nossa vida sair da teoria para a prática.

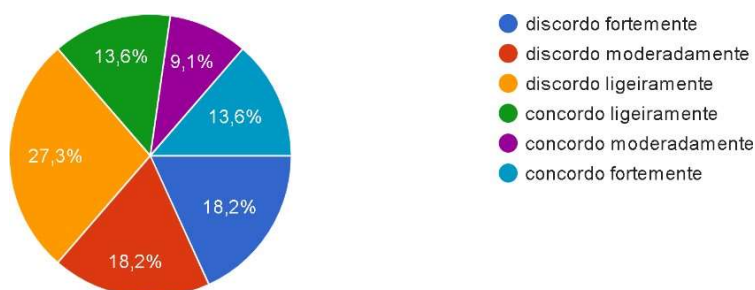
Diante dos paradoxos da felicidade vivenciados na contemporaneidade e na busca por respostas de diferentes dimensões em torno dela, evidencia-se, nesta pesquisa, assumir alguns pressupostos e práticas que nos levam a compreender o conceito de felicidade com mais complexidade, mesmo que esse conceito pareça ser, de certa forma, um conceito auto imposto por uma sociedade que está sempre em busca de algo para suprir, que necessita estar feliz em todos os momentos e a qualquer hora do dia, sendo isso o que nos move para que esta pesquisa consolide-se no meio do trabalho docente.

Pensando assim, o tema vem ao encontro das ciências sociais, para o entendimento e para a prática social, sem esquecer que não estamos pensando em uma cura para os males sociais, como alguns positivistas gostariam, mas em possibilidades de construção que dependem do esforço de outros atores em outras áreas e instituições da sociedade para uma vida boa e feliz.

Trabalho docente: identidade e instituição

Para gerar luz a este artigo, para fundamentar o campo da pesquisa que é trabalho docente, é fundamental que se defina o que é trabalho, trabalho docente e a constituição da identidade. No âmbito do trabalho docente, as insatisfações vividas pelos professores não se restringem apenas ao campo salarial e à carreira. As dificuldades decorrentes entre o que é estabelecido pelas políticas

educacionais, previstas em lei, que se desdobram nas orientações para o funcionamento da escola, no dia a dia, vivenciada no exercício da docência, é que o que muitas vezes contribui na construção da identidade desse profissional, contribuindo para um constante desconstruir de identidades. De acordo com o gráfico abaixo, é possível perceber que a maioria dos participantes entrevistados, 27,3%, não depende totalmente do retorno financeiro, apesar de alguns indícios de insatisfação em relação a realidade em que se vive no trabalho docente.



Fonte: Gráfico representa o resultado do questionário on-line aplicado no campo de pesquisa.

Conforme Pimenta (1999), “uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão e dos significados sociais a ela atribuídos pelas instituições sociais e políticas, pelos sistemas de ensino, pelas culturas geracionais, pelos pais, alunos e pelos próprios professores”. Ou seja, são saberes da docência que emergem da situação, vinculada na articulação dos saberes da docência, do pedagógico, do conhecimento e da experiência, dos fundamentos da identidade do saber ser professor.

Tardif reforça essa ideia, que o saber do docente é único e exclusivo dele e que está relacionado à sua identidade pessoal e profissional. Tanto que, em seus estudos, deixa claro que a existência dos saberes advém da formação profissional, disciplinar, curricular e experimental. Dessa forma, Tardif e Pimenta se aproximam muito da identificação desses saberes que acompanham a tarefa diária dos professores, do saber ser e saber fazer, adquiridos no contexto de sua história de vida, principalmente no exercício de sua função docente.

É válido destacar que, no exercício de sua função docente, Tardif (2003, p. 18) “esclarece que o saber dos professores é plural, composto, estratégico, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas (...) e de natureza diferente”. Ou seja, é temporal e fundamental para a realização do trabalho mais compartilhado, do ser, do saber fazer num todo integrado e humanizado.

Nesse sentido, ser professor requer a apropriação de conhecimentos para a formação de uma teoria da própria formação docente, pois não só apreende saberes, mas também os produz e vice-versa, através da ação prática educativa de seus anseios e experiências. Isso não pode ser ignorado,

precisa ser evidenciado que o professor não deixa de ser a pessoa que é quando assume a função docente, profissional, não deixa de lado seus saberes pessoais, de sua existência. A constante busca em compreender o ensino, em meio a tantas crises institucionais em que vivemos, pensar o ensino, o trabalho docente como um ofício. Isso nos leva a entender aspectos importantes, reconhecendo as diferentes dimensões como a trajetória de cada um, de trabalho em equipe, que não se limitam a essa crise, de dúvidas, anseios e incertezas, mas sim definem hoje a sua identidade e a sua profissão docente como vocação.

O trabalho efetua-se, torna-se objetivo na ação humana produtiva sobre a natureza. Essa circunstância deixa o indivíduo alienado de sua essência, perdendo as noções de controle sobre o processo produtivo e sustento da propriedade do seu trabalho objetivado, isto é, está estranhado do outro, da essência humana. Todo esse processo de alienação do ser humano de sua essência no sistema capitalista acaba gerando uma classe oprimida, desencadeando a miséria da classe trabalhadora.

Conforme Sennett (1999, p. 25), essa é uma era da “força dos laços fracos”, onde a separação e a fragmentação como condição social e existencial dos indivíduos fazem parte da nova estruturação sistêmica. Sennett analisa a que dadas relações “sólidas” como confiança, solidariedade e compromisso com o outro, entre os trabalhadores, que só se reforçam no tempo e no convívio constante. Para isso, intitula como “a corrosão do caráter”, experienciada na reorganização produtiva do capitalismo da atividade flexível.

Esse artigo traz também incursões de cunho político, quando se pensa no lugar político do trabalhador docente do educandário, pois o docente, antes de tudo, é um ser social, um cidadão que, para os parâmetros oficiais, imprime uma noção de pertencimento à coletividade, como também de participação consciente nos assuntos que são do seu interesse. Cabe, assim, aos docentes, enquanto agentes de transformação, conseguir captar o sentido da felicidade, das expressões sociais e digerir-las, convergindo em mudanças na mentalidade e conscientização, fazendo, assim, segundo sustenta Bourdieu (1977), das necessidades uma virtude.

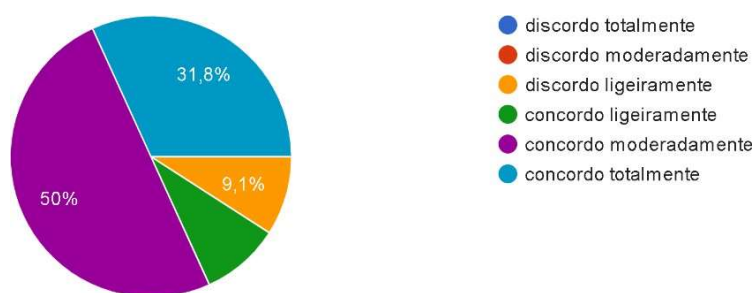
A escola pode ser vista como um espaço significativo, onde os docentes estão em constante diálogo, em constante busca pela sua identidade, do seu lugar, da sua felicidade. Desde sempre, a instituição escolar foi alvo de discussões e apontamentos que motivaram sua evolução e seu melhoramento, em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito à condução do trabalho docente.

Contudo, pensa-se que o educador deve estender o seu olhar a si mesmo, as suas ações sobre aspectos e situações que refletem sobre a sua vida, seu bem-estar, pois o estímulo de novas aptidões torna-se processo essencial na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento

das novas situações que se colocam em nosso cotidiano, como a esfera salarial, por exemplo.

A partir desses pressupostos, a instituição escolar, através de sua política, integra a nossa vida na forma como vivemos e trabalhamos, onde acontecem os processos de interação social. A escola é um espaço permeado de conflitos, que, efetivamente, distancia-se do ideal democrático e apresenta historicamente um papel reprodutor das relações sociais. Dessa forma, novas maneiras de participação política devem ser pensadas e implantadas, levando em conta as amplitudes e especificidades das lutas democráticas atuais, greves, salários atrasados, da classe, do sexo, do ambiente de trabalho. Vive-se numa sociedade intensamente preocupante, marcada por mudanças repentinas, conflitos e divisões sociais, em que os desafios, dilemas e paradigmas são dos mais variados e complexos, principalmente quando se depara com o exercício diário de nossa prática docente. O ser humano é um projeto de vida, um projeto do ser e um projeto capaz de autorrealização.

Conforme o gráfico abaixo, 50% dos participantes se identificam na profissão dos sonhos.



Fonte: Gráfico representa o resultado do questionário on-line aplicado no campo de pesquisa.

De acordo com Freire (1994, p. 110), “O educador ou a educadora crítica, exigente, coerente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade”. Entre algumas questões que contemplam a necessidade de refletir sobre a prática docente, de acordo com Freire, está a proposta de humanização do professor como norteador do processo socio educativo, pois a educação é uma forma de transformação da realidade em uma perspectiva de “ética universal”. Desse modo, os educadores devem objetivar uma postura ética, crítica, de bom senso, que contribua, assim, para uma ação transformadora de si mesmo e para o outro. Esse olhar na esfera do profissional docente é fundamental, pois visa fomentar o desenvolvimento de práticas de autorrealização mais humanizadora.

O bem-estar no trabalho, a felicidade, a satisfação encontram-se entre os debates que são pouco analisados por aqueles que se dedicam a pesquisar sobre a vida e trabalho dos professores. Assim, é possível pensar que, na perspectiva subjetiva da felicidade relacionada ao trabalho docente, ela é concretizada no modo que ele se encontra realizado em suas atribuições e condições

mais objetivas do seu trabalho diário. Porém, a atividade laboral do educador depende de um conjunto de especificidades, multiplicidades em cumprir metas, tarefas, exigências e acaba se distanciando, muitas vezes, de fatores como liberdade de expressão, ideias compartilhadas em grupo, reconhecimento profissional, direitos socioeconômicos, estabilidade, tempo de lazer, e outros tantos fatores, pois a dimensão subjetiva da felicidade é essencial ao bem-estar e realização no trabalho, sendo elas instrumentos positivos de habilidades, valores, crenças, aquilo que cada um carrega para sua vida.

Para pensar a questão da identidade dos educadores, as ideias de Sennet (2011) nos auxiliam a pensar um pouco sobre o estilo de vida dos professores, modo de vida, do que é ser professor num viés de consumo e lazer, e remete-nos a pensar para além da vida cotidiana, ao artífice e tensões no espaço de trabalho, no entender o artesão como um modelo de felicidade, como sujeito político e de bem-estar. O autor vincula essa ideia ao de um trabalhador parcial, flexibilizado, que exerce, a cada dia, uma função e não tem tempo para se especializar em algo para exercer suas habilidades, isto é, um trabalhador superficial, e que somente a partir do fazer profissional é que se tornaria uma pessoa completa aonde o mesmo se realiza, se reconhece e se torna, de certa forma, feliz.

Vale lembrar aqui que Bourdieu (2007) nos coloca sobre o ethos, do que é ser professor, sobre a realização de uma pesquisa de campo, dessa relação social que pode impactar nos resultados, a flexibilidade do lugar que cada um encontra dentro da instituição, como sistema de classificação, pois o autor se esforça em manter um conceito de “classe trabalhadora” por meio dos “batalhadores” em função dessa fragmentação da composição social, das análises, a partir da renda e de políticas públicas. Sem dúvida, é fundamental pensar para além da categoria do trabalho enquanto trabalho como um fator histórico da relação de uma classe social determinada com a totalidade social baseada em sua essência em busca de um bem-estar. Refletir sobre o papel docente e sobre a sua identidade é visto aqui como um autoconceito particularizado desse profissional, como uma condição humana, que se faz emergente, discernir sobre a individualização do professor, da profissionalização e superando as eventuais crises de identidade. Nesse sentido, é fundamental que o professor se veja como parte do contexto educacional, o melhor, como o próprio contexto, virtuosamente.

Desse modo, é preciso repensar sobre esses papéis, compreender essas identidades com um posicionamento de que os professores talvez sejam os únicos profissionais que possuem a capacidade de transformação na maneira de ver os fatos, com mais leveza, mais felicidade e menos competitividade. O trabalho docente diário carrega também lutas, frustrações, dificuldades, diferentes visões e experiências sobre o cotidiano do trabalho. O que constituiu o ser professor pode ter várias conjecturas e podemos reforçar o que foi defendido em outro capítulo deste estudo, no qual se busca

entender a satisfação do trabalho docente, da profissão e da felicidade fundamentados aqui neste texto.

A hipótese deste trabalho vem ao encontro da ideia de identidade e da condição humana, no qual profissões vinculadas ao serviço e ao cuidado humano estão fortemente baseadas em interações humanas, incluindo os professores. As referidas atividades desses profissionais podem ser impactadas por um conflito de sentimentos relacionados à formação, identidade e ofício do docente.

O docente precisa alcançar a sua autonomia dentro de sua prática, superar a lacuna que existe entre teoria e prática. Cabe a ele elevar a realização do potencial humano em seu exercício diário, ou seja, compreender a sua essência implica conduzir os processos de aprendizagem no sentido de levar à realização do potencial humano individual, tornando-se um ser útil à sociedade. Assim, essas discussões levam a compreender o papel do professor como profissional que propicia ao aluno a compreensão do papel que ele desempenha quando constrói o conhecimento da sua importância como ator social na reconstrução desses conhecimentos.

No espaço institucional, na escola, tendo em vista elementos conformadores de identidades, sempre complexas, plenas de tensões e contradições no percurso docente, que apontamos lugares ocupados pelos sujeitos de suas narrativas, é possível ver histórias de vida, fios que tecem as tramas sociais da vida de cada um. Nessa gama de incertezas, estão inseridos sujeitos que direcionam a sua própria história, tocam o seu próprio barco da vida e são referências que demarcam visões de mundo de quem passa o conhecimento e de quem o recebe. Ou seja, é possível relacionar essa noção de identidade com a de pertencimento do ser.

Considerações finais

Estudar sobre o tema felicidade nas Ciências Sociais foi um tanto desafiador, pois, com uma infinidade de possibilidades, precisou-se delimitar o escopo dessa análise comum, recorte mais voltado à realidade do trabalho docente, discutindo a categoria felicidade nos discursos sobre o universo profissional, chegando até os capítulos acima descritos.

Este estudo teve como objetivo refletir e compreender as representações de felicidade que perpassam o trabalho de docentes da rede estadual de ensino no município de Agudo– RS. Foi possível evidenciar, através dos questionários on-line realizados com os sujeitos envolvidos, as condições de trabalho docente e a forma como elas impactaram nos níveis de felicidade a partir de categorias como o modelo salarial, do trabalhador docente, condições de trabalho desiguais, emoções, a concepção de felicidade de cada docente em seu bem-estar.

Analisando os resultados, acreditamos que a escolha em desenvolver este projeto se deu pela

necessidade de tentar compreender melhor esse ser educador com um olhar a partir do seu interior, da felicidade, da sua importância como ator social na reconstrução desses conhecimentos dentro do espaço de trabalho.

No entanto, é possível afirmar que o trabalho docente é uma oportunidade para que os indivíduos convivam e interajam uns com os outros, vejam sentido em suas ações, sintam-se motivados e felizes nas suas tarefas, percebendo os frutos de suas atividades como realizações positivas, como uma oportunidade de encontrar e sentir a Felicidade e bem-estar. Fica claro que, para os participantes, trabalhar é uma oportunidade de realizar algo com significado, e essa realização se conecta com as suas vidas no meio social num viés de estar fazendo o que escolheram fazer, refletidas em atividades que trazem bem-estar e felicidade. É evidente que o estudo sobre felicidade se mostra cada vez mais importante. As respostas do questionário foram analisadas, buscando compreender como seus aspectos aparecem de forma individual em cada gráfico. É importante ressaltar que foram obedecidos todos os procedimentos éticos requeridos para a pesquisa com seres humanos.

Assim, a partir dos resultados, compreende-se que os aspectos estudados indicam a importância do cuidado com o significado cada profissão, de cada um acreditar ser importante para viver e trabalhar na sociedade atual, e, por sua vez, para a promoção de felicidade e bem-estar.

A partir dos níveis de felicidade, compreendemos que a essência da atividade docente implica conduzir os processos de aprendizagem no sentido de levar à realização do potencial humano individual, tornando-nos, assim, seres úteis à sociedade, mais felizes. Ou seja, através dos processos de interação social dentro e fora do ambiente de trabalho, podemos contribuir com o desenvolvimento da sociabilidade e da aceitação do outro, visto que, para respeitar as ideias do outro, inicialmente, precisamos saber compreender e ter a capacidade de distinguir o conteúdo de suas formas de se manifestar, de conviver, de trabalhar e, juntos, crescer como pessoas.

O estudo sobre felicidade aqui analisado perpassa por conceitos históricos, chegando ao conceito mais próximo na sociedade atual, sendo considerada como um valor extremamente importante, que é garantido por lei, a felicidade de cada indivíduo e sociedade. Por isso, o estudo da felicidade se mostra cada vez mais importante. As respostas do questionário foram analisadas, buscando compreender como seus aspectos aparecem de forma individual em cada relato. É importante ressaltar que foram obedecidos todos os procedimentos éticos requeridos para a pesquisa.

É perceptível que a escolha da profissão se dá especificamente pela afinidade, interesse e gosto pelo curso e, logo, pela profissão. Nesse sentido, perpassa pela ideia de felicidade o gostar do que faz, por escolha. Essa escolha faz toda a diferença, em se preocupar com o trabalho e profissão ideal como fonte de satisfação e de bem-estar. É visível que, na sociedade em que vivemos, com o

notório crescimento do capitalismo, conceitos como felicidade, bem-estar, felicidade, muitas vezes, estão atrelados ao poder aquisitivo maior, melhor profissão, ou seja, sinônimo de riqueza. Nesse sentido, o trabalho docente também busca se definir dentro desse parâmetro, e que, por sua vez, tenta constituir esse cenário de ser e fazer professor, como algo que lhe promova a felicidade como objetivo maior, de modo a atingir o bem-estar.

Revisitando as ideias de autores que fundamentam este artigo, com os resultados das análises, mobiliza-nos a pensar que vivemos em uma doutrina moral, em que o indivíduo necessita, para a visibilidade social, apresentar-se pleno, satisfeito e feliz, em que o acesso ao conforto, à satisfação dos prazeres passa a ser a principal motivação para a felicidade. Em uma das perguntas do questionário, sobre o uso de medicamentos, a resposta aponta para esse descontrole do uso de medicamentos, sendo a medicalização a saída encontrada para resolver as síndromes, pânico e depressões decorrentes não apenas do não saber lidar com situações diárias, mas também como uma forma de fuga de enfrentamento de problemas reais e aceitação social. Vale lembrar que um dos propósitos desta pesquisa é contribuir para a compreensão do sentido da felicidade e do bem-estar no trabalho docente, de promover uma análise mais aprofundada sobre o tema felicidade, ou a busca pelo entendimento de sua natureza no âmbito do trabalho docente com o objetivo de compreender como representações sobre felicidade impactam no trabalho docente.

Desse modo, a partir dos resultados analisados, aspectos bem específicos estão presentes nas respostas elencadas no questionário, indicando a importância deles para a ideia de felicidade pensada pelos sujeitos.

Como pano de fundo a ideia dos pensadores modernos e pós-modernos, fica evidente que o sentido da felicidade e do bem-estar reflete a produção dos sentidos na contemporaneidade, em particular os sujeitos desta pesquisa, que prevalece uma sociedade do “eu” que está em constante busca do bem-estar, da felicidade em suas conquistas e frustrações individuais. Ou seja, cada um é responsável pelas suas escolhas e necessidades. A sociedade atual enfatiza esta realidade, não são os bens materiais que nos diferem, mas sim os valores essenciais que nos fazem bem, que nos permitem uma independência, possibilidades de vivências e experiências de vida e trabalho.

Desse modo, a realização desta pesquisa colabora com as discussões atuais que norteiam o campo da educação no sentido que geram elementos de estudo e reflexão para compreensão da felicidade, trabalho docente, da identidade e bem-estar docente, que parte do princípio de que o docente estrutura e organiza a sua própria prática, como sujeito que atribui sentido de acordo com seus conhecimentos e sua existência. Pois, tal pesquisa almeja consolidar a tese de que a felicidade pode ser um modelo, um princípio que orienta práticas e condutas no trabalho docente pela ideia de felicidade, bem como nas representações que envolvem a vida dos sujeitos em sociedade.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir positivamente como referencial teórico para esse campo de pesquisa e incentivar pesquisas futuras sobre os potenciais benefícios das práticas da Felicidade que perpassam a lógica do Trabalho. Considera-se importante destacar que esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar os conceitos envolvidos ou propor a generalização das conclusões obtidas.

Entendemos que trabalho e felicidade andam de mão dadas, completam-se, pois, para estudar a felicidade, tanto na perspectiva individual quanto na perspectiva social, deve ser incluído o estudo da vida no trabalho. Ou seja, fica nítido que os participantes internalizam suas emoções e perspectivas no ambiente de trabalho como um modo de realização pessoal e missão de vida. De um modo geral, são profissionais que precisam ser incentivados e mobilizados com frequência e necessitam, antes de tudo, sentir-se parte do processo como um ser promissor em seu potencial, ou seja, sentir-se protagonista de sua trajetória de vida e profissional.

Todavia, estamos em busca de uma segurança, de uma situação mais estável dentro dessa sociedade líquida para assim poder sonhar com dias melhores. Além disso, pensar e compreender que dentro desse sistema, na sociedade líquida, nada permanece por muito tempo, vivemos em um mundo de constante transformação, por isso definir felicidade é um tanto complexo. A felicidade precisa ser conquistada conforme buscamos a nossa evolução ao mesmo instante em que estamos mergulhados num mundo que se transforma a cada momento.

Entretanto, esse debate aparece em um momento bastante diferente, em que estamos vivendo, período de pandemia, incertezas, demissões em massa, porém não é o foco da nossa pesquisa, mesmo porque ela já estava em andamento quando houve toda a reviravolta à qual fomos submetidos por conta da pandemia da COVID-19. Ficou tudo mais distante e todos os profissionais, mais uma vez, tiveram que se reinventar e trabalhar com alternativas a partir dessa pandemia que veio de surpresa e para a qual ninguém estava preparado.

Por fim, nessa lógica, para além das adversidades, levando em conta as categorias analisadas, a felicidade compreende uma transformação de cada um, no seu íntimo modo de ser e viver, e não como um caminho pronto, mas de resignificação do trabalho como um espaço possível de fazer a diferença no modo de ser feliz e ter um bem-estar independente de dinheiro, ou de bem material, conforme esta pesquisa demonstra.

Referências

- ACHOR, S. *O Jeito Harvard de Ser Feliz*. São Paulo: Saraiva, 2012. BAUMAN, Z. *Ética Pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre; São Paulo: Zouk; Edusp, 2007.
- CREMONESE, D. *Ética e Felicidade: lições da filosofia antiga para uma vida boa*. Curitiba: Appris, 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.
- GREVE, B. *Felicidade*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013.
- GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio*. Barueri: Manole, 2005.
- _____. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIMENTA, S. G. *Formação de Professores: saberes e identidade*. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SOUZA, J. *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VASCONCELLOS, C. S. *Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação*. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2001.

Dejalma Cremonese

Professor Associado I do Departamento de Ciências Sociais da UFSM
Professor da área da Teoria Política UFSM
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Email: dcremoisp@yahoo.com.br

Daiane Maira Soccal

Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na UFSM
Especialista pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia para
Ensino Médio pela UFSM
Graduada em Sociologia e Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Coordenadora Pedagógica – Secretaria Municipal de Agudo/RS
Professora da rede Estadual e Municipal de Agudo/RS
Email : daia.neuen@gmail.com

O Orientalismo paradigmático: representação e estereótipos mutáveis na contemporaneidade

The paradigmatic Orientalism: representation and mutable stereotypes in contemporaneity

♦ Guilherme Curi

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as abordagens teóricas que refletem sobre a questão da representação dos árabes na contemporaneidade, principalmente a partir da ótica dos Estudos Culturais, das Ciências da Comunicação e da crítica ao imperialismo de Edward Said. Propomos também discutir como as representações e seus respectivos significados que constantemente permeiam as nossas relações sociais e culturais nos fazem enxergar o mundo de determinadas maneiras. Ou seja, buscamos compreender como essas representações formam e constroem realidades, valores e identidades dentro de uma cultura hegemônica ocidental, regida pela grande mídia, imersa em uma rede digital de dados e algoritmos.

Palavras-chave

Árabes; representações; Estudos Culturais; Comunicação; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the theoretical approaches that reflect on the issue of the presentation of Arabs in contemporary times, mainly from the perspective of Cultural Studies. Communication Science and the critique of Edward Said's imperialism. We also propose to discuss how representations and their respective meanings that constantly permeate social and cultural relationships make us see the world in certain ways. In other words, we seek to understand how these representations form and construct realities, values and identities within a hegemonic Western culture, governed by the mass media, immersed in a digital network of data and algorithms.

Key words

Arabs; representations; Cultural Studies; Communication; Post-colonialism.

A maneira como os árabes são representados hoje na maioria dos telejornais brasileiros e ocidentais é resultado de décadas de produção discursivas que reafirma determinados tipos de estereótipos. Neste ensaio teórico e epistemológico, faremos um breve percurso analítico e bibliográfico de como intelectuais contemporâneos refletem sobre esse tema.

Começamos nossas reflexões a partir de um curioso fato. Um pouco antes da Pandemia da Covid-19, no ano de 2018, estávamos no calor do carnaval carioca, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em um momento de diversão e alegria efêmera. Um dos nossos amigos fantasiou-se de ‘árabe’ (turbante e túnica, trajes típicos de países árabes islâmicos), algo peculiar daquela que é a festa mais popular do país, comumente celebrada no mês de fevereiro. Para nossa surpresa, a todo momento, as pessoas na rua exclamavam para ele: “homem-bomba!”, “terrorista!”, “Bin Laden!”, “vai explodir bomba aqui não!”.

Aquelas frases confirmaram algo que já estava presente há algum tempo em meus pensamentos: o *estereótipo* do árabe é hoje diretamente relacionado ao radicalismo islâmico e às ações de guerra de grupos extremistas, o chamado *terrorismo* e, principalmente, às narrativas ocidentais construídas ao longo dos últimos anos desde o ataque às Torres Gêmeas, em Nova York, Estados Unidos até ao atual conflito bélico entre Israel e Palestina.

Percebemos também que a figura do árabe tanto no Brasil como no chamado mundo ocidental não é mais a mesma comparada à chegada dos primeiros imigrantes no final do século XIX e começo do século XX no país. Ainda que, ao aportarem nas novas terras, os árabes depararam-se com um universo cultural no qual já circulavam algumas representações sobre quem eles e elas eram e qual seria o lugar possível na sociedade brasileira, repleto de outros estereótipos e estigmas que se modificaram ao longo dos anos (Lesser, 2001; Truzzi, 2008, Pinto, 2010; Curi, 2018), como veremos aqui.

Partimos da premissa de que tal fato se dá principalmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, divisor de águas nessa ressignificação da representação do árabe na sociedade ocidental, e que agora se confirma nas coberturas midiáticas da imprensa ocidental diante dos ataques israelenses ao povo palestino em condições quase que sub-humanas.

Este ensaio tem como objetivo principal tratar sobre as abordagens teóricas e epistemológicas que nos ajudam a refletir sobre a questão da representação a partir da ótica dos Estudos Culturais, da crítica imperialista e pós-colonialista de Edward Said (1935 – 2003).

Analisaremos como as representações e seus respectivos significados, que constantemente permeiam as nossas relações sociais e culturais, fazem-nos enxergar o mundo de determinadas maneiras. Ou seja, como essas representações formam e constroem realidades, valores e identidades dentro de uma cultura hegemônica, regida pela grande mídia ocidental, imersa em uma rede digital de dados e algoritmos.

Em tempo, ressaltamos que a principal concepção de cultura hegemônica neste ensaio baseia-se a partir das concepções de Antonio Gramsci (1891-1937). Hegemonia, aqui, de forma sucinta, é percebida como a capacidade de um grupo social determinar o sentido da realidade e

exercer sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade.

Para Coutinho (2014), todo o processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, afirma, através da “interação semiótica, da reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo” (COUTINHO, 2014, p. 15), além, também, de representarem a realidade a partir de uma determinada perspectiva e de acordo com seus interesses. Segundo o autor, é através da comunicação que se transformam as ideologias, que irão agir na transformação ética e política da história. A cultura, nesse sentido, seria uma práxis social, que está em constante disputa de significados, ou seja, “a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (HALL, 2003, p. 13).

Isso posto, ressaltamos que, por trás de representações culturais, aparentemente superficiais e corriqueiras, existem disputas e conflitos. De acordo com Kathryn Woodward (2008), a representação talvez seja a forma mais latente pela qual a identidade se insere nas relações culturais. Já Hall (2003) afirma que, ao examinarmos os sistemas de representação, é necessário analisarmos a relação entre cultura e significado. Concomitantemente, Bauman (2004) irá dizer que o conceito de representação refere-se tanto ao modo de pensar ou perceber quanto ao que é pensado, concebido ou percebido. A representação é, assim, para ele, coletiva tanto em sua origem, que determina sua forma, quanto em sua referência ou objeto, além, é claro, pelo fato de ser comum aos membros de uma sociedade. Ou seja, as representações coletivas são geradas socialmente e se referem à própria sociedade em questão.

A representação inclui, assim, práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeitos. Ainda, para Woodward (2008), é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Para a autora, poderíamos até sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível tudo aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.

Pretendemos assim discutir qual a função da representação e do estereótipo nas sociedades atuais, tendo como o foco principal os estereótipos lançados sobre a cultura árabe dentro daquilo que denominamos orientalismo paradigmático, ou seja, as discussões e derivações que sucedem a partir desse importante conceito cunhado por Edward Said.

Vivemos em um mundo global?

Observamos que, ao longo das últimas décadas, a dicotomia produzida, reproduzida e reforçada pela mídia hegemônica entre ocidente e oriente, norte e sul, judeus e árabes, estrangeiros

e nativos, nacionais e estrangeiros, nós e eles etc. parece ser necessária para fomentar o mantimento do sistema capitalista vigente aliado à políticas migratórias securitárias cada vez mais desastrosas (Brignol & Curi, 2021). Ao nosso ver, tal dualidade apresenta-se, assim, propositalmente nesse sistema – e não por acaso – quando os interesses, na maioria das vezes econômicos, entram em conflito, chocam-se. Isso é, assim como nos lembra Said, ao invés de afirmarmos a interdependência e a conexão das várias histórias e a necessária interação das sociedades contemporâneas, “a separação retórica das culturas assegurou uma criminosa disputa imperial *entre* elas – a triste história se repete sem parar” (SAID, 2011, p. 83).

Assim, em um mundo atravessado pelas novas tecnologias da comunicação – que, segundo Sodré (2011), instituem-se como *boca de Deus*, ou seja, “uma síntese universal que *fetichiza* a realidade e reduz a complexidade das antigas diferenças ao *unum do mercado*” (SODRÉ, 2011; p. 11) –, podendo tanto operar e reiterar essa própria dualidade nociva e pern ciosa ou contribuir para a construção de uma nova – e talvez possível – ordem em determinados países e regiões – assim como aconteceu em movimentos como a Primavera  rabe a partir do final da primeira década deste novo mil nio, quando as redes sociais digitais serviram como importantes ferramentas para a mobilização de grupos que reivindicavam melhores condições sociais.

No entanto, Sodré adverte que as novas tecnologias justamente apoiam, em termos econômicos, a aceleração da expansão do capital e coincidem com ela, que ele chama de *turbocapitalismo*, ou seja, um processo tendencial de “transnacionalização do sistema produtivo e de atualização do velho liberalismo de Adam Smith a que se vem chamando de “globalização” e cuja a autopropaganda, atravessada pela ideologia do pensamento único, lhe atribui poderes universais de uniformização” (SODRÉ, 2001, p. 12). Para o autor, global mesmo seria “a medida da velocidade de deslocamento de capitais, tornados possíveis pelas tecnologias – globalização é, portanto, um outro nome para “teledistribui  o” mundial de pessoas e coisas (ibidem).

Santos (2002) também nos aux lia nesse argumento ao perceber a globalização como um fenômeno multifacetado, com dimensões econ micas, midiáticas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo, que, nas últimas décadas, em vez de se encaixar no padrão moderno ocidental – globalização como homogeneização e uniformização – parece, por um lado, combinar a universalização e a expansão de livres mercados, e, por outro, acentuar a diversidade local, a identidade étnica e a retomada do comunitarismo.

Para Sassen (2010), a globalização envolve dois conjuntos distintos de dinâmicas. O primeiro abrange a formação de instituições e processos explicitamente globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o novo cosmopolitismo, os mercados financeiros globais e os Tribunais Internacionais de Guerra e Direitos Humanos. Segundo ela, as práticas e as

formas de organização, nas quais funcionam essas dinâmicas geralmente se concebem como global, embora, de fato, ocorram parcialmente em escala nacional. Já o segundo conjunto de dinâmicas abarca processos que não ocorrem essencialmente no nível global, mas que fazem parte da globalização. Esses processos ocorrem dentro de domínios institucionais e territórios que foram construídos em termos essencialmente nacionais na maior parte do mundo, mas não em todo ele. Segundo a pesquisadora, embora situados em cenários nacionais, esses processos pertencem à globalização, pois abrangem “redes e entidades transfronteiriças que conectam diversos processos e atores locais ou ‘nacionais’, ou a recorrência de questões ou dinâmicas específicas em um número cada vez maior de países ou localidades” (SASSEN, 2010, p. 11).

Nesse sentido, a globalização só será imparcial, e de fato global, aos olhos e ouvidos daqueles que a convêm, principalmente reproduzido em formas discursivas da grande mídia ocidental. Por consequência, nesse jogo hegemônico/contra-hegemônico em uma sociedade hipermediatizada, na qual infinitas imagens e discursos colocam-se em primeiro plano da disputa cultural, acreditamos ser praticamente impossível fugir da regra de representar e ser representado. E essa regra é sim percebida como uma nova radicalidade do ser contemporâneo, que mercantiliza e instrumentaliza a existência do próprio ser – afinal estamos, cada vez mais, atrelados aos nossos avatares e projeções da vida mundana, ligados e conectados a essas representações de uma forma nunca antes percebida. O pós do moderno torna-se, assim, essa prisão e não a libertação tão celebrada por teóricos entusiastas das novas tecnologias.

Representar e ser representado. Eis uma das principais questões do Orientalismo paradigmático atrelado a esse jogo dual e desigual dentro daquilo que Sodré denomina de *Bios Midiático*. Essa concepção define a mídia não como transmissora de informação, mas como ambiência, forma de vida, uma esfera existencial em que estamos todos sensorialmente imersos. Aqui, a mediação, um tema muito debatido no campo da Comunicação, é pensada como uma tecnologia de sociabilidade, ou seja, um novo *bios*, uma espécie de quarto âmbito existencial, em que predomina uma lógica mercadológica, “como uma qualificação cultural própria, a tecnocultura” (SODRÉ, 2011, p. 24). Nesse mesmo contexto, a linguagem, afirma Sodré (2011), não seria apenas designativa, mas principalmente produtora de realidade. Assim, a mídia está “como a velha retórica, uma técnica política de linguagem, potencializada ao modo de uma antropotécnica política” (SODRÉ, 2011; p. 26), ou seja, uma técnica que formatiza e intervém na consciência humana, que requalifica a vida social, desde “costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado (...) um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com quem se tem convencido designar como verdade, ou seja, uma condição antropológica” (SODRÉ, 2011, p. 27).

De fato, para Said, as representações da sociedade ocidental estão atreladas ao processo de globalização hegemônico, desencadeado pelo imperialismo moderno. Para ele, minimizar e até mesmo ignorar a experiência sobreposta de ocidentais e orientais, na qual a interdependência de terrenos culturais, onde o colonizador e o colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais seria "perder de vista o que há de essencial no mundo dos últimos cem anos" (SAID, 2011, p. 22). Desse modo, nem o imperialismo, nem o colonialismo, para Said (2011, p. 43), seriam um simples ato de acumulação e aquisição. Segundo ele, ambos são sustentados por formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam de dominação, como podemos observar nos discursos recentes da mídia corporativa hegemônica ocidental sobre os palestinos na Faixa de Gaza.

O autor ressalta ainda que o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como 'raças servis', ou 'inferiores', 'povos subordinados', 'dependência', 'expansão' e 'autoridade'. Com isso, as ideias sobre a cultura eram reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais, refletidas em nossas relações e formas de representar a realidade e produzir estereótipos até os dias de hoje.

O oriente e a produção de estereótipos mutáveis

No final dos anos de 1970, Said, na obra seminal "O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente", já apontava que a aceção pela qual se divide o mundo, "oriente" e "ocidente", embora possa parecer uma inocente mera distinção, serve, na realidade, para intensificar as diferenças e impedir algumas tentativas de aproximação entre as culturas. Nesse livro, Said procura destrinchar cronologicamente as principais obras sobre o Oriente e cita, como exemplo inaugural, a Divina Comédia, do italiano Dante Alighieri (1265–1321), na qual o profeta Maomé é definido, de forma pejorativa, como "morador do inferno".

Para Said (2013), durante todo o contato entre os europeus e seus "outros", iniciado sistematicamente quinhentos anos atrás, a única ideia que praticamente não mudou foi a de que existe um "nós" e um "eles", cada qual muito bem definido, e "intocavelmente auto-evidente". Segundo o autor, essa divisão remete ao século XIX, percebida como "marca registrada das culturas imperialistas, e também daquelas que tentavam resistir à penetração europeia". (SAID, 2013, p. 28),

Destarte, Said (2013) sugere que nem o termo "Oriente", nem o conceito de "Ocidente" teriam uma estabilidade ontológica, mas sim discursiva e simbólica. Para ele, ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do *Outro*. O Oriente, assim,

não seria um fato inerte da natureza, dado, espontâneo, mas construído, estabelecido e elaborado ao longo dos anos discursivamente. E afirma que tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia, uma noção que tem uma história e uma tradição de pensamento, ou seja “um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra” (SAID, 2013, p. 31).

Nesse sentido, seria errado concluir que o Oriente, tal como foi disseminado no mundo, foi essencialmente uma ideia ou uma criação sem realidade correspondente. Assim, nessa mesma lógica, torna-se fundamental observarmos que as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas e estudadas sem que sua força e suas configurações de poder sejam também analisadas. Ou seja, seria incorreto afirmar que o Oriente foi criado, ou, como o próprio autor afirma, “orientalizado”, e acreditarmos que as coisas acontecem como uma pura necessidade da imaginação. Para ele, “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa” (SAID, 2013, p. 32).

Isso posto, dentro dessas perspectivas teóricas tratadas até aqui, no intuito de avançarmos na discussão, o foco do debate movimenta o olhar para uma questão também fundamental, dentro do campo da representação, que é a produção de estereótipos na sociedade ocidental.

Logo na introdução do segundo capítulo da obra póstuma “Cultura e Representação”, intitulado “O espetáculo do “Outro”, Hall (2016) faz três indagações pontuais e assertivas, a saber: como representamos as pessoas e os lugares que são expressivamente diferentes de nós? Por que a ‘diferença’, sendo um tema tão encantador, é uma área de representação tão contestada? e, por fim: quais são as formas típicas de práticas representacionais utilizadas atualmente na cultura popular para representar a ‘diferença’, de onde derivam essas figuras e estereótipos populares? Somadas a essas questões, perguntamos também: por que necessitamos representar a diferença para assim habitar zonas de conforto artificiais e que podem ser facilmente desconstruídas? Qual, então, o papel dos estereótipos nessa construção da diferença? Ou, como o próprio Hall questiona: “os repertórios da representação em torno da ‘diferença’ e da ‘alteridade’ mudaram ou as características anteriores permanecem intactas na sociedade contemporânea?” (HALL, 2016, p.139).

Diante disso, o intelectual árabe-americano Jack Shaheen (1935 -2017) apresenta uma análise crítica a partir da construção do estereótipo dos árabes na mídia, no estudo *Reel Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People*, não traduzida no Brasil, que gerou, em 2007, um documentário homônimo. Shaheen demonstrou como Hollywood manipulou e distorceu a imagem do árabe ao longo dos anos, desde os primórdios do cinema mudo até os dias de hoje. Após investigar quase mil filmes, principalmente aqueles produzidos ao longo do século XX (de 1914 a 2001), Shahheen argumenta que o estereótipo árabe, ao longo dos anos, foi, e ainda é, construído a partir da imagem

de um ser não civilizado, fanático religioso, terrorista, caracterizado, na maioria das vezes, como bandido, selvagem e nômade, com ódio aos judeus e ocidentais em geral. Ainda, a mulher árabe, na maioria das vezes, é representada em papéis exóticos, como dançarinas, ou submissas a serviço de sheik. Ainda, segundo o autor, apenas cinco por cento dos papéis nos filmes analisados retratam o árabe como pessoas comuns.

Nesse sentido, Hall (2016) nos ajuda a pensar a partir do conceito de “estereotipagem”, que seriam práticas representacionais, de significados, constitutivas do tempo presente e que dialogam constantemente com o passado, em processo constante e ativo que o autor chama de *espetáculo do outro*, inserido dentro de determinadas *políticas de representação*. Para Hall, trata-se de algo complexo, pois quando lidamos com a diferença, estamos diante de sentimentos, atitudes, emoções, algo que “mobiliza os medos e ansiedades do espectador em níveis mais profundos do que podemos explicar de uma forma simples, com base no senso comum” (HALL, 2016, p. 28).

Destarte, podemos afirmar também que o significado é ambíguo, rarefeito, móvel, ou, como o próprio Hall afirma, flutua e nunca é fixo. No entanto, o autor pontua que a tentativa de fixação seria o “trabalho de uma prática representacional que intervém nos vários significados potenciais de uma imagem e tenta privilegiar um deles” (HALL, 2016, p. 28). Logo, a estereotipagem não funciona apenas no sentido da exploração econômica e da coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, ou seja, comunicacionais. Assim, o poder, observado por Hall, é algo que não somente restringe, mas também produz e gera novos discursos; novos tipos de conhecimento; campo onde justamente habita o Orientalismo; novos objetos de conhecimento, que gera o *Oriente* e forma novas práticas, tais como a colonização.

Desse modo, Shaheen afirma que a investigação foi motivada também pela “necessidade de expor uma injustiça principal: a degradação e desumanização sistemática de um povo, produzida de forma generalizada e sem remorso a partir do cinema americano” (SHAHEN, 2003, p. 172, tradução nossa). E indaga:

Feche os olhos e visualize um árabe, o que você vê? Barba preta, óculos escuros. Ao fundo, talvez, uma limusine, mulheres ao seu redor, poços de petróleo, camelos. Ou talvez ele esteja carregando uma arma automática, com ódio escancarado em seus olhos. Pense nisso. Quando foi a última vez que você viu um filme retratando um árabe ou americano com ascendência árabe como um cara normal? (SHAHEN, 2003, p. 173, tradução nossa).

Assim, o autor pontua que um dos elementos que torna os estereótipos tão poderosos e tão difíceis de eliminar é o fato de eles se autoperpetuar. Em contrapartida, ele ressalta, “os estereótipos étnicos não morrem sozinhos, no entanto, são perseguidos e eliminados por aqueles que os estereótipos atingem” (SHAHEN, 2003, p. 190).

Ainda, Hall (2016) ressalta que, em um sentido mais amplo sobre como a ‘diferença’ e a ‘alteridade’, são representadas em determinada cultura, podemos ver práticas e figuras representacionais semelhantes sendo repetidas, com variações, de um texto ou local de representação para outro”. Para o autor, a intertextualidade seria “essa acumulação de significados em diferentes textos, em que uma imagem se refere a outra ou tem seu significado alterado por ser ‘lida’ nos contextos de outras imagens” (HALL, 2013, p. 32). Logo, todo o repertório de imagens e efeitos em um determinado momento histórico poderia ser descrito como um regime de representação, assim constatado nas análises de Shaheen.

Nesse sentido, Hall (2016), a partir do que ele chama de *funcionamento real do regime de representação*, afirma que a estereotipagem, de fato, produz efeitos reducionistas e naturalizados que delimitam e restringem as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas fixas por natureza. Somado a isso, o autor adiciona outros quatro importantes aspectos, que seriam: “a construção da ‘alteridade’ e exclusão; estereótipos e poder; papel da fantasia; e fetichismo”. Desse modo, a estereotipagem, baseada na *tipificação*, segundo o autor, “estabelece uma estratégia de ‘cisão’, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, ela exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente” (HALL, 2006, p. 19).

Outra característica da estereotipagem apontada por Hall é sua prática de fechamento e exclusão, pois ela fixa os limites simbolicamente e exclui tudo que não lhe pertence. Em outras palavras, a estereotipagem seria a parte da manutenção da ordem social e simbólica, pois “estabelece uma fronteira simbólica entre o ‘normal’ e o ‘pervertido’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o ‘pertence’ ou o que ‘não pertence’ ou é o Outro, entre nós e eles” (HALL, 2016, p. 192).

Said (2011), por sua vez, afirma que, no Ocidente, as representações do mundo árabe, desde a guerra de 1967, têm se mostrado “toscas, reducionistas, grosseiramente racistas, conforme foi constatado e verificado por inúmeros estudos críticos na Europa e nos Estados Unidos” (SAID, 2011, p. 81). No entanto, o autor aponta que os filmes e programas de televisão representam os árabes como terroristas e gananciosos. Ainda, sobre a última guerra no Iraque, ele afirma que:

Quando a mídia se mobilizou seguindo as instruções do presidente Bush, no sentido de preservar o modo de vida americano e repelir o Iraque, não se mostrou nem se falou muito sobre realidades políticas, sociais e culturais do mundo árabe (muitas delas profundamente influenciadas pelos Estados Unidos), as quais deram origem tanto à figura estereotipada de Saddam Hussein quanto a um complexo conjunto de outras configurações radicalmente diversas – o romance árabe (um importante romancista, Naguib Mahfouz, ganhou o prêmio Nobel de 1988) e as diversas instituições que sobreviveram no que restou da sociedade civil. Embora

seja inquestionável que a mídia está muito mais bem equipada para lidar com caricaturas e sensações do que com os processos mais lentos da cultura e da sociedade, a razão mais profunda dessas concepções equivocadas é a dinâmica imperial e, sobretudo, suas tendências separatistas, essencializantes, dominadoras e reativas (SAID, 2011, p. 81-82).

Isso posto, também apoiado nos paradigmas críticos de Said, no Brasil, um estudo elaborado na Universidade de São Paulo (USP) chegou a conclusões semelhantes aos de Shaheen, mas através da análise da mídia escrita.

Na dissertação de mestrado pelo Programa de Língua, Literatura e Cultura Árabe da USP, intitulada “Orientalismo na imprensa brasileira: a representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001”, a pesquisadora Isabelle Christine Somma de Castro buscou verificar como esses periódicos cobriram assuntos relacionados aos árabes e muçulmanos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e seis meses depois. Com base no Orientalismo, de Said, e na Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough, foram analisadas as escolhas lexicais de ambos os jornais em relação aos assuntos que mais apareceram nos dois recortes. A autora concluiu que “os dogmas orientalistas se mostraram presentes nos dois períodos e que os jornais naturalizaram discursos hegemônicos, que se colocaram em contraposição aos de árabes e muçulmanos” (CASTRO, 2007, p. 7).

Ainda, o Orientalismo e as consequências do mesmo fez-se presente antes e depois de 11 de setembro de 2001. Segundo a pesquisadora, os jornais demonstraram ser canais orientalistas por disseminarem a noção de que muçulmanos e árabes são “violentos através da ênfase dada com o grande número de textos publicados sobre o assunto e das escolhas lexicais” (CASTRO, 2007, p. 153). Assim, de acordo com a autora, associar tanto palavras como episódios violentos a árabes e muçulmanos confirma a crítica de Said, segundo a qual o orientalismo é construído a partir de uma fronteira fixa que separa o ‘nós’, ocidentais, dos ‘outros’, orientais. Ainda, afirma ela:

Essa fronteira é erguida com a ajuda da contínua utilização de qualificadores como “terroristas” para palestinos, representados somente como sujeitos que se dedicam a práticas violentas (principalmente explosões suicidas). A luta pela autodeterminação palestina, que passa pela resistência à ocupação israelense que dura quatro décadas, é apagada. O uso da palavra Ocidente em situações que se referiam apenas às posições dos governos norte-americano e europeu cimentaram essa noção de que há um bloco ocidental uno e indivisível, que segue as posturas desses “porta-vozes” (CASTRO, 2007, p. 154).

Além disso, Castro (2007) também verificou, em ambos os jornais, a presença e a difusão de dois estereótipos, a saber: o do palestino terrorista e o do muçulmano opressor. De acordo com a pesquisadora, o primeiro foi encontrado em ambos os recortes, especialmente enfatizado no período

posterior a 11 de setembro de 2001. Tal fato ocorreu, pois os dois periódicos – principalmente a Folha de São Paulo – “incorporaram a noção de terrorismo e correlatos difundida pelos governos israelense e americanos” (CASTRO, 2007, p. 155). Ainda, afirma ela, os governantes citados “abusaram do uso de itens lexicais ligados a terror e definiram quem eram os terroristas (...) os jornais aceitaram a acepção governamental e publicaram repetidas vezes as declarações sem ao menos discutir o uso dos termos” (CASTRO, 2007, 156). Já o segundo tipo de estereótipo foi constatado, para a surpresa da própria pesquisadora, antes mesmo dos atentados de 11 de setembro. Segundo ela, o “uso de sintagmas como ‘grupo extremista islâmico’, com ou sem o submodificador, para o Taleban, foi um modo de difundir a ideia de que muçulmanos são opressores” (Ibidem).

Nesse sentido, Said (2011) pontua que a cultura e o imperialismo nunca são inertes. Portanto, as conexões entre ambos, enquanto experiências históricas, devem ser observadas como dinâmicas e complexas. Para o autor, o foco principal não deve ser separado, mas sim estabelecer conexões. Ou seja, as formas culturais são híbridas e ambíguas, por isso devemos atentar à realidade delas. Nessa mesma linha de raciocínio, Said ressalta que, apesar de os ocidentais terem saído fisicamente das suas antigas colônias na África e na Ásia, eles “se conservam não apenas como mercados, mas também como pontos no mapa ideológico onde continuam a exercer domínio moral e intelectual” (SAID, 2011, p. 65), assim como acontece até hoje no Brasil e no mundo ocidentalizado.

Logo, de acordo com Sodré, por mais despolitizado que pareça e talvez pretenda ser, o *bios midiático* justamente implica, de fato, uma reconfiguração do mundo pela ideologia norte-americana, que pode ser lida também como colonial, ou seja, “uma “espécie de narrativa política, caucionada pelo fascínio da tecnologia e do mercado” (SODRÉ, 2011, p. 28). Nela, estão presentes e são constantemente atualizadas as marcas essenciais de uma ‘universalidade’ americana, constatada nos trabalhos de Shaheen e Castro. Sodré lembra que, assim como o Império Romano dominou o mundo pela espada e pelos ritos, o Império Americano controla pelo capital e pela agenda midiática do democratismo comercial, no qual estão incluídos “informação, difusionismo cultural e entretenimento” (SODRÉ, 2011, p. 29).

Xavier (2006) aponta, também, que, no século XX, outros centros surgiram ao redor do mundo, mas nenhum com a mesma capacidade hegemônica de “disseminação e controle de circulação das imagens e representações em escala planetária, sendo clara a presença, mais do que residual, de uma polarização que muito deve a essa herança do século passado” (XAVIER, 2011, p. 28).

De fato, após os ataques de 11 de setembro de 2001, a generalização de que todo árabe é um terrorista em potencial foi disseminada ao redor do mundo ocidental. A partir de então, exemplos como o livro *O choque de civilizações*, de Samuel Huntington, ilustram essa dicotomia discursiva,

na qual, a grosso modo, as culturas “ocidentais” e “médio-orientais” nunca irão conviver em harmonia. Nesse sentido, o Arjun Appadurai, na obra “O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva”, faz duras críticas a Samuel Huntington, ao apontar que ali estaria uma “clara declaração alarmista baseada em uma rígida doutrina cultural eurocêntrica” (APPADURAI, 2009, p. 13). O livro de Huntington é até hoje criticado por intelectuais árabe-brasileiros, assim como constatamos em pesquisa anterior, sobre a comunicação contra-hegemônica da comunidade sírio-libanesa no Brasil (Curi, 2018).

Ainda, Bhabha (2016) também contribui para a análise proposta ao afirmar que o estereótipo apresenta a função de promover fobia e fetiche, medo e desejo. Para ele, as representações do outro colonizado, subalterno, precário sempre oscilam entre aversão e apego. Significa que, mesmo com a intenção de desqualificar o “outro”, o ato de representá-lo de maneira estereotipada envolve sentimentos ambíguos que tornam o sujeito representante e o sujeito representado partes de um mesmo processo, fundado na interatividade e na reciprocidade de trocas simbólicas. O estereótipo é assim concebido como um “modo de representação complexo, ambivalente e contraditório (...) exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos mas que mudemos o próprio objeto de análise” (BHABHA, 2016, p. 123).

Assim como Hall, Bhabha também lê o estereótipo em termos de fetichismo. Para o autor, o mito da origem histórica, produzido em relação ao estereótipo colonial, exerce o papel de “normalizar as crenças múltiplas e os sujeitos divididos que constituem o discurso colonial como consequência de seu processo de recusa” (BHABHA, 2011, p. 28). Assim, o estereótipo nos leva a acessarmos uma identidade baseada “tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma” (Ibid). Consequentemente, afirma o autor, como ponto primário de subjetivação, o estereótipo seria, tanto para o colonizador como para o colonizado, “a cena de uma fantasia e defesa semelhantes”, ou seja, “o desejo de uma originalidade que é de novo ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura” (BHABHA, 2011, p. 29).

Destarte, nessa linha de raciocínio, é comum ainda observamos, na mídia hegemônica brasileira, textos jornalísticos que destacam a chamada “guerra contra o terror”, quando os árabes são colocados como inimigos número um a ser combatido pela civilização ocidental. Em janeiro de 2016, a Revista Época publicou uma matéria intitulada “Um terrorista no Brasil”¹. O texto abordava o caso do professor árabe-argelino naturalizado francês, Adlène Hicheur, contratado pelo Departamento de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acusado de cometer

¹ Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/01/exclusivo-um-terrorista-no-brasil.html>>. Acesso em: mar. 2023.

atos terroristas na Suíça, anos antes de imigrar.

De fato, Hicheur foi condenado por troca de e-mails com facções guerrilheiras islâmicas e já havia cumprido a pena. No entanto, o que mais impressiona no texto são as generalizações sobre os hábitos tidos "como típicos de um árabe mulçumano" e a relação tendenciosa com as supostas práticas terroristas ao longo da matéria. Segundo o jornalista que escreveu o artigo, o simples fato de frequentar uma mesquita e usar a barba comprida já seria algo suspeito e indicativo de que ele ainda seria um perigo à nação. Como consequência das investigações, alguns meses após a publicação da matéria, um pouco antes do início dos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro nos meses de agosto 2016, Adlène Hicheur foi deportado, sem possibilidade de defesa, mesmo já tendo cumprido pena na França, sendo encaminhado para o aeroporto horas depois de receber a intimação. Aqui, Said mais uma vez contribui para análise proposta ao enfatizar e criticar a dualidade maniqueísta transformada em práticas discursivas:

Enquanto escrevemos e falamos como membros de uma pequena minoria de vozes marginais, críticos jornalísticos e acadêmicos fazem parte de um abastado sistema de recursos informativos e acadêmicos entrecruzados com jornais, redes de televisão, revistas de opinião e institutos à sua disposição (SAID, 2011, p.70). A maioria deles agora assumiu um tom estridente de condenação direitista, fazendo uma separação entre o que não é branco, não ocidental, não judaico-cristão, e o espírito ocidental aceito e eleito, então reunindo tudo isso sob vários rótulos degradantes, tais como terrorista, marginal, de segunda categoria ou insignificante (SAID, 2011, p. 70-71).

Por fim, ressaltamos que a intenção não é avaliar e muito menos julgar a culpabilidade do professor Hicheur, fato este já julgado pela justiça francesa. No entanto, o que fica explícito, mais uma vez, é a impregnação discursiva do uso de estereótipos por parte da mídia hegemônica brasileira diante da figura do árabe na contemporaneidade e a reprodução de estereótipos discutidos ao longo do texto.

Considerações finais

De fato, torna-se cada vez mais importante atentarmos para determinadas formas de representação e produção de estereótipos na contemporaneidade através de diferentes exemplos e formas midiáticas descritas na última parte do texto, inseridas em um mundo aparentemente global mas repleto de desigualdades, sejam elas de ordem práticas ou discursivas.

A forma que se dá a cobertura da maioria dos telejornais de mídias hegemônicas no Brasil e no mundo hoje, que colocam o Estado de Israel e o Estado Palestino em mesmo grau de

equivalência, é resultante dessas construções discursivas ao longo das últimas décadas. Os interesses norte-americanos e sionistas estão explícitos nesses discursos.

Não somente os árabes sofrem e padecem com essas formas de representações negativas no Brasil e no mundo, onde discursos xenófobos, racistas e preconceituosos, cada vez mais, ganham ecos em governos ultraconservadores, de extrema direita e com características fascistas. Poderíamos, sem dúvida, aplicar essas críticas às produções de estereótipos diante das comunidades africanas, indígenas, mulheres, movimentos sociais etc. Assim como sugere Said, torna-se importante atentarmos para aquilo que ele chama de resíduos do imperialismo, ou seja, como os “nativos são apresentados nos meios de comunicação ocidentais”, algo que explicita a “continuidade dessa interdependência e sobreposição, não só no conteúdo, mas também na forma do debate, não só no que é dito, mas também como, por quem, onde e pra quem é dito” (SAID, 2011, p. 58). Ou seja, é necessário indagarmos quem conta a história seja através de pesquisas, seja através de novas gramáticas e discursos na prática jornalística.

Em tom esperançoso, na obra *Cultura e Imperialismo*, Said apontava existir no mundo um novo movimento, uma literatura e uma teoria de resistência e reação ao império colonialista nas mais díspares regiões pós-coloniais, que reúne um vasto “esforço para se iniciar um debate com o mundo metropolitano em pé de igualdade, dispostos a mostrar a diversidade e as diferenças do mundo não europeu e apresentar as prioridades, as coisas a fazer, e suas próprias histórias”, (SAID, 2011, p. 73).

Não por acaso, o legado teórico de Said é justamente a principal referência progressista para o ativismo cultural proposto pelo Instituto de Cultura Árabe (ICARABE), maior centro de referência da cultura árabe contemporânea no Brasil. Ou seja, novas vozes estão sendo produzidas em contraposição às produções hegemônicas. Vozes estas que possuem a potência de desconstruir estereótipos, educar e conquistar espaços culturais na sociedade hoje.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- BRIGNOL, L. & CURI, G. (2021). **Repensar a noção de “crise migratória”: Por uma cobertura jornalística ética e humanitária sobre as dinâmicas de mobilidade humana**. *Estudios sobre El Mensaje Periodístico* 27 (1), 63-72. <https://dx.doi.org/10.5209/esmp.71464>
- CASTRO, Isabelle Christine Somma; **Orientalismo na imprensa brasileira. A representação de**

árabes e mulçumanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11 de setembro de 2001. 2011. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011.

COUTINHO, Eduarda Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CURI, Guilherme. **O Mahjar é aqui: a comunicação contra-hegemônica dos intelectuais árabe-brasileiros.** 2018. Tese. Programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: Ed Unesp, 2001

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural.** Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva, 2010.

SAID, Edward. W. **O orientalismo. o oriente como invenção do ocidente.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

_____. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SAYAD, Abmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo, EDUSP, 1998. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Refúgio em Números.**

3ª. Edição. Brasília, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **As estratégias sensíveis. Afeto, Mídia e Política.** Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Ciência do Comum.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo.** Ed. Unesp, 2008.

XAVIER, Ismail. **Prefácio.** In: SHOAT, Ella e STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual.** In: SILVA, Tomaz T. (org.) **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2008.

Guilherme Curi

Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Mestre em Sociologia (UCD-Irlanda)
Professor Substituto da Universidade Federal de Pelotas (CLC/UFPEL)
Email: curi.guilherme@gmail.com

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

